



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

BEATRIZ RANGEL LUSTOSA

A GUERRA TEM ROSTO DE MULHER:

o papel dos arquivos na ressignificação da memória coletiva protagonizada por mulheres no período da Segunda Guerra Mundial



SALVADOR

2021

BEATRIZ RANGEL LUSTOSA

A GUERRA TEM ROSTO DE MULHER:

o papel dos arquivos na ressignificação da memória coletiva protagonizada por mulheres no período da Segunda Guerra Mundial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Arquivologia do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leyde Klebia Rodrigues da Silva

SALVADOR

2021

Catálogo na Publicação

Lustosa, Beatriz Rangel

L972g A guerra tem rosto de mulher: o papel dos arquivos na ressignificação da memória coletiva protagonizada por mulheres no período da Segunda Guerra Mundial / Beatriz Rangel Lustosa. - Salvador, 2021.
111 f. : il.

Orientadora: Leyde Klebia Rodrigues da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) –
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2021.

1. Arquivos. 2. Memória. 3. História. 4. Narrativa de Mulheres. 5.
Segunda Guerra Mundial. I. Silva, Leyde Klebia Rodrigues da, orient. II.
Título.

CDU 930.25

BEATRIZ RANGEL LUSTOSA

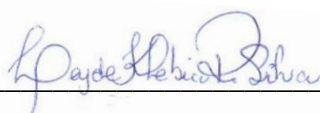
A GUERRA TEM ROSTO DE MULHER:

o papel dos arquivos na ressignificação da memória coletiva protagonizada por mulheres no período da Segunda Guerra Mundial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Arquivologia do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Aprovada em: 04/junho/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Ana Cláudia Medeiros de Sousa
Examinadora



Prof.ª Me. Denise Braga Sampaio
Examinadora

Às duas mulheres da minha vida: Beta (*in memoriam*), minha avó, e Kesie, minha mãe. Duas mulheres fortes que sempre apoiaram meus sonhos mais impossíveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças e conforto nas diversas horas sombrias em que eu achava que não conseguiria. Agradeço a minha mãe, Kesie Rangel, por me ter dado apoio durante todo tempo e acreditar em meus sonhos mais malucos, ter se sacrificado milhares de vezes para me dar os subsídios suficientes para realizá-los. O seu colo sempre foi o meu porto seguro. Reconheço todas as vezes que pausou os seus sonhos para priorizar os meus, agora é a sua vez.

Ao meu pai Almir Lustosa, por ter assistido os diversos DVD's sobre a Segunda Guerra Mundial que foi responsável para o meu despertar para esse conteúdo. Agradeço os seus esforços para me dar uma boa educação que me transformou em quem eu sou hoje.

Agradeço a minha vovó Meetabel Alves Rangel (*in memoriam*) por sempre acreditar no poder transformador da educação e passar isso para seus filhos e netos, e que sonhou esse sonho comigo. Durante boa parte da confecção desse trabalho, ela esteve internada em um leito de hospital passando por vários procedimentos cirúrgicos, lutando por sua vida. Muito perto de eu realizar o nosso sonho do tão almejado diploma ela faleceu e admito, não tem um dia sequer que eu não pense nela. Às vezes não consigo parar de pensar que ela não presenciará essa realização. Entretanto, sei que durante os dias que a saudade doeu demais e eu pensei em desistir, foi ela quem me deu forças para continuar.

Sou grata a meu vovô Abdias Nunes Rangel (Bidó) que, mesmo sendo analfabeto, sempre reconheceu o valor da educação e me incentivou do seu jeitinho.

A minha professora do fundamental e mãe de coração Juçara Queiroz que com seu amor me fez rir e me ensinou que as coisas mais valiosas da vida não são coisas. Sua alegria e luminosidade aquece nossos corações.

A toda minha família, tias, tios, primos e primas, que mesmo distantes sei que torcem por mim. Aos meus amigos de escola Breno Rodrigues, Kananda Gomes e Juliana Freitas por estarem do meu lado há tanto tempo e continuarem me incentivando, felizes com as minhas conquistas. Vocês me deram forças para continuar mesmo quando eu não as possuía mais. Ficar longe de vocês durante esse trabalho foi muito difícil.

Agradeço a primeira arquivista que conheci, Mabel Meira Mota que me deu a primeira oportunidade em um trabalho voluntário e me apresentou a todo esse novo universo no momento que eu me sentia mais perdida. Quando penso em arquivista é nela que eu me inspiro.

As minhas professoras e professores por todo o aprendizado a cada disciplina. Agradeço também aos meus amigos da faculdade Iuri Amadeu, Lindaura Teixeira, Romário Forte e Ana

Patrícia Rojas por toda colaboração, todo o incentivo e ajuda na minha caminhada durante a graduação. Vivemos momentos lindos.

Agradeço ao meu querido amigo Iuri Amadeu por sempre me convencer a não desistir e se juntar a mim nos desafios mais loucos dessa vida. Sua presença foi muito importante não só na graduação, mas nas dificuldades diárias da vida. Obrigada por sua força e persistência mesmo nas minhas piores crises de ansiedade. Sou grata por sua amizade.

Agradeço a Yuri Nascimento, meu namorado, que me apoiou e acreditou em mim quando nem eu acreditava mais. Obrigada por me dar forças nos momentos difíceis e ler mais de cem vezes esse trabalho. Passamos por tantas coisas difíceis esse ano que apenas unindo forças conseguimos superar cada fase. Seu amor, cuidado e ajuda fizeram todo esse processo o mais leve possível. Sou grata também ao apoio da sua família, que eu considero como minha segunda família.

E, por fim, agradeço a uma pessoa que sem a sua presença, este trabalho não poderia existir, minha orientadora Leyde Klebia Rodrigues da Silva. Durante a faculdade, eu me preocupei sobre quem seria minha orientadora e desde quando a conheci não tive nenhuma dúvida. Leyde fez parecer que meu trabalho era sim importante e me incentivou dia após dia a escrevê-lo. Sem sua força, sua visão e inteligência tenho certeza de que não teria conseguido chegar até aqui.

Uma das muitas perguntas que me incomodam é porque as mulheres eram vistas, e ainda são, como inferiores aos homens. É fácil dizer que isso é injusto, mas não basta; realmente gostaria de saber o motivo para essa grande injustiça! (FRANK, Anne, 2014, p. 327).

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo geral (re)contar as narrativas das mulheres durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como base o papel dos arquivos neste processo. Especificamente, pretendeu-se: selecionar narrativas produzidas por mulheres sobre o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), narrar as histórias produzidas por mulheres sobre o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), discutir o papel dos arquivos para ressignificação da memória coletiva e, propor uma (re)construção da memória coletiva do período abordado a partir da visão das narrativas. O referencial teórico faz uma discussão sobre a tríade e as questões que envolvem Arquivo, Memória e História. Apresenta as instituições de arquivo e como estas são controladas pelo poder público, os limites que existem entre o que se torna público e os segredos do Estado, uma reflexão sobre o mal banal no exercício das atribuições do arquivista, noções de memória individual e coletiva, história única e história oficial, e ainda discute sobre memórias subterrâneas e memórias de mulheres subalternizadas. A metodologia está ancorada em uma abordagem qualitativa, do tipo de pesquisa documental, e método autobiográfico. A análise, os resultados e as discussões desta pesquisa são baseadas nas narrativas de Anne Frank, Nanette Blitz Konig e Svetlana Aleksievitch. Os resultados evidenciam o protagonismo das mulheres e das suas narrativas. Mulheres que lidaram com os horrores de uma guerra, guerreiras, e que venceram mesmo quando perderam suas próprias vidas. E, ainda apontam que as narrativas sobre e protagonizadas por mulheres contém elementos essenciais para a ressignificação de uma memória coletiva. As considerações finais discorrem sobre a memória coletiva das mulheres e como os arquivos podem contribuir para a construção de uma história mais justa e igualitária.

Palavras-Chave: Arquivo. Memória. História. Mulheres. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

The general objective of the research is to (re)tell the narratives of women during the Second World War, based on the role of archives in this process. Specifically, it was intended: to select narratives produced by women about the period of World War II (1939-1945), to narrate the stories produced by women about the period of World War II (1939-1945), to discuss the role of archives for resignification collective memory and, to propose a (re) construction of the collective memory of the period approached from the perspective of the narratives. The theoretical reference makes a discussion about the triad and the issues involving Archive, Memory and History. It presents archival institutions and how they are controlled by the public authorities, the limits that exist between what is made public and the secrets of the State, a reflection on banal evil in the exercise of the archivist's duties, notions of individual and collective memory, unique history and official history, and also discusses underground memories and memories of subordinate women. The methodology is anchored in a qualitative approach, of the type of documentary research, and autobiographical method. The analysis, results and discussions of this research are based on the narratives of Anne Frank, Nanette Blitz Konig and Svetlana Aleksievitch. The results show the role of women and their narratives. Women who dealt with the horrors of war, warriors, and who won even when they lost their own lives. And, they also point out that the narratives about and carried out by women contain essential elements for the redefinition of a collective memory. The final considerations discuss the collective memory of women and how archives can contribute to the construction of a more just and egalitarian history.

Keywords: Archive. Memory. History. Women. Second World War.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Capa da obra “O Diário de Anne Frank” (Edição de 2014)	47
Imagem 2 - Capa da obra “Eu sobrevivi ao Holocausto” (Edição de 2015)	50
Imagem 3 - Capa da obra “A guerra não tem rosto de mulher” (Edição de 2016)	52
Imagem 4 - O prédio do escritório que serviria de esconderijo para a família Frank e amigos	54
Imagem 5 - Estante que dividia a empresa do esconderijo	55
Imagem 6 - Anne Frank escrevendo em seu diário	59
Imagem 7 - Nanette Blitz e sua obra	64
Imagem 8 - Nanette Blitz no liceu judaico	67
Imagem 9 - Nanette Blitz e John Konig casando	82
Imagem 10 - As bruxas da noite	86
Imagem 11 - Svetlana Aleksievitch e as soldadas soviéticas.	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão)
DVD	Digital Versatile Disc (Disco Digital Versátil)
EUA	Estados Unidos da América
ICA	International Council on Archives (Conselho Internacional de Arquivos)
LAI	Lei de Acesso à Informação
RIOD	Instituto Estatal Holandês para a Documentação de Guerra
SS	Schutzstaffel (Exército Particular Nazista)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: Como tudo começou?	14
2	ARQUIVO, MEMÓRIA E HISTÓRIA	19
2.1	INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	20
2.1.1	Arquivos Públicos e Privados	23
2.1.2	“Mentira e Segredo” : Arquivo e Estado	25
2.1.3	“O mal banal e o julgar” : caminhos para o pensamento crítico	28
2.2	MEMÓRIA E HISTÓRIA	30
2.2.1	“Pode a subalterna falar” ? discutindo memórias subterrâneas	37
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
4	NARRATIVAS DE MULHERES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1	A HISTÓRIA VIVENCIADA E A HISTÓRIA NARRADA	44
4.1.1	O diário de Anne Frank	52
4.1.2	Eu sobrevivi ao Holocausto	63
4.1.3	A guerra não tem rosto de mulher	85
4.2	DISCUSSÕES: narrativas de memórias subterrâneas e o papel do arquivos na reconstituição de memórias coletivas de mulheres da Segunda Guerra Mundial	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO: Como tudo começou?

Eu tinha 13 anos quando adentrei as profundezas do Holocausto/Segunda Guerra Mundial. Na verdade, foi um pouco mais cedo, pois eu cresci ao lado do meu pai, um fanático por DVD's da Segunda Guerra Mundial. Então, o assunto sempre esteve no ambiente da minha casa, sendo transmitido na televisão da sala. Por esse motivo a guerra sempre me instigou: o que fazia as pessoas entrarem em uma guerra sangrenta contra desconhecidos em nome de uma pátria ou em nome dos seus próprios interesses? O assunto me intrigava, porém eu o considerava muito hostil e não havia sido fisgada o suficiente para mergulhar no assunto. Hoje, penso que essa falta de interesse pode ser uma consequência da narrativa do documentário que era muito irreal, predominantemente masculino, tratavam uns aos outros como heróis e vilões. Na minha cabeça de 13 anos apenas monstros poderiam cometer tais atrocidades contra a humanidade. Logo mais, eu entenderia que não se tratava de monstros ou de mal ou bem, só pessoas comuns desprovidas de empatia e preocupadas com seus próprios interesses.

Poucos meses depois, eu comecei a estudar o conteúdo na escola e uma professora citou “O Diário de Anne Frank”. A obra de uma menina judia de treze anos que ficou dois anos escondida em um anexo secreto e relatava em seu diário os horrores de vivenciar uma guerra. A premissa me revirou por dentro.

Eu adentrei as profundezas da Segunda Guerra, antissemitismo, privação de liberdade, campos de concentração, Gestapo e bombardeios. Todos esses assuntos são tratados em “O Diário de Anne Frank”, com tantos detalhes, com tanta verdade, que só uma judia poderia ser capaz de relatar. Somando a todos esses assuntos, pesados demais para uma pré-adolescente absorver, Anne ainda tinha que lidar com as dúvidas e questionamentos sobre a idade, o fato de estar crescendo, sonhos e problemas na relação familiar. E, assim como Anne, eu também tinha treze anos quando li o seu diário pela primeira vez.

Neste período, eu senti dor, empatia, as dúvidas e claustrofobia. Sentia que era injusto ceifar a liberdade e a vida de pessoas apenas com base em políticas racistas. Depois de ler tantas vezes, com outras idades, creio que o que eu sinto é raiva. No dia 01 de agosto de 1944, aos 15 anos, Anne Frank escreveu suas últimas palavras em seu diário. Três dias depois, a família Frank foi enviada a um campo de concentração pela polícia secreta nazista, onde Anne morreria em março do ano seguinte.

Anne Frank deu rosto para aquilo que eu não via nos DVD's. Os documentários se limitavam em retratar e descrever apenas as batalhas, bombardeios, alianças militares. Entretanto, esqueciam que fora do *front* também havia guerra, pessoas lidando com a fome, o

medo e os bombardeios em suas casas. Anne Frank relata tudo isso multiplicado a máxima potência, pois ainda tinha que viver um governo antissemita sendo judia.

Não exagero ao dizer que Anne Frank me mudou. Depois de ler o diário, eu mergulhei de vez, e cada vez mais, nas profundezas do tema. Assisti novamente a todos os DVD's com atenção e, apesar de falarem sobre guerra, *front*, antissemitismo, nenhum citava Anne Frank, ou melhor dizendo, não eram ditos nomes de ninguém, a menos que fossem homens com feitos "heroicos" ou apenas dos "líderes" de cada país. Então, eu passei a procurar obras parecidas com a de Anne Frank, em forma de diário de sobreviventes do Holocausto, pessoas comuns que vivenciaram tudo aquilo.

Ainda muito jovem, logo após ler "O Diário de Anne Frank" (2014), publicado originalmente em 1947, fiz muitas pesquisas não guiadas em plataformas de buscas comuns e encontrei artigos e livros sobre amigos de Anne Frank que sobreviveram ou que a encontraram no campo de concentração, até que descobri a obra de Nanette Blitz Konig, "Eu sobrevivi ao Holocausto", publicado originalmente em 2015, amiga que estudou no Liceu Judaico, ao lado de Anne Frank, e que mais tarde iria encontrar-se com esta no campo de concentração Bergen-Belsen. Nesta obra, Nanette Blitz Konig (2015) conta a sua experiência de como foi sobreviver em um campo de concentração, como foi ficar em um sanatório depois da Guerra e as dificuldades de conseguir reestabelecer uma vida novamente, com tantas portas fechadas e falta de acolhimento dos Estados para com as vítimas da Guerra, sobretudo as vítimas do Holocausto. Nanette Blitz Konig (2015) narrou, um compilado de memórias, setenta anos após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e não durante, como Anne Frank.

À medida que eu ia crescendo, a lista de informações sobre o tema só aumentava, eu queria ler mais sobre o tema, mas com ênfase aos diários e narrativas de pessoas que viveram algum período da Segunda Guerra Mundial. Tive a companhia dessas leituras por anos, até a faculdade.

Quando eu tinha 17 ou 18 anos, eu conheci a Arquivologia. Eu ainda não havia decidido qual curso escolheria para trilhar o caminho profissional, porém fui convidada para realizar um trabalho voluntário no arquivo pessoal do professor Thales de Azevedo. E então eu me apaixonei por arquivologia, sobretudo, arquivos pessoais, a narrativa e memória das pessoas que os documentos contam silenciosamente, com possibilidade de trabalhar com a História e Memória das pessoas por meio da documentação. Encontrei na Arquivologia a relação e a possibilidade de falar sobre umas das primeiras paixões da minha vida: a história de Anne Frank e a Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente, o meu projeto de conclusão de curso falava sobre a relação da Arquivologia com as obras “O Diário de Anne Frank”, edição de 2014, de Anne Frank, e “Eu sobrevivi ao Holocausto”, edição de 2015, de Nanette Blitz Konig.

Nesta ocasião, conheci a professora Leyde Klebia Rodrigues da Silva, uma mulher inspiradora, que ama a história da Anne Frank, e cujos estudos se debruçam sobre a história de mulheres negras, em uma disciplina chamada “Arquivo, Memória e Sociedade (ICIA24)”. Foi nesse momento que conversamos sobre a possibilidade dela ser minha orientadora por conta da afinidade do tema. E, assim, eu conheci a obra de Svetlana Aleksievitch, uma jornalista bielorrussa, e sua obra “A guerra não tem rosto de mulher”, publicado pela primeira vez em 1985, contudo, a edição utilizada nesse trabalho data do ano de 2016. A obra é um compilado de aproximadamente duzentas narrativas de soldadas soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial. Uma história pouco conhecida da participação de mulheres comuns que se tornaram franco-atiradores, enfermeiras chefes, comandantes de aviação, cujas participações foram decisivas na contenção do exército nazista, mas que nunca tiveram suas histórias narradas. Svetlana Aleksievitch, no entanto, deu voz a essas mulheres.

Svetlana Aleksievitch (2016), Anne Frank (2014) e Nanette Blitz Konig (2015), trouxeram a mim rosto, alma e protagonismo de mulheres, narrativas e nomes que nunca haviam sido vistos por mim nos DVD’s do meu pai. Há um número significativo de documentários que retratam as participações e narrativas femininas como por exemplo Anne Frank Vidas Paralelas (2020) dirigida por duas mulheres, Anna Migotto e Sabina Fedeli, narrado pela atriz Helen Mirren, contando a história de cinco mulheres que foram enviadas para campos de concentração assim como Anne Frank. Mas eles não são tão divulgados ou produzidos tão massivamente como os documentários da guerra sob o olhar masculino.

E hoje, através das minhas leituras e vivências compreendo o porquê de não gostar dos documentários. Além de não retratar pessoas reais, excluem completamente as participações e narrativas femininas. Conhecemos a guerra apenas pelo olhar masculino.

Eu sabia que era preciso visibilizar esses protagonismos de memórias de mulheres através da minha pesquisa. A minha vivência em Arquivologia me fez pensar no papel decisivo das instituições de arquivo em possibilitar que as narrativas de mulheres durante a Segunda Guerra Mundial não sejam silenciadas. Por isso, a questão problema desta pesquisa indaga: Como as narrativas de memórias subterrâneas, podem ajudar os arquivos a reconstituir memórias coletivas de mulheres da Segunda Guerra Mundial?

Por esses motivos essa pesquisa tem como objetivo geral **(re)contar as narrativas produzidas por mulheres sobre o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tendo como base o papel dos arquivos tendo como base o papel dos arquivos neste processo.**

Especificamente pretende-se:

- a) selecionar narrativas produzidas por mulheres sobre o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945);
- b) narrar as histórias produzidas por mulheres sobre o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945);
- c) discutir o papel dos arquivos para ressignificação da memória coletiva;
- d) propor uma (re)construção da memória coletiva do período abordado a partir da visão das narrativas.

A metodologia do presente trabalho é de caráter qualitativo, visto que se trata de uma análise da memória coletiva de mulheres da Segunda Guerra Mundial, bem como recontar as suas narrativas e destacar a importância dos arquivos enquanto elementos atuadores na ressignificação da memória de mulheres neste período. Denise Tolfo Silveira e Fernanda Peixoto Córdova (2009, p.33) afirmam que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”

Portanto, com base em tudo que fora apresentado até o momento, ressaltamos a relevância deste estudo, para a sociedade e para os(as) profissionais da Arquivologia, por trazer à tona narrativas de mulheres do período da Segunda Guerra Mundial, que, por diversas vezes, foram e são apagadas, bem como discutir qual o papel dos arquivos e dos(as) arquivistas neste processo, e os impactos que estes podem trazer tanto para o fortalecimento destas narrativas e para o apagamento destas.

Sendo assim, o trabalho está estruturado em 5 (cinco) capítulos, a saber: O capítulo 1 é denominado de “Introdução”, se explica como surgiu esta pesquisa, quais as motivações pessoais e profissionais que me fizeram optar pelo tema, bem como quais os objetivos que ela tem e toda a sua relevância e necessidade para a sociedade de forma geral e para a comunidade acadêmica arquivística.

O capítulo 2, “Arquivo, Memória e História”, trata das noções e relações entre arquivo, memória e história. Aqui, apresentam-se as instituições de arquivo e como estas são controladas pelo poder público e qual o limite que existe entre o que se torna público e os segredos do Estado, bem como o arquivista pode submeter-se ao mal banal no exercício de suas atribuições para cumprir ordens da ideologia do governo em exercício. Subsequentemente, trata dos

conceitos de Memória e História e apresenta as noções de memória individual e coletiva, bem como história única e história oficial. Após a compreensão dos conceitos de Arquivo, Memória e História, o capítulo encerra com a discussão entre memórias subterrâneas e as memórias de mulheres subalternas.

O capítulo 3, intitulado “Procedimentos metodológicos”, trata da abordagem da pesquisa (no caso, qualitativa do tipo bibliográfica), e explica sobre ela. Posteriormente, aborda os objetivos da pesquisa, o seu objeto de estudo, o corpus de pesquisa, e utilizo o método autobiográfico. Posteriormente, versa sobre as narrativas, as escolhas por estas e as informações gerais sobre as obras utilizadas nesta pesquisa.

O capítulo 4, “Narrativas de Mulheres da Segunda Guerra Mundial: Análises, resultados e discussões”, é o capítulo que trata da apresentação das narrativas que norteiam esta pesquisa. Nele, apresentam-se as narrativas, objetos de estudo da pesquisa: “O Diário de Anne Frank”(2014) , de Annelies Frank, “Eu sobrevivi ao Holocausto” (2015) de Nanette Blitz Konig, e por último “A guerra não tem rosto de mulher” (2016) de Svetlana Aleksievitch. Uma vez apresentadas, trata-se agora do papel dos arquivos para a ressignificação da memória coletiva, especialmente no que tange a memória coletiva das mulheres e como os arquivos podem contribuir para a construção de uma memória justa e igualitária.

No último capítulo, intitulado “Considerações Finais”, faz-se um apanhado de todo o estudo e elencam-se os pontos mais importantes da pesquisa e como os problemas apresentados impactam diretamente na sociedade em que vivemos. A dedicação nesta etapa consiste em (re)avaliar o papel dos arquivos nos últimos anos e como estes podem se tornar mais efetivos na ressignificação da memória coletiva das mulheres de forma geral, mas, em especial, no período estudado aqui neste trabalho, que fora o da Segunda Guerra Mundial.

2 ARQUIVO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Arquivo, Memória e História são áreas que estão relacionadas entre si, pois diversas vezes dividem o mesmo objeto de estudo, ou estudam umas as outras. Aqui, nesta etapa do estudo, abordam-se as particularidades de cada tema, as suas semelhanças, e alguns conceitos importantes de cada área.

O conceito da palavra memória está intimamente ligado à representação do estudo da psicanálise sobre os processos de armazenamento de informações do consciente e inconsciente. Apesar disso, a memória também pode ser vista sob a perspectiva de constituição de significação, como diz o conceito de memória abrangente de Fernanda Cheiran Pereira (2011, p. 23):

[...] a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis tanto no cérebro como em outros mecanismos artificiais como, por exemplo (sic) a memória de um computador, ou nos documentos de arquivo. [...] É através dela que damos significado ao cotidiano e acumulamos experiências para utilizarmos durante toda a vida.

Adotando uma interpretação no contexto do ser humano, indivíduo social, a memória é a capacidade de armazenar os fatos do cotidiano. Os fatos do cotidiano são as atividades rotineiras, que incluem valores culturais, identitários e sociais de um indivíduo ou de um coletivo. Desde os tempos mais remotos, os indivíduos buscam registrar essas memórias na oralidade ou através de pinturas nas paredes das cavernas. Segundo Marilena Leite Paes (2004) foi com o surgimento e domínio da escrita, por volta de 4.000 a.C, que o ser humano diversificou o material pelo qual buscava guardar e preservar suas memórias - de paredes das cavernas, passou para tabuletas de argila, pergaminho, papel; dentre outros materiais. Desenvolveu também o local onde esses documentos eram armazenados e preservados, antigamente eram as bibliotecas, como por exemplo: Biblioteca de Alexandria, a Biblioteca de Nínive, e, atualmente, os arquivos, bibliotecas, museus públicos e privados que preservam os documentos nos seus diferentes formatos.

O surgimento da escrita e o desenvolvimento do material sobre o qual se registrava foram cruciais na mudança da forma de registro humano. As sociedades foram se tornando cada vez mais complexas e a humanidade foi compreendendo o valor dos documentos (em seus variados formatos, como matéria prima da História, Memória e identidade social).

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, arquivo pode ser considerado: “um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza

do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Bem como, pode ser entendido como a instituição que armazena esse conjunto documental. O arquivo, como essa instituição, possui esse grande papel de preservar os documentos que contém as memórias coletivas e individuais de um povo. Assim como diz Lodolini (1990, p. 157 apud JARDIM, 1995, p. 04): “[...] A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos”.

Ao selecionar, intencionalmente, essas memórias representadas de forma oral ou escrita, transformamos em História, a História de um grupo social. De acordo com Jardim (1995), a História é um conhecimento construído intencionalmente ao passo que a memória é a constante recuperação, não intencional, do passado. Essa afirmação dialoga com o conceito de Le Goff (1990), que afirma que História é a forma científica que assume a memória.

Sendo assim, este capítulo aborda as particularidades de Arquivo, Memória e História, bem como suas semelhanças e diferenças. O primeiro passo neste estudo é compreender as instituições arquivísticas, pois estas são um ponto de encontro das presentes áreas, permitindo afunilar-se no tema.

2.1 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

A modernidade provocou mudanças em vários setores da sociedade. No que concerne ao surgimento ou melhor, concepção de “Arquivos Modernos”, vários “pontos de inflexão” foram levantados pelo historiador e sociólogo Peter Burke (2003).

A Instituição arquivística como conhecemos hoje teve origem na Revolução Francesa (1789-1799). O antigo regime monárquico absolutista era centralizador do poder dos arquivos concentrados em depósitos centrais, estes eram de acesso exclusivo aos monarcas, “à centralização do governo seguiu-se a dos documentos” Burke (2003, p. 108). Inclusive, documentos que eram de propriedade privada de funcionários ou até mesmo alguns burgueses, poderiam ser considerados como pertencentes ao Estado.

Contudo, o colapso desse sistema deu espaço à criação dos Estados Nacionais e o sentimento de identidade nacional. O sentimento de identidade nacional desencadeou na criação do Arquivo Nacional, através da guarda de documentos para uso probatório. Daniela Porto (2013, p. 19, grifo da autora) diz:

Criaram-se em Paris, em 1790, os *Archives Nationales*, considerado o primeiro Arquivo Nacional do mundo. Continha documentos do passado e do presente do

governo central. No seguimento do arquivo nacional, criaram-se os *Archives Départementales*, ou seja, os arquivos regionais nas províncias, denotando-se aqui mais um marco importante na história dos arquivos. Como se alastraram a toda a república, serviam o cidadão comum o que demonstrava ser um privilégio, segundo dados de arquivística.

Essa não foi a única mudança no âmbito dos arquivos causadas pela Revolução Francesa. Segundo Anna Carla Mariz (2012), foram três principais mudanças: a primeira estabeleceu o Arquivo Nacional como um órgão central dos arquivos do Estado; a segunda mudança diz respeito ao Estado reconhecer sua responsabilidade em relação à preservação da herança documental; a terceira refere-se ao princípio de acessibilidade dos arquivos ao público. Quanto a abertura dos arquivos, Heloísa Bellotto (2002, p. 14) diz: “ocorre uma certa abertura dos arquivos públicos aos cidadãos e se procede à reunião da documentação oficial”.

Através disso, o Estado reconhece o seu papel na preservação do patrimônio documental existente e do que será produzido, isto é, a salvaguarda do seu acervo. Ao que diz respeito a abertura dos arquivos públicos, permitir acesso aos cidadãos e cidadãs é imprescindível para que estes tenham conhecimento das atividades exercidas pela administração pública, a transparência, bem como tenham assegurados o pleno direito a comprovação da sua história e a construção da memória nacional exercendo, assim, seu papel de cidadão.

A Segunda Guerra Mundial também revolucionou as técnicas documentais. De acordo com Udo Bauer (2019), para o site DW Brasil, além do seu saldo de mais de 55 milhões de pessoas mortas, percebe-se um continente devastado, crises econômicas e uma bipolarização política mundial. Apesar de ter sido um conflito, as estratégias e inovações utilizadas na guerra foram colhidos frutos, anos depois, com o desenvolvimento em várias áreas do conhecimento como tecnologia e economia. Foi nessa época de reestruturação que houve o aumento significativo de produção documental, o que o cientista Vannevar Bush (1945) já alertava em seu conhecido texto “*As we may think*” (Como podemos pensar) e, como consequência, a dificuldade da recuperação e acesso à informação devido a esse volume crescente informações.

Por conta disso, a Arquivologia teve que traçar estratégias e redefinir o seu papel para contornar esses problemas. O foco sai da preservação e alia-se para a gestão documental, o acompanhamento da produção documental de todo o ciclo, dos fluxos documentais, visando a eficiência e a eficácia no fazer arquivístico. Desenvolveu-se a chamada “teoria das três idades” resultado do trabalho dos arquivos nacionais dos Estados Unidos (EUA) e Canadá, ratificado pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), revolucionando as técnicas arquivísticas ressaltando a importância do arquivista participar de todo o ciclo documental, da produção à destinação final de forma auxiliar o Estado.

É neste ponto que há um rompimento dos arquivos ligados apenas à História, Memória e identidade nacional, inicia-se um elo entre os arquivos e administração, documentos administrativos, concordando com o que diz Maria Regina Côrtes (1996, p. 20): “Há um rompimento com a tradição dos arquivos voltados exclusivamente para servir à pesquisa histórica, iniciando o processo de aproximação com a administração”.

Dessa forma, Maria Odila Fonseca (1998, p. 38) afirma que: “instituição arquivística é aquele órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização”. Em outras palavras, as instituições arquivísticas são aquelas responsáveis pela gestão dos acervos produzidos por instituições públicas, como, por exemplo, os arquivos Municipais, Estaduais e Nacionais. “Sendo assim, a instituição arquivística se afirma como a guardiã da documentação do Estado e na busca por promoção de direitos” afirma Luiza Pinto (2018, p. 14).

Apesar de concordar, em partes, com essa definição, considero-a um tanto excludente e focada apenas nas instituições arquivísticas públicas. Na literatura arquivística, o termo instituição arquivística é utilizado como sinônimo de Arquivo, o que faz sentido segundo a definição de Maria Regina Côrtes (1996, p. 26): “Para nos referirmos às instituições responsáveis por recolher, arranjar e principalmente tornar acessíveis este conjunto de documentos, usaremos os termos instituição arquivística ou simplesmente Arquivo em letra maiúscula”. Dessa forma, são inclusos os Arquivos Públicos e Privados.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 evidencia o que é considerado Patrimônio Cultural Brasileiro. É dito que um meio de expressão, formas de viver, documentos e ações que se referem a identidade de algum grupo social, são considerados patrimônio cultural, segundo o Art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece que a memória, seja ela oral ou documentada, é considerada um patrimônio documental brasileiro e isso se estende aos arquivos privados, pois estes representam a identidade da sociedade brasileira. Portanto, é de suma importância a compreensão do significado dos termos arquivo público e arquivo privado.

2.1.1 Arquivos Públicos e Privados

Abordaremos nessa sessão, a realidade Brasileira perante a proteção, guarda e acesso aos arquivos. É necessário trazer um panorama, um traçado histórico da posição do Estado perante a sua documentação no passado e presente, visto que essas histórias que serão narradas apesar de serem oriundas de países Europeus, serão consumidas por outros países, inclusive o Brasil e serão partes constituintes da nossas memórias também, da memória coletiva.

No Brasil, foi apenas na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 que o Estado reconheceu o seu papel na proteção da documentação histórica. Como podemos perceber no Art 175: “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público” (BRASIL, 1946).

O direito à informação no Brasil é garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 5º, inciso XXXIII:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.(BRASIL, 1988).

A Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, reforça o papel do Estado na gestão documental e proteção especial dos arquivos e dispõe também sobre a política nacional dos arquivos públicos e privados.

A respeito dos Arquivos Públicos, a Lei nº 8.159 os conceitua no Art 7º como um conjunto de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. Os identifica como correntes, aqueles que mesmo sem movimentação são consultados frequentemente, os intermediários, aqueles que não consultados frequentemente e aguardam a sua eliminação ou armazenamento permanentes, e permanentes, aqueles documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados, sendo estes inalienáveis e imprescritíveis (BRASIL, 1991).

Os Arquivos Privados são definidos no Art. 11º como os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades. Estes podem ser identificados pelo Estado como de interesse público e social caso sejam

considerados relevantes para a História e Ciência. O acesso a estes documentos ficará à critério de autorização do possuidor (BRASIL, 1991).

A Lei Nº 8.159 também é muito importante no que diz respeito ao direito de acesso à informação, como diz no Art. 4º:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991).

Muitos artigos da Lei Nº 8.159 foram revogados com o surgimento da Lei de Acesso à Informação (LAI). Com o objetivo de garantir o direito à informação, foi criada em 18 de novembro de 2011, a Lei Nº 12.527. Conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI) tem o objetivo de garantir o acesso a informações, reforçando o que já foi dito na Constituição Federal de 1988, fornecendo a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, bem como definir as normas de acesso prevendo a transparência ativa da administração pública, instituindo critérios de classificação e prazos de sigilo (BRASIL, 2011).

O surgimento da LAI abre um novo debate na Arquivologia brasileira. Isto acontece, pois a LAI é uma evolução do que já fora proposto na Lei Nº 8.159, que se caracterizava como uma regulamentação das técnicas arquivísticas e das questões burocráticas das instituições arquivísticas públicas e privadas. Com a LAI, a discussão técnica deixa de limitar-se apenas ao saber arquivístico para um debate referente à sociedade como um todo e seu direito de acesso à informação. Os arquivos ampliam sua função de servir as finalidades da administração pública para exercer sua função social enquanto guardiães da memória e das informações de uma comunidade.

Entretanto, é preciso muita cautela no que tange a intencionalidade da Lei de Acesso à Informação. Evidentemente, sua existência gera impactos positivos para toda a sociedade brasileira, porém, até que ponto estaria interessado o Estado em divulgar dados e informações exclusivas para toda a comunidade? É preciso uma avaliação cautelosa dos impactos da LAI na desconstrução do poder do Estado sobre os arquivos. Sendo assim, com base em toda a influência exercida pelo controle das informações, renunciar o sigilo das informações, por parte do Estado, pode significar uma perda de poder para com sua população. Portanto, é de suma importância manterem-se vigilantes para com a execução da LAI. Abordaremos um pouco mais essa discussão sobre o papel do estado na relação com os arquivos e a informação.

2.1.2 “Mentira e Segredo”: Arquivo e Estado

O termo Mentira e Segredo foi retirado de uma seção do texto de Maria Odila Fonseca (1999), intitulado de Informação e Direito humanos: Acesso às informações arquivísticas. O texto fala sobre as contradições sobre o direito de acesso à informação e o direito à privacidade, ambos direitos garantidos pelo Estado. Quais são os limites entre o direito de acesso e o direito à privacidade, que diz respeito ao dever do Estado de manter sob sigilo informações estratégicas à segurança do Estado e da sociedade? Deixar o Estado julgar o que deve ou não estar acessível ao público fornece a permissibilidade de surgirem as mentiras e os segredos. Um exemplo disso são os casos da ditadura militar na América Latina. Nessa seção debateremos sobre o direito à informação e o papel do arquivo e Estado na realização desse direito.

Como foi visto anteriormente, a Revolução Francesa (1789-1799) foi um grande marco para a Arquivologia e Instituições Arquivísticas no que diz respeito à criação do primeiro Arquivo Nacional, reconhecimento do papel do Estado na preservação documental e abertura dos arquivos aos cidadãos.

A primeira vez em que o direito à informação foi citado foi na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. De acordo com Lafer (1988), essa declaração não só antecipara direito à informação como também a liberdade de livre comunicação de ideias e opiniões. Foi na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, artigo 19, que esse direito foi reforçado, assim como diz:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.
(ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948)

Diante desse direito derivam dois outros conceitos universalmente consagrados, segundo Clara Kurtz (2004): o direito de informar e o direito de ser informado. Um Estado democrático possui a obrigação de dar publicidade de seus feitos e assegurar que os cidadãos sejam informados, devendo os sigilos, isto é, os segredos, serem uma exceção.

Tal como o direito de informar e ser informado, existe também o dever de memória, que está intimamente ligada aos segredos. Este dever surgiu na França com o objetivo de homenagear os franceses que foram assassinados durante a Segunda Guerra Mundial, honrando sua memória de acordo com Lalieu (2001 apud GUAZZELLI, 2010).

Após o Holocausto (1941-1945), o discurso de memória se ressignificou com um “[...] processo de ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto dos milhares de judeus que viviam na França, ocorrido a partir dos anos de 1970”, como aborda Luciana Heymann (2006, p. 04). E como bem disse Dante Guazzelli (2010) a memória assumiu o significado de justiça.

Em 1945, dá-se início aos Julgamentos de Nuremberg, tribunais organizados pelos Aliados com objetivo de julgar os crimes contra a humanidade cometidos pela Alemanha nazista. Nesse sentido, o tribunal se utilizava de evidências, provas, documentos e interrogatórios de testemunhas.

Luciana Heymann (2006, p. 06) diz: [...] “o dever de memória ligado ao holocausto se constituísse em um modelo de ação para outros grupos que buscam afirmar suas memórias no espaço público, memórias que evocam processos de violência ou de discriminação”. O dever de memória passou a ser relacionado como sinônimo de verdade e justiça, tornando todos os julgamentos do Holocausto como um exemplo a serem seguidos, de grupos sociais reafirmarem suas memórias e usá-las para procurar uma justiça.

Bem como ocorreu em países da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, anos depois, é a vez da América Latina passar por um processo parecido do uso de memórias coletivas como reivindicação da justiça contra os crimes da Ditadura Militar que se instaurou em países do continente como Brasil, Chile, Argentina, dentre outros, assim como diz Beatriz Sarlo (2007, p. 46):

Os crimes das ditaduras foram exibidos em meio a um florescimento de discursos testemunhais, sobretudo porque os julgamentos dos responsáveis (como no caso argentino) exigiram que muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que outros sofreram até morrer.

Os familiares das vítimas ou as próprias vítimas vinham à público e contavam os horrores que sofreram. Na Argentina, essas memórias foram usadas como combustível para o retorno de uma democracia, por fazer parte de um dos deveres, o dever de memória e o dever de informação.

No Brasil, esse processo de questionar o dever de memória e verdade foi acontecendo através da luta de grupos como o Tortura Nunca Mais, fundado em 1985, e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995. Anos depois, iniciaram-se os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, em 2011.

O grupo Tortura Nunca Mais luta pela memória das vítimas da tortura durante o regime militar, contra o esquecimento e por esclarecimentos a respeito dos mortos e desaparecidos. Ao

longo dos anos, algumas conquistas foram realizadas, como o afastamento de torturadores de cargos políticos.

A Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos destina-se a localizar e reconhecer os desaparecidos pela Ditadura Militar, bem como perfilar pessoas que foram acusadas e posteriormente mortas por sua inclinação política contrária ao Regime Militar e localizar os corpos de pessoas desaparecidas.

A Comissão da Verdade foi uma comissão estabelecida pelo governo federal para apurar os crimes de violação dos direitos humanos realizados durante o período de regime militar no Brasil (1964-1985), porém instituído somente quase trinta anos depois do fim da Ditadura Militar, em 2011. Ao contrário do que aconteceu em outros países, a Comissão Nacional da Verdade não julgou os crimes cometidos durante a Ditadura Militar, por conta da Lei da Anistia que perdoou crimes de motivação política.

A lei Nº 6.683, sancionada em 28 de agosto de 1979, concedia anistia para crimes políticos dentre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 bem como aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos (BRASIL, 1979). A Comissão Nacional da Verdade possui o papel de apurar e elucidar, bem como prestar explicações à família e à sociedade. Porém não tem a capacidade de julgar nenhum crime cometido.

Muitos teóricos como Dante Guazelli (2010) acreditam que apesar da discussão de memória estar em pauta através dos grupos citados, o Estado Brasileiro não se fez valer do direito à verdade, por conta da não abertura dos arquivos da ditadura. Para ele, a anistia, o perdão promovido pelo Estado, dá permissão ao esquecimento comandado, uma expressão apresentado por Paul Ricoeur (2007, p. 460): “A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que [...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação”.

Se no Brasil não lidamos com a verdade e os arquivos da ditadura configuram-se como sigilosos, logo eles se configuram como secretos, concordando com Lafer (1988), de que tudo que não é aberto ao público é secreto. Segundo Lafer (1988), os segredos do Estado possuem um poder oculto os quais utilizam a mentira.

Em todos os exemplos citados acima, como no processo de redemocratização da Europa, e anos depois em diversos países da América do Sul, percebe-se a importância da memória enquanto fator chave, bem como existe uma linha tênue entre o que é mentira e o que é segredo, e em alguns casos, existe ainda a omissão da verdade. Muitas vezes os segredos de Estado possuem a intenção apenas para benefício dele ou de um pequeno grupo, e é nessa hora que a memória presente nos documentos de arquivo e/ou registros de história oral agem como

antígenos (contrapontos) para a repressão social, principalmente das vítimas de silenciamento por tempos obscuros. A seguir, discutiremos como os arquivos acabam sendo instrumentos de burocratização deste estado, por vezes agentes de repressão e violência, quando este não exerce o pensamento crítico sobre o trabalho.

2.1.3 “O mal banal e o julgar”: caminhos para o pensamento crítico

Iniciamos essa seção fazendo referência a expressão “O mal banal e o julgar” oriunda de um texto homônimo de Sônia Maria Schio (2011). O seu artigo faz uma reflexão sobre como origina-se o mal banal apresentado por Hannah Arendt (1999) e se este existe, por conta da carência de um julgamento, um pensamento crítico.

Mas por que é importante abordar essa discussão nesse momento? Para isso vamos fazer um retrospecto desse conceito para a autora Hannah Arendt, a fim de entender como o pensamento crítico pode e deve ser uma ferramenta importante nessa relação entre arquivo, estado e memória.

O termo “banalidade do mal” foi criado por Hannah Arendt, em 1963, em seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Atribuir aos feitos nazistas como um “mal banal” foi uma posição muito polêmica na época. Muitos entendiam que Hannah Arendt estava tentando minimizar as maldades nazistas e, por vezes, também culpabilizar os judeus pelo que aconteceu com eles.

Ela definiu esse mal banal como um mal político indo de encontro a conceitos de mal radical fundamentado por pensadores como Immanuel Kant, tratando o mal radical na natureza humana, sendo este inerente ao ser humano, isto é, enraizado (CORREIA, 2005).

O mal para Hannah Arendt (1999) não era proveniente de uma motivação diabólica ou inerente ao ser humano. Era apenas o mal pelo mal. O mal imposto por uma hierarquia acima da sua e que simplesmente era obedecido, sem nenhuma reflexão ou julgamento.

Quando Hannah Arendt demonstrou interesse em fazer a cobertura do Julgamento de Adolf Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança de Hitler, em 1961, ela se ofereceu como correspondente da revista *The New Yorker*, para o julgamento em Israel. Arendt percebeu que Eichmann não era o monstro que ela esperava ver, ele era um funcionário público obediente que apenas acatava as ordens do sistema. De acordo com Arendt (1999), ele era um burocrata buscando ascensão em um sistema totalitário desprovido da capacidade das faculdades do pensamento. Ela ressalta que ele era tão medíocre que não foi capaz de subir em uma patente alta na hierarquia militar. Ele não possuía nenhuma patologia

mental ou um distúrbio, todavia, seu papel no extermínio do povo judeu, transformava-o em um criminoso, o que Hannah acreditava ser o mal banal.

De acordo com Sônia Maria Schio (2011) o mal banal é aquele desprovido de raízes e sem profundidade, entretanto possui um poder de prejudicar as pessoas, sem nenhum motivo. Não necessita de razões e motivos bem fundamentados para acontecer. O mal banal pode acontecer em qualquer época e lugar, além de poder ser cometido por qualquer pessoa, com ou sem intenção.

O julgamento por sua vez, tem o papel de distinguir o bem e o mal, o certo e o errado, diferente da moral que é fixa. Para Sônia Schio (2011, p. 130) “o julgamento, em Arendt, é aquele que prepara os dados pensados para serem decididos, para receber o impulso da vontade e adentrarem no mundo externo por meio da ação. O julgar, então, não existe sem o pensar”. Desta forma, é extremamente importante a conexão entre o julgamento e o pensamento. Enquanto o pensamento é um ponto de partida, em que as ideias e acontecimentos surgem na mente, o julgamento é o produto dos dados em forma de tomada de decisão.

Para Schio (2011), Eichmann, de acordo com tudo que fora apresentado anteriormente, desistiu de pensar. Ou seja, apenas raciocinava, processava dados em seu cérebro como fonte de informação, sem a capacidade crítica que provém do pensamento. Portanto, Eichmann não fez reflexões em momento algum, sequer questionou. Tornou-se incapaz de perceber que o conjunto de regras, valores e hábitos foram duramente deturpados.

Portanto, com base em tudo que fora apresentado no livro e no julgamento, compreende-se que Eichmann age de forma que suas atitudes e palavras abrem um debate sobre a incapacidade da moral para impedir o “mal banal”. Sônia Maria Schio (2011) afirma que basta alterar as regras e o mal banal retorna. É preciso manter o pensamento e o julgamento ativos, especialmente tratando-se de política. Mesmo assim, é preciso muita responsabilidade pessoal, pois julgar e agir são atos puramente individuais. Não sendo possível responsabilizar e punir governos ou grupos.

Com base no pensamento de Sônia Maria Schio (2011), nota-se a importância do pensamento crítico, e como sua ausência pode fazer com que o ser humano cometa atos de caráter duvidoso sem sequer ter a mínima noção do ato. É o pensamento crítico que fará com que o profissional, que normalmente toma decisões e escolhas visando os interesses do seu empregador ou superior, tenha consciência e assuma as consequências de sua escolha. O que Arendt (1999) explica, em seu livro, é que se nota uma grande falta de pensamento crítico em Eichmann. Para ele, pouco importava os resultados de suas ações, o que importava era apenas cumprir ordens no exercício de sua profissão.

Neste sentido, os arquivos são um elemento crucial nos interesses dos governos, especialmente os arquivos públicos. Em um regime totalitarista como fora a Alemanha nazista, o arquivo torna-se uma peça importante de um jogo cruel e perverso, que pode contribuir para o silenciamento e apagamento da história. Entretanto, o Arquivo enquanto instituição não o faria por intenção própria. Tal como Eichmann, o papel do Arquivo é apenas cumprir ordens, exercendo o mal banal. O mal banal, neste sentido, por mais que seja desprovido de intenção por quem o exerce, é fruto de uma maldade intencional proposta por um grupo social.

Portanto, cabe ao arquivista, enquanto profissional destas instituições, o pensamento crítico sempre alerta, observando os movimentos daquele que estão no poder e quais as atribuições dadas às instituições de arquivo. Manter-se alerta e ciente de sua importância social para a comunidade é o primeiro passo para não cometer o mal banal, que não precisa necessariamente ser um genocídio em massa como o cometido por Eichmann, mas pode começar de uma forma pequena e ir, aos poucos, crescendo, capaz de silenciar e apagar milhões de vozes, apenas por servir aos interesses daqueles que estão no poder e que seus interesses estejam centrados em um mal intencional.

Agora que esclarecemos a importância dos arquivos, das instituições arquivísticas e do profissional de arquivo, bem como estes possuem impacto direto na formação e compreensão da Memória e da História, torna-se possível a análise destas áreas e como relacionam-se entre si.

2.2 MEMÓRIA E HISTÓRIA

Memória e História são áreas constantemente debatidas e estudadas por pesquisadores e acadêmicos das mais diversas áreas do conhecimento, desde Le Goff (1990) até Chimamanda Adichie (2019), desde Maurice Halbwachs (1990) e Pierre Nora (1993) até Anita Leocádia Prestes (2010), tornando-se protagonistas constantes dos objetos de pesquisa. Entretanto, ainda que Memória e História caminhem constantemente juntas, existem diferenças entre elas.

Le Goff (1990) é um dos pioneiros pesquisadores e pensadores sobre a Memória, que a enxerga como um campo de estudo multidisciplinar, sendo estudada por áreas como Psicologia, a Psicofisiologia, a Neurofisiologia, e a Biologia.

Le Goff (1990, p. 423), discute sobre a Memória: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que

ele representa como passadas.” Essa afirmação deixa claro que a memória é um processo muito individual e subjetivo.

Halbwachs (1990) complementa esse pensamento ao afirmar que a Memória atua enquanto um processo de reconstrução, não sendo uma reconstituição linear de acontecimentos, e sim um resgate de acontecimentos num contexto pessoal de interesses e preocupações.

De acordo com Franciele Merlo e Glaucia Vieira Konrad (2015, p. 34) “A memória é voltada à representatividade de fatos passados aos quais são atribuídos significados pela sociedade.” Ou seja, ela é a recuperação do passado e pode ter diferentes sentidos, uma vez que varia de contextos sociais e sentimentos pessoais que cada pessoa pode ter. Um momento vivido por duas pessoas ou mais terão memórias diferentes, que estão relacionadas a cada elemento individual do ser.

Halbwachs (1990) afirma que a constituição da memória de um indivíduo é resultado da combinação das memórias dos diferentes grupos pelos quais ele está inserido, e a influência destes, normalmente formados pela família, pela escola, pela religião, grupos de amigos e etc. Desta forma, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva. Ou seja, a memória é sempre construída em grupo, em que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Partindo destes conceitos de memória por Halbwachs (1990) e Le Goff (1990), ainda que pareçam contrários, ambos conseguem dialogar entre si. Em cada uma das definições, o indivíduo é o elemento-chave, em que cada memória é uma atualização - para Le Goff (1990) - ou uma reconstrução - para Halbwachs (1990) - de forma puramente individual.

Uma vez compreendida as semelhanças nas quais ambos os conceitos dialogam, é de suma necessidade o entendimento de algumas ideias que foram abordadas nas definições anteriores, como memória individual e a memória coletiva. Giuslane Francisca da Silva (2016) usa a ideia de Maurice Halbwachs (1990) em que a memória individual nada mais é do que um ponto de vista sobre a memória coletiva, que pode sofrer alterações de acordo com as relações que estabelecemos em cada ambiente.

Essa definição dialoga com o conceito de Maria Luisa Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud (1993, p. 291), em que “A memória individual pode ser entendida então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas.” Para Giuslane da Silva (2016, p. 250), “A convivência em um grupo atua como base para formação de uma memória individual e que, portanto, carregará ‘marcas’ da memória coletiva do grupo social no qual está inserido.”

Portanto, ainda que a memória seja um processo que nasce de forma individual, partindo das reconstruções dos indivíduos, torna-se indissociável da memória coletiva, a partir do momento em que o meio no qual o indivíduo está inserido tem a capacidade de interferir na intenção que cada lembrança evoca. Portanto, as memórias individuais podem sofrer alterações em virtude do coletivo.

A memória coletiva é caracterizada para Maria Luisa Schmidt e Miguel Mahfoud (1993, p.291) como “[...] o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais e comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas, que são o conteúdo da memória coletiva.” Ainda para Schmidt e Mahfoud (1993, p.292):

Na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado. Neste sentido, a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história vivente. A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição, que é o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam-se entre si.

A memória coletiva, neste sentido, atua enquanto acervo de lembranças compartilhadas, fazendo com que as memórias individuais tenham um ponto de convergência entre si, e estabeleçam uma linha única. Toda memória coletiva é uma construção social que leva em consideração os hábitos culturais e as particularidades de cada comunidade.

A memória coletiva, devido ao seu aspecto de convergência de memórias individuais e a sua característica de construção ampla, é transmissível por gerações e gerações através da oralidade, e do senso comum de sua imparcialidade e veracidade dos fatos. É interessante observar como essas memórias, e algumas baseadas em mitos de memórias individuais que passaram de geração em geração mantêm-se vivas, e muitas vezes atuando como verdade absoluta.

Na Arquivologia, a compreensão da memória ainda é muito ligada ao entendimento dos documentos históricos e do recurso das técnicas arquivísticas. Todavia, esta é uma visão limitada e que inibe a compreensão da memória enquanto elemento de caráter social.

Recorre-se atualmente, com muita frequência, à temática da memória, expressão de interesses e paixões e objeto de um campo interdisciplinar. Diversos termos tendem a ser associados à memória: resgate, preservação, conservação, registro, seleção etc. Neste sentido, a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais. (JARDIM, 1995, p. 01)

Nota-se que, no início deste capítulo, abordou-se a memória enquanto área que abrange psicologia, psicofísica, biologia etc. Na Arquivologia, a importância da Memória se faz presente quando trabalhada em conjunto com a relevância social atribuída aos documentos. Todavia, é

necessário cautela para não a limitar apenas às técnicas e fazeres arquivísticos, tornando sua amplitude limitada.

José Maria Jardim (1995, p. 05) afirma que “A noção de arquivo permanente traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada.” Para o autor, a memória muitas vezes confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado. Isso ocorre devido ao fato de a Memória ser comumente utilizada na arquivologia contemporânea enquanto pilar dos processos de avaliação e seleção de documentos.

A Memória é de relevante importância na Arquivologia, pois é um dos elementos principais que norteiam e estabelecem diretrizes para uma construção de preservação e acesso de documentos históricos. Estes documentos, em sua grande maioria, são registros de memórias coletivas e individuais que facilitam o entendimento de uma sociedade. Para Jardim (1995), busca-se estabelecer a ligação da memória e os recursos técnicos arquivísticos, dada a sua dimensão política.

Se por um lado, tem-se a memória enquanto processo de reconstrução de fatos e que atua enquanto elemento individual do ser, podendo ser coletivo, do outro lado, tem-se a História enquanto “[...] uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes, que controlam os meios de comunicação” como afirma a historiadora Anita Leocadia Prestes (2010, p. 92). Ou seja, se, por um lado, a memória é uma reconstrução de fatos que podem sofrer alterações com as preocupações e interesses individuais, a História, nasce enquanto construção de grupos sociais dominantes, ou seja, aqueles que detêm o poder.

Sendo assim, existem diferentes histórias, cada uma contada de acordo com os interesses sociais predominantes, e com a intencionalidade do apagamento de uma outra história. Jamais existirão versões iguais da mesma História. Existe o fato, este é concreto e não pode ser mudado. Todavia, o registro do fato pode adaptar-se no caso da memória a intencionalidade individual, e no caso da história, os grupos sociais hegemônicos.

Anita Leocadia Prestes (2010) é enfática ao tratar que não existe uma História Neutra, enquanto mera reprodução dos fatos, e sim um recorte do historiador, que demonstra sua subjetividade, seu posicionamento diante do mundo e a realidade na qual ele descreve.

Não há duas narrativas de um mesmo acontecimento que sejam iguais ou coincidentes. A História é uma construção, construção esta que pode ter maior ou menor compromisso com a evidência, mas na qual existe sempre uma carga indiscutível de subjetividade. (PRESTES, 2010, p.92).

A ausência da História Neutra abordada por Anita Prestes dialoga com a ideia de História Oficial que ela trata em seu trabalho. “[...] a História Oficial é expressão da ideologia

dominante, ou seja, dos interesses das classes dominantes numa determinada sociedade dividida em classes antagônicas” (PRESTES, 2010, p. 94). Desta forma, a História Oficial é construída pelos grupos hegemônicos, não atendendo ao compromisso do historiador com a evidência.

Uma História Oficial normalmente é repleta de segundas intenções e oferece riscos para a sociedade. Todavia, além da História Oficial, a escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019) apresenta a ideia de História Única, em seu livro “O perigo de uma história única”.

Em seu livro, Chimamanda Adichie (2019) exhibe alguns exemplos de visões preconceituosas e limitadoras, que normalmente estão recheadas de intencionalidades da História Oficial e construída pelos grupos poderosos do planeta, e acabam gerando equívocos e submissão de grupos sociais a outros. Estas visões, para Chimamanda Adichie (2019), constroem várias versões de uma História Única, nas quais o resultado da história é sempre o mesmo: Uma imagem distorcida e equivocada de um determinado povo ou cultura. “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.” (ADICHIE, 2019, p.11)

Não seria exagero classificar a História Única enquanto fruto da História Oficial. A supremacia de determinados grupos sociais, que teve sua construção iniciada por homens brancos de países colonizadores, seleciona os acontecimentos que melhor os convém como já fora citado anteriormente, e estes constroem a ideia da História Única. “É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder.” (ADICHIE, 2019, p.11)

A História Única é fruto dos próprios preconceitos e discriminações existentes em nossa sociedade, plantadas pelos grupos dominadores em uma tentativa de supremacia e apagamento de existência, com a intenção de extinguir todos os traços de dignidade que uma cultura carrega. “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (ADICHIE, 2019, p.14).

E o que torna a História Única ainda mais preocupante é que ela nasce involuntariamente e independe da região do mundo. Ela nasce na própria configuração do planeta, onde um grupo social do Ponto A desconhece o grupo social do Ponto B, e tudo que este grupo entende são as histórias que foram passadas para si através de visões rasas, equivocadas, intencionais e preconceituosas pelos grupos opressores e dominantes. “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 13).

Logo, a História Única não nasce com intencionalidade. Na verdade, ela é fruto de uma intencionalidade anterior apresentada na História Oficial pelos grupos dominantes. Todavia,

esta ausência de intencionalidade em sua concepção não ameniza os estragos causados por ela. Porém, esta é reversível, a partir do momento em que o acesso a diversas histórias seja possível, e apresentem um novo panorama de um determinado povo ou cultura. Para Chimamanda Ngozi Adichie (2019), a mesma história que tem a função de destruir e caluniar, pode resgatar a esperança e empoderar o seu povo. A solução, ainda de acordo com Chimamanda Adichie (2019, p.16), é rejeitar a história única: “[...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso”.

A História, para Anita Leocádia Prestes (2010) é a construção com base em segundas intenções. Já José Maria Jardim (1995) acredita na história enquanto conhecimento construído de forma intencional, e a memória como uma recuperação constante do passado não intencional. Observamos que essas duas correntes partem de um lugar comum, uma vez que existe uma seleção de elementos de forma intencional, a história diferencia-se da memória.

Para Philippe Joutard (2007) Memória e História tem em comum a representação do que foi e não é mais. Porém, a maneira como fazem isso é de maneira distinta. Ou seja:

A memória tem uma relação direta, afetiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos. [...] A história, já de saída, instaura uma distância; na grande maioria dos casos, o historiador não viveu o passado que descreve, a ligação afetiva e pessoal não é espontânea, mesmo que o assunto estudado pelo historiador tenha alguma relação com sua própria história. Mas, sobretudo, sua atitude em relação ao estudo o obriga a adotar um distanciamento. Para recuperar a etimologia grega, a história é uma “investigação”. O historiador deve combater o esquecimento e não pode se permitir negligenciar os fatos importantes, mesmo se ele os hierarquiza e os classifica. (JOUTARD, 2007, p.223 e 224).

Entretanto, embora apresentem diferenças, Memória e História dividem uma série de elementos que as conectam diretamente umas com as outras. Franciele Merlo e Glaucia Vieira Konrad (2015) abordam em seu trabalho a Memória no sentido da representação de algo memorável, ou seja, na relação que a memória possui com a história devido aos registros das ações do cotidiano e com os documentos como meio formal do registro.

Uma vez estabelecida a conexão Memória e História, percebe-se a inserção de outros elementos para com estas áreas, e um deles é o documento. O documento é considerado o suporte que carrega o registro de uma determinada informação e varia conforme tempo e informação.

Portanto, é de suma importância a análise e compreensão do documento enquanto suporte dos registros, tornando-se um dos elementos-chave na relação entre Memória e História. Para Franciele Merlo e Glaucia Vieira Konrad (2015, p. 35) “[...] esses registros são

considerados formas de memória que contam a História humana.” Desta forma, Dirlene Barros e Dulce Amélia (2009, p. 57) tratam da memória registrada como aquela que “[...] delegou ao arquivo a função de mantê-la viva, de forma a desacelerar o desaparecimento de sinais do que se deseja manter, em face da necessidade do lembrar.”.

A compreensão da História, no que diz respeito à memória de Pierre Nora, é de que “Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história.” (NORA, 1993, p.14). Basicamente, tudo que conhecemos como memória perde sua espontaneidade e seu caráter particular e individual, pois se transformou em História. Para Pierre Nora (1993), esta já é uma memória diferente, arquivística, a qual se apoia no suporte e no registro do acontecimento.

Philippe Joutard (2007) afirma que entre o século XIX e a primeira metade do XX, a História dominava todo o campo de ocupação do passado, inclusive o espaço da Memória. A História possuía diversas características que hoje entendemos como Memória, como esquecimento e deformação. Dialogando com a ideia de Nora (1993) referente ao suporte, Joutard afirma que existe “[...] um fetichismo do documento escrito, um tanto ingênuo, como reflexo do real.” (JOUTARD, 2007, p.231). Para Joutard, a oralidade é tão capaz de referenciar os fatos com tamanha veracidade quanto o documento escrito. Este, não é isento de falhas, intencionalidades e não tem capacidade de assumir toda a responsabilidade nas grandes catástrofes humanas, pelas quais a oralidade perpassa.

Portanto, para Joutard (2007) e Nora (1993), houve equívocos na compreensão da Memória na História com a premissa de que “A memória é sempre suspeita para a história.” Como se a Memória fosse acometida por uma falta de veracidade nos acontecimentos e não representasse a exatidão do fato. Esta compreensão é ultrapassada e não compete mais nos dias de hoje:

A reconciliação começa com este mútuo reconhecimento dos limites da memória e da história: investir-se, uma e outra, de modéstia, e saber que suas aproximações do passado são parciais. Conclui-se, assim, que os dois campos se fortalecem a partir da mútua colaboração. (JOUTARD, 2007, p.233).

Agora que compreendemos as relações entre arquivo, memória e história, passamos para uma compreensão mais profunda de algumas nuances da memória. A próxima seção é baseada na obra de Gayatri Spivaki, intitulada “Pode a subalterna falar?”, em que se trata das memórias subterrâneas e como se configuram em nossa sociedade, de forma cruel e silenciosa.

2.2.1 “Pode a subalterna falar”? discutindo memórias subterrâneas

Iniciamos a discussão dessa seção partindo da noção de memória coletiva de Olga von Simson (2003, p. 14) como: “aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla”, memória essa presente em memoriais, monumentos, arquivos, bibliotecas e obras literárias, legitimando o passado coletivo de um certo grupo.

Essa definição concorda com os pensamentos de Pollak (1989), pois segundo ele a memória coletiva é estruturada por hierarquias e classificações, que ao definir o que é comum a um grupo, reforça sentimentos de pertencimentos e os diferencia dos outros:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p.09)

Pollak (1989) explica que há uma disputa entre as memórias e que essas são selecionadas e enquadradas em processo de formalização da memória oficial. Em contrapartida, existem as memórias subterrâneas. Pollak (1989) afirma que as memórias subterrâneas são as memórias dos marginalizados, dos excluídos e das minorias sociais. Estas sobrevivem por meio da história oral no grupo social a quem essas memórias pertencem, guardadas e passadas por gerações. É a história oral que evidencia a importância dessas memórias para as culturas minoritárias e dominadas. Essas memórias se opõem à memória oficial e não possuem espaço na historiografia.

As memórias subterrâneas são outras versões de uma mesma memória coletiva, através da ótica das minorias sociais e, por estarem à margem da memória oficial, são esquecidas e muitas vezes ocultadas.

Portelli, num texto bastante conhecido dos pesquisadores ligados à História Oral, estudou as diferentes ‘camadas’ de memória sobre o massacre perpetrado por soldados alemães que se construíram na pequena cidade italiana de Civitella. Para o governo italiano Civitella aparecia como um símbolo da resistência ao fascismo. O aniversário do massacre era comemorado com honras nacionais. Mas Portelli descobriu, nos depoimentos dos moradores, uma memória subterrânea, oculta, muito diferente da memória oficial. Os moradores sobreviventes viam o massacre como consequência da irresponsabilidade de militantes *partigiani* que haviam matado alguns oficiais alemães e deixado a população exposta à vingança nazista. Mas esta memória local não cabia na memória oficial que exaltava o heroísmo da pequena vila e por isso era ocultada (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 104-105, grifo do autor).

As memórias subterrâneas, geralmente, não estão evidenciadas em museus memoriais, arquivos e bibliotecas. Estão silenciadas e passam despercebidas pela sociedade. Segundo Olga von Simson (2003), as memórias subterrâneas se expressam quando solicitadas por conflitos sociais por meio dos dos pesquisadores que se utilizam de artifícios como entrevistas e pesquisas biográficas para descobri-las. Só assim essas memórias são colocadas em evidência na sociedade. Olga von Simson (2003) novamente pontua que é a partir desses processos de destaques que essas memórias subterrâneas passam a fazer parte da memória coletiva da sociedade.

Em sua obra “Pode a subalterna falar?” a autora indiana Gayatri Spivak (2014), discute sobre o sujeito subalterno, aquele que tem voz política, mas não é ouvido, porque é oprimido pela manutenção dos pensamentos e estruturas coloniais na mentalidade ocidental.

Spivak (2014) tece duras críticas à forma dos intelectuais ocidentais tentarem visibilizar as vozes dos subalternos. Segundo ela, essas tentativas de darem voz aos subalternos reforçam ainda mais as estruturas de poder do colonialismo, mantendo separados em ocidentais e não ocidentais, Sujeito e Outro. Isso perpetua a violência epistêmica: “o mais claro exemplo de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como o Outro” (SPIVAK, 2014, p. 60).

Os intelectuais ocidentais ao analisarem os subalternos, os nivelam ao mesmo nível de suas sociedades ocidentalizadas, por conseguinte, continuam a perpetuar o estereótipo de que estes são inferiores e até mesmo responsáveis pela manutenção da estrutura que as subalterniza. Bruna Bacelar (2016, p. 27), explica esse fenômeno: “Isto acontece também por que os teóricos ocidentais falam a partir do local em que se encontram, quando a teoria pós-colonial busca analisar as relações de poder a partir da margem ou periferia, onde as desigualdades são mais visíveis”.

A visão desses intelectuais é puramente etnocêntrica, apesar de tentarem dar voz aos subalternos, acabam os distorcendo ou, até mesmo, os silenciando, como quando os responsabilizam pela manutenção da estrutura de poder que os oprimem. Spivak (2014) explica que o receptor das falas do subalterno é de extrema importância, pois estes tendem a narrar e representar guiado por seus próprios interesses.

Spivak (2014) apresenta que a mulher é duas vezes mais oprimida pela violência epistêmica e pela dominação masculina na construção ideológica de gênero. A mulher é apontada como mais fraca e inferior enquanto os homens são associados a aspectos de coragem e virilidade. Assim como teoriza Joan Scott (1995, p. 86): “[...] o gênero é um elemento

constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Sendo assim, voltamos a fazer a pergunta que está no título desta seção, pode a subalterna falar?

Foi por meio de entrevistas que Svetlana Aleksievitch colocou em evidência uma história despercebida aos olhos da sociedade. Em sua obra “A guerra não tem rosto de mulher” (2016), Svetlana Aleksievitch dá voz a centenas de mulheres soviéticas que participaram ativamente da Segunda Guerra Mundial, mas seus relatos nunca tiveram sido sequer citados. Por mais que Svetlana Aleksievitch conte que aproximadamente 1 milhão de mulheres soviéticas participaram como protagonistas da guerra, suas memórias não estavam presentes nos livros de histórias ou representadas em monumentos como heroínas. Muitas mulheres consideravam suas memórias vergonhosas e proibidas porque se opunham à memória oficial. No capítulo de análises e resultados daremos continuidade a esta discussão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo refere-se a uma abordagem qualitativa, pois trata-se de uma análise do papel dos arquivos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo uma linha de pesquisa voltada para a compreensão dos reflexos deste período em um determinado grupo social, no caso, as mulheres, e como suas narrativas de vivência foram consideradas e ouvidas, bem como o papel dos arquivos neste processo. Para Leyde Klebia Rodrigues da Silva (2020) a abordagem qualitativa é de relevante importância ao permitir o “[...] conhecimento da realidade por meio da análise do discurso social e das representações simbólicas verbais com que indivíduos de pesquisa expressam desejos, necessidades, carências, valores e interesses” (SILVA, 2020, p. 45).

De acordo com Denise Silveira e Fernanda Córdova (2009) a pesquisa qualitativa busca explicar o porquê das coisas, porém não as quantifica e se valem de diversas abordagens. Neste sentido, a preocupação da pesquisa refere-se aos aspectos da realidade e não podem ser qualificados, estando ela centrada na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Os objetivos desta pesquisa são considerados de caráter exploratório e descritivo. Exploratório, do ponto de vista de que se trata de uma pesquisa bibliográfica. Antônio Carlos Gil (2002, p. 41) define a pesquisa exploratória como aquela que:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A pesquisa bibliográfica é conceituada como aquela que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p. 44). A base desta pesquisa é solidificada em narrativas escritas e protagonizadas por mulheres, constituindo-se como um levantamento bibliográfico. Para Gil (2002), grande parte dos trabalhos acadêmicos de caráter exploratório podem ser considerados como pesquisas bibliográficas, por recorrerem rotineiramente a fontes bibliográficas diversas, comumente compostas por livros, publicações periódicas e impressos diversos.

Todavia, além de utilizar da pesquisa bibliográfica, o presente estudo também se utiliza da pesquisa documental, por adotar além de textos bibliográficos imagens, como fotografias. Gil (2002, p. 45) afirma que “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos

da pesquisa.” Embora possa facilmente ser confundida com a pesquisa bibliográfica, esta diferencia-se em suas fontes de informação, que são as mais diversas. Levando-se em consideração que a obra “O Diário de Anne Frank” nasce a partir de um diário pessoal, sem a intencionalidade de uma publicação, este modelo de pesquisa também se encaixa na perspectiva deste estudo. Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, o que torna ainda mais difícil delimitar o que é uma pesquisa bibliográfica e o que é uma pesquisa documental, “[...] é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura.” (GIL, 2002, p. 46).

Além do seu objetivo de pesquisa exploratória, o presente estudo faz uso da pesquisa descritiva, por realizar análises no que diz respeito ao posicionamento dos arquivos no período da Segunda Guerra Mundial, sua produção documental, e o papel das mulheres e como foram retratadas neste período. Trata-se, portanto, do estudo da característica de um grupo. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2002, p. 42).

O objeto de pesquisa deste estudo se detém nas narrativas de mulheres que vivenciaram a Segunda Guerra Mundial e quais as suas memórias durante este período. Estas narrativas estão nas obras de Anne Frank, Nanette B. Konig e Svetlana Aleksievitch, em que cada uma das narrativas exploradas nesta pesquisa tem suas particularidades e são a base para a compreensão do papel dos arquivos nas memórias coletivas das mulheres durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Se por um lado o objeto de pesquisa são as narrativas destas mulheres, por outro, o corpus de pesquisa consiste na memória destas sobre o período da Segunda Guerra Mundial. Aqui, exploram-se os relatos, suas semelhanças e singularidades no que tange ao descaso e apagamento social que sofreram no período e, em alguns casos, depois da Segunda Guerra. Embora sejam diferentes relatos, contados em situações e posições diferentes, ambos relatam os horrores de um período sombrio, e que insiste em manter-se vivo, silenciando suas vítimas, em especial as mulheres.

O método autobiográfico é classificado como aquele em que se utilizam os materiais primários na pesquisa, isto é, as narrativas autobiográficas (SANTOS; GARMS, 2014, p. 4097). Para Leyde Klebia Rodrigues da Silva (2020, p.46) “O procedimento autobiográfico evoca crenças, acontecimentos, situações, personagens, percursos de formação e trajetórias de vida

pessoal e profissional.” Este método encaixa-se neste presente estudo com foco nas narrativas das mulheres recontadas por Svetlana Aleksievitch, e nos relatos de Anne Frank e Nanette Blitz.

São três narrativas de mulheres que vivenciaram ou relataram sobre o período da Segunda Guerra Mundial e que são apresentadas sob sua visão, representadas através de obras literárias. As narrativas foram escolhidas com base na trajetória de leitura da autora desse trabalho, bem como os impactos que cada uma delas, em sua proposta, podem contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária e justa, que retratem e deem voz a milhões de mulheres durante o período da Segunda Guerra Mundial.

“O Diário de Anne Frank” foi escrito entre 12 de junho de 1942 até 01 de agosto de 1944, por Anne Frank, entre seus 13 e 15 anos, durante o tempo em que ficou escondida dos nazistas em um anexo da antiga empresa de seu pai. O Diário foi publicado pela primeira vez em 1947. “Eu sobrevivi ao Holocausto” foi publicado em 2015 e escrito aproximadamente setenta anos depois da autora Nanette Blitz Konig ter passado por um campo de concentração nazista. “A guerra não tem rosto de mulher” foi fruto de uma pesquisa de anos, pelos quais Svetlana Aleksievitch buscou narrativas de mulheres soviéticas que vivenciaram e participaram ativamente no exército durante o período da Segunda Guerra Mundial. Após as diversas entrevistas, a autora compilou as narrativas e as reuniu em uma obra publicado pela primeira vez em 1985.

Embora tenham propostas diferentes, cada obra conta histórias de mulheres no período da Segunda Guerra Mundial. “O Diário de Anne Frank”, como o próprio nome sugere, é um diário íntimo, pessoal, escrito por uma adolescente durante a sua vivência na guerra até o dia de sua morte. Nele, é possível sentir e viver cada momento de Anne enquanto adolescente, bem como suas preocupações e concepções da guerra, que ainda dividiam espaço com as apreensões e inseguranças que a adolescência pode gerar. Esta é a narrativa de uma criança que teve sua liberdade privada no período de guerra.

“Eu sobrevivi ao Holocausto” apresenta memórias da autora Nanette Blitz Konig e foi escrito muitos anos após o período da guerra, mas especificamente em 2015, em que a riqueza em detalhes vista nos diários de Anne dão lugar às imperfeições naturais da memória humana, bem como o horror de uma vítima que saiu viva deste período (1943-1945) e passou a lidar com os medos e impactos gerados por um período trágico da história humana. Por último, “A guerra não tem rosto de mulher” escrito por Svetlana Aleksievitch, publicado originalmente em 1985, no qual a autora reconstrói histórias de milhares de mulheres que lutaram na linha de frente do exército soviético durante a Segunda Guerra. Se na obra de Nanette B. Konig a reconstrução da memória é da própria autora enquanto civil em um período de guerra, neste, Svetlana

Aleksiévitch ajuda a reconstruir a memória de outras mulheres que lutaram na guerra, o que deixa claro que estas memórias foram silenciadas devido a uma conjuntura social voltada para as conquistas do homem. Cada obra, em sua proposta, apresenta diferentes narrativas de diferentes mulheres, com diferentes idades e posições, que viveram durante o mesmo período.

Portanto, estas obras de Anne Frank, Nanette B. Konig e Svetlana Aleksiévitch são entendidas no âmbito desta pesquisa como narrativas de fatos históricos e memórias coletivas. São memórias coletivas de diferentes pontos de vistas e divergentes perspectivas, se por um lado as memórias escritas por Anne Frank e Nanette B. Konig são voltadas para o ponto de vista dos civis na Segunda Guerra, por outro lado a de Svetlana Aleksiévitch consiste em diversos relatos de mulheres que estavam na linha de frente do respectivo período. Da mesma forma, Svetlana Aleksiévitch e Nanette B. Konig recuperam memórias, enquanto a obra de Anne Frank é registrada quase que instantaneamente aos fatos. Estas singularidades atreladas as suas diferenças são importantes para que se tenha uma análise ampla do contexto histórico na qual essas mulheres estavam inseridas, bem como deixa claro que todas sofreram em alguma estância durante a Segunda Guerra Mundial. Uma vez compreendida a metodologia do trabalho e sua importância para o meio acadêmico, bem como a das obras que se fazem presentes no estudo, no próximo capítulo, trataremos das análises, dos resultados e das discussões do tema.

4 NARRATIVAS DE MULHERES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, iremos apresentar as narrativas que são objeto de estudo da presente pesquisa, bem como discorrer sobre suas obras e os seus relatos, e quais os impactos que esses relatos têm na construção da memória coletiva. Subsequentemente, uma vez aqui apresentadas as obras e debatidos seus pontos de semelhanças, avaliaremos a importância dos arquivos na ressignificação da memória coletiva, em especial das mulheres deste período, e (re)contaremos as memórias destas mulheres durante a Segunda Guerra Mundial.

4.1 A HISTÓRIA VIVENCIADA E A HISTÓRIA NARRADA

Nesta seção, serão abordadas as narrativas de Anne Frank, Nanette Blitz Konig e Svetlana Aleksievitch. A primeira narrativa nasce como um diário íntimo, escrito inicialmente sem a pretensão de vir à público, durante o período da Segunda Guerra. Neste, nota-se uma riqueza em detalhes, que somente uma escrita em tempo real seria capaz de executar, bem como uma informalidade característica de diários íntimos. A segunda obra é (re)construção de memória, escrita mais de sessenta anos depois do período da guerra, com a pretensão de tornar-se pública, cujo resgate da memória carrega o amadurecimento da escritora, bem como sua intencionalidade em relatar os horrores da guerra. A última obra, de Svetlana Aleksievitch, é um compilado de narrativas de mulheres em posições distintas à de Anne Frank e Nanette B. Konig, mas que sofreram tanto quanto. São mulheres que estiveram na linha de frente da guerra, na luta contra o regime nazista e seus condescendentes, sendo obrigadas a cometerem horrores nos quais jamais imaginaram um dia, ao mesmo tempo em que também são vítimas da guerra.

Já que nesta etapa da pesquisa estamos falando das narrativas, é de suma importância a compreensão de história vivenciada e história narrada. Gabriele Rosenthal (2014), em seu trabalho intitulado “História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar”, aborda inicialmente que os registros biográficos possuem um pequeno problema: são resgates de uma realidade que já passou, uma situação concreta na qual se recordaram anteriormente, traduziram para uma forma escrita e sofre a influência de pessoas que participaram destas recordações. Para a autora, “[...] o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso.” (ROSENTHAL, 2014, p. 229).

Sendo assim, Gabriele Rosenthal (2014) conceitua a história vivenciada como “[...] sequência das vivências biográficas no tempo objetivo, cronológico (diferentemente do tempo vivenciado subjetivamente) e seus possíveis significados no passado.” (ROSENTHAL, 2014, p.232) e a história narrada como aquela em que “[...] se analisa o surgimento processual da auto apresentação biográfica quando de sua elaboração oral – ou também por escrito – e interativa.” (ROSENTHAL, 2014, p. 232).

Desta forma, algumas obras aqui analisadas podem sofrer com os impactos da temporalidade e das interpretações e intenções presentes nas narrativas apresentadas. “Eu sobrevivi Ao Holocausto”, por exemplo, é uma obra contada mais de sessenta anos após o fato, e está suscetível a apagamentos naturais que o tempo pode causar, todavia, desconsidera-se que qualquer apagamento seja fruto de uma intencionalidade da autora, uma vez que esta obra atua enquanto resgate para debater os horrores da guerra. Neste sentido, a história narrada nesta obra tem o olhar especial de anos posteriores ao fato, carregados de dor e reflexões do período, que serão incrementadas junto a recordação dos fatos.

É importante frisar mais uma vez que a obra de Anne Frank não está isenta dos impactos que o resgate da memória pode causar, mas sim que por ser escrito quase que simultaneamente aos fatos, sem intenção de tornar-se público, os elementos que interferem no relato sequencial das vivências da autora são menores do que os de Nanette Blitz Konig e Svetlana Aleksievitch. No caso de Aleksievitch, sua obra não é uma memória exclusivamente pessoal, mas sim uma coleta de dados por meio de entrevistas de diversas mulheres, cerca de 40 anos após a guerra. Nesta obra, deve-se levar em consideração que são centenas de relatos de centenas de mulheres diferentes, cada uma delas poderá recordar o passado de acordo com as recordações que possuem, sejam elas cem por cento fiéis aos fatos ou não. Aqui, neste caso, as narrativas estão sujeitas ao apagamento intencional pelo constrangimento, pela vergonha, pelo trauma ao qual foram submetidas, bem como podem sofrer com o apagamento natural e a dificuldade de memória enquanto capacidade cerebral que fica comprometida com o passar dos anos. É importante frisar que quando se fala em “apagamento intencional” o objetivo não é culpabilizar as mulheres por isso, mas sim justificar que esses apagamentos são frutos das feridas psicológicas, impostas pela guerra, que nunca se fecham, cujo único remédio para amenizar a dor é tentar esquecer essas marcas. Uma vez compreendida estas dificuldades que podem surgir na análise do estudo, passamos agora para a apresentação daquelas que protagonizam esta pesquisa.

Annelies Marie Frank foi uma garota alemã, nascida em Frankfurt, em 1929. Sua família era de origem judaica e imigraram para a Holanda em 1933/34 quando Anne tinha sete

anos e sua única irmã, chamada de Margot, dez anos. A migração foi por motivos profissionais de seu pai, Otto Frank. “O Diário de Anne Frank” (2014) começa a ser escrito a partir de 12 de junho de 1942, dia em que ela ganha o diário, até o último dia registrado. A solidão que sentia, mesmo estando rodeadas de colegas e familiares, foi o estopim para ela começar a escrever o seu diário, personificando-o. Ela transforma o diário em uma amiga, que se chamaria Kitty e seria sua confidente. Para Kitty ela contava o seu cotidiano, comum de uma menina de treze anos: andar de bicicleta, ir à sorveteria com amigos, estudar para provas.

Apesar disso, sua vida não era nada convencional, vivendo em um período de guerra e sendo judia morando em um país tomado pelos nazistas. Sua liberdade e dos outros judeus eram bastante restringidas por meio de decretos antissemitas. Os judeus não podiam utilizar/possuir quaisquer veículos de transportes, não podiam frequentar lugares de lazer sociais como quadras, piscinas e teatros, eram proibidos de sair às ruas das oito horas da noite às seis da manhã. Dentre diversas proibições que são amplamente detalhadas em “O Diário de Anne Frank”.

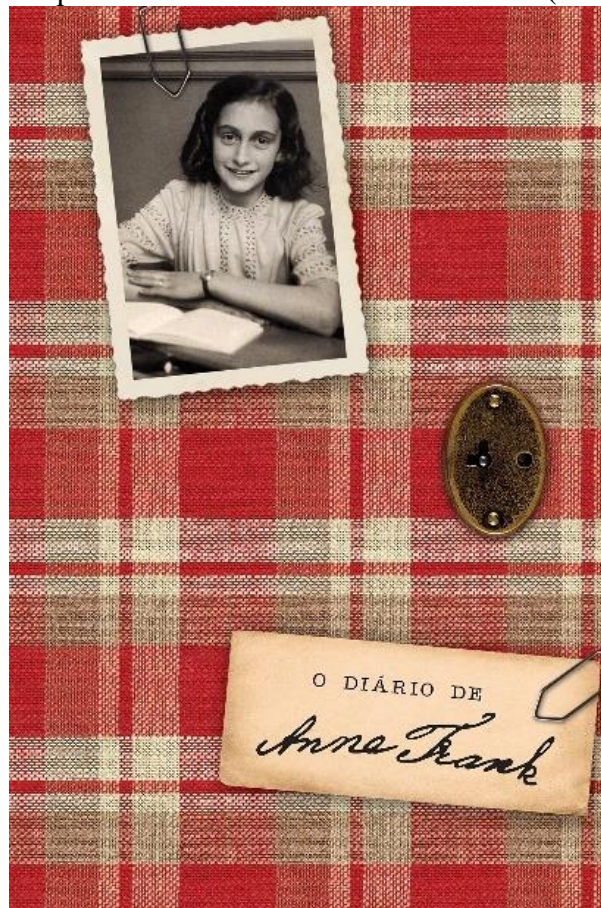
No início do seu diário, ela conta sobre a sua vida, apesar das restrições, sua escola e família. Alguns dias depois, um acontecimento mudara a sua vida ainda mais, fazendo com que ela, seu pai Otto Frank, sua mãe Edith Frank e sua irmã Margot, fossem se esconder em um anexo da empresa do seu pai. A partir de então, desde o dia em que a família se esconde, 09 de julho de 1942, o diário sofre mudanças. Agora Anne passa a contar sobre o dia a dia vivendo escondida, sem respirar ar puro, sem poder fazer o mínimo barulho para que os funcionários não desconfiassem. São escritas por ora cheias de medo, com pavor de serem descobertos, levados para os campos de concentração e extermínio, e em contrapartida uma enorme vontade que Anne tinha de viver. Após ouvir no rádio que o governo holandês iria recolher cartas, diários, sobre o período de guerra assim que ela se findasse, Anne decidiu reescrever o diário e projetar uma futura publicação de um livro, levando a escrita com mais seriedade. Foi como uma chama de esperança, uma visão do futuro, que Anne Frank poderia sobreviver e sair daquele local.

Ela escreveu sobre sua vida nesses dois anos que esteve escondida, e infelizmente o dia 01 de agosto de 1944 foi a data do seu último escrito. O diário foi encontrado por duas funcionárias da empresa do seu pai, no sótão com as páginas espalhadas pelo chão. Guardaram e quando tiveram a plena certeza de que Anne estava morta entregaram a Otto Frank.

Anne Frank mantinha seu diário como fonte de conforto e ajuda, ela escrevia sua opinião sobre diversas coisas da vida. A princípio a adolescente escrevia para ela mesma, coisas da puberdade, família, aspirações, e assuntos que não tinha coragem de contar para ninguém. Tudo muda após uma transmissão radiofônica, em que um membro do governo holandês anunciara

que recolheria testemunhos a respeito da ocupação alemã, como cartas e diários. Anne começou a reescrever o diário, acrescentar anotações, tirar informações que considerava irrelevantes, decidida que, quando a guerra terminasse, publicaria um livro baseado em seu diário. Ao mesmo tempo, Anne continuava escrevendo seu diário original. Essa primeira versão sem cortes, é conhecida com versão A. Já a versão reescrita por Anne é conhecida como versão B. Otto Frank, após ler o diário, decidiu realizar o sonho da filha, entretanto, ele organizou o diário omitindo algumas passagens de caráter privado da sua filha, como sexualidade e relacionamento com a mãe. Essa versão ficou conhecida como versão C, aquele que ficou conhecido mundialmente como “O Diário de Anne Frank” (imagem 1). Foi publicado pela primeira vez em 1947 e Otto Frank deixou os manuscritos para o Instituto Estatal Holandês para a Documentação de Guerra (RIOD).

Imagem 1 – Capa da obra “O Diário de Anne Frank” (Edição de 2014)



Fonte: Disponível em:
<https://livrariascuritiba.vteximg.com.br/arquivos/ids/1909773-1000-1000/LV368894.jpg?v=637262789733930000>

A obra possui outras versões completas publicadas, como a *The Diary of Anne Frank: The Critical Edition* (1989), que contém a versão A, B e C. A versão que é estudo desse

trabalho, baseia-se na B do “O Diário de Anne Frank” a que ela escreveu quando tinha, aproximadamente, quinze anos. O diário de Anne Frank é considerado uma das obras mais importantes do século XX. Interessante, cruel e puro, relata a guerra sobre a narrativa de uma quase sobrevivente. A sensação da perda de liberdade, a angústia de serem pegos, e a tristeza marcaram a fase adolescente de uma garota tão jovem. É uma dádiva, hoje, o acesso a um testemunho tão verídico e poder realizar o sonho da jovem Anne Frank.

A relação da menina com o documento, isto é, o seu diário, demonstra-se crucial para a sua sobrevivência e sanidade no anexo, como diz a própria Anne Frank (2014): “o papel tem mais paciência que as pessoas”. E 1957 o prédio em que a família se escondeu, a antiga empresa se transformaria em um memorial com o nome de Casa da Anne Frank, que permite o acesso ao local onde a menina e sua família passaram seus dois últimos anos de vida.

Nanette Blitz Konig é uma escritora holandesa de origem judaica, nascida em Amsterdã, em 6 de abril de 1929. É uma sobrevivente do Holocausto Judeu durante a Segunda Guerra Mundial. A vida de Nanette B. Konig virou de cabeça para baixo quando Adolf Hitler invadiu a Alemanha no dia 10 de maio de 1940. O governo Holandês não reagiu, entregando o país para os alemães em um período de 5 dias. Assim como Anne Frank, Blitz também viu sua liberdade ser arrancada ao não poder frequentar determinados lugares, conviver com os toques de recolher e ver seus amigos desaparecerem a cada dia.

Em uma data não especificada por ela, no mês de setembro de 1943, a família foi surpreendida por batidas fortes na porta da casa, eram oficiais nazistas. A família foi colocada em um trem com o destino rumo a Westerbork, um campo de transição, quase uma triagem para destinar a outros campos. Westerbork era descrito por Nanette B. Konig como um lugar cinza e inóspito, porém muito melhor das condições futuras que passariam.

A família de Nanette B. Konig passou bastante tempo lá, o que aumentava a esperança de sobreviver. Devido à postura respeitada do pai da garota, por ser ex-diretor do Banco Nacional Holandês, os nomes da família passaram a integrar a “Lista Palestina”, na qual estavam nomes de judeus que poderiam ser trocados por prisioneiros alemães.

No campo existia uma lista rotineira em que toda segunda-feira se liam nomes daqueles que deveriam apresentar-se para a deportação para os campos de extermínio. No dia 4 de fevereiro de 1944, passados quatro meses da família naquele campo, estes foram postos em um trem rumo ao campo de concentração Bergen-Belsen. Blitz descreve quão terrível e deplorável eram as situações de vida no campo com a falta de comida, desnutrição, falta de subsídios mínimos para sobreviver, superlotação, doenças, as humilhações diárias, os castigos físicos, a perda da dignidade, os abalos psicológicos, e, sobretudo, com a falta de higiene.

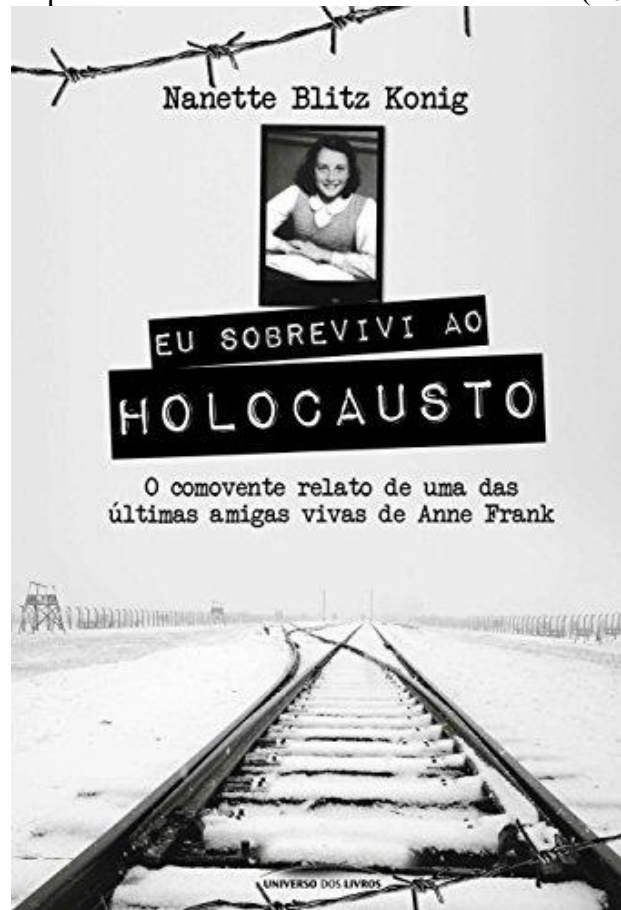
A situação em Bergen-Belsen só piorava com o medo dos alemães de perder a guerra causada pelas investidas dos Aliados. A partir de então, os prisioneiros foram retirados dos campos mais distantes para os mais próximos da Alemanha, o que ocasionava na superlotação do campo por pessoas que já se encontravam doentes, desnutridas e sem esperança. Os nazistas aceleravam o processo de extermínio de modo a apagar os vestígios das terríveis ações que empreenderam.

Em novembro de 1944, Nanette Blitz Konig perdeu o seu pai. No início de dezembro, o irmão e mãe de Nanette B. Konig foram transferidos para outros campos de concentração e de trabalho escravo. Nunca mais foram vistos. A garota se encontrara sozinha, doente, definhando e sem esperança alguma de retomar uma vida normal. Foi apenas em 12 de abril de 1945 que tropas britânicas apareceram para libertar os prisioneiros. Doente e contaminada pelo tifo, foi levada ao hospital e ficou duas semanas internada. Logo após esse acontecimento, retornou à Holanda, época que passou três anos internada em um sanatório para se recuperar e voltar a ter uma vida normal. Fez um curso de secretariado na Inglaterra e, em 1953, casou-se e imigrou para o Brasil. Hoje, Nanette B. Konig reside em São Paulo, tem três filhos e percorre o país realizando palestras a fim de não permitir que sua história, e a história de milhões de judeus sejam esquecidas.

Nanette B. Konig diz que, durante muito tempo, tentou esquecer o sofrimento que viveu nos campos de concentração, mas como era questionada constantemente por filhos e netos sobre sua adolescência e sua linhagem anterior, Nanette admitiu que essa história nunca estaria distante dela: “eu sou a história”, Nanette B. Konig (2015 p. 7).

Diferente de Anne Frank, Nanette B. Konig só veio registrar tudo o que passou após cerca de setenta anos dos acontecimentos, quando uma amiga próxima passou a incentivar Nanette B. Konig a escrever a história e transformá-la em livro. Em sua obra “Eu sobrevivi ao Holocausto” (2015) imagem 2, ela relata os principais acontecimentos vivenciados por ela antes, durante e depois da guerra, de acordo com a recuperação da memória dessa época sombria.

Imagem 2 – Capa da obra “Eu sobrevivi ao Holocausto” (Edição de 2015)



Fonte: Disponível em: <https://kbimages1-a.akamaihd.net/cc6497dc-e59d-4318-af2f-02b514c0213d/1200/1200/False/eu-sobrevivi-ao-holocausto-1.jpg>

Foi assim que, em 2015, a primeira edição do livro foi publicada no Brasil. A escrita e publicação foi motivada pela necessidade do lembrar, de fazer os acontecimentos presentes, não permitir que ninguém esquecesse e para conscientizar as futuras gerações “Vou morrer lutando para que seres humanos não sofram nem percam sua dignidade como aconteceu com os judeus naquela época, como aconteceu comigo. A necessidade de contar essa história nasce da necessidade de conscientizar o mundo”. (KONIG, 2015, p. 8).

Svetlana Aleksievitch é uma jornalista e escritora nascida na Ucrânia, em 1948, no pós-guerra. Nascer no pós-guerra modificou muito a sua vida. Boa parte da sua família perdeu a vida no *front*. Ela cresceu em uma vila majoritariamente composta por mulheres, tanto que ela não se lembra de vozes masculinas, e era através dessas mulheres que Aleksievitch ouvia os relatos sobre a guerra.

Diferente de outras crianças, Aleksievitch não apreciava a literatura sobre guerra, o que parecia ser o assunto favorito dos adolescentes de sua idade, afinal, a guerra era constantemente lembrada. Crianças constantemente brincavam de alemães e russos. Boa parte dos livros da

biblioteca eram sobre a guerra. Na escola, era ensinado o quão bom era morrer em nome da pátria. Mas ela achava lógico, já que todos eram filhos da Vitória. Todas essas lembranças eram da visão masculina, contrariando os relatos que ela ouvia na sua vila.

O mundo após a guerra era o único que ela conhecia. E anos depois Svetlana Aleksiévitich escreveria sobre a guerra, mas em uma perspectiva completamente diferente. Svetlana Aleksiévitich passou muito tempo procurando como ela representaria em palavras tudo aquilo que ouvia na sua vila. Após ter contato com o livro “Eu venho de uma vila em chamas” de Aliés Adamóvitch, composto de relatos de vida, ela sentiu que poderia fazer o mesmo com todos os relatos que ouvira durante a infância. A busca por um gênero literário que a contemplasse havia acabado.

Motivada pelo interesse de não escrever apenas mais um livro sobre guerra, depois de mais de dois anos de entrevista, Aleksiévitich se deu conta de quantos relatos ela reunira de mulheres que participaram ativamente da guerra e o quanto isso não era representado na literatura, nem escritos por mulheres e nem sobre mulheres. Era como se o protagonismo das mulheres russas na guerra ficasse restrito aos desabafos das mulheres de sua vila, nada mais que isso. Svetlana Aleksiévitich (2016, p. 12) diz: [...] por que, depois de defender e ocupar seu lugar em um mundo antes absolutamente masculino, as mulheres não defenderam sua história? Suas palavras e seus sentimentos? Não deram crédito a si mesmas [...] A guerra delas permaneceu desconhecida...”. Era sobre a guerra das mulheres que seria sua obra.

Foram dois anos de entrevista e mais de duzentas histórias de mulheres, em que muitas delas cotavam pela primeira vez a sua história no *front*. Algumas mulheres que se recusavam a falar sobre aquela época. Outras tinham vergonha de seus feitos. Diversas vezes Svetlana Aleksiévitich se espantou com fato de mulheres que, na época eram professoras, contadoras e cientistas, tornaram-se militares por alguns anos. Muitas delas pareciam falar não só de outra época, mas também de outras garotas, que não eram elas.

O manuscrito intitulado “A guerra não tem rosto de mulher” (imagem 3) ficou na gaveta por muito tempo após várias recusas de editoras.

Imagem 3 – Capa da obra “A guerra não tem rosto de mulher” (Edição de 2016)



Fonte: Disponível em: https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/41W-3QxFbCL._SX342_SY445_QL70_ML2_.jpg

Svetlana Aleksievitch (2016) afirma que as desculpas eram sempre as mesmas de que era uma guerra terrível demais com muito horror e naturalismo: “Em outras palavras, não é a guerra certa... e qual seria? Com generais e o sábio generalíssimo? Com heróis e façanhas?” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.25). Svetlana Aleksievitch se lembra muito bem das histórias que sua avó contava, e definitivamente não era a história errada.

4.1.1 O diário de Anne Frank

A história do diário de Anne Frank se inicia no dia do seu aniversário, 12 de junho de 1942. Foi um presente de aniversário dado por seus pais em comemoração aos seus treze anos. Anne tem uma relação de confidente, melhor amiga com seu diário e o apelida de Kitty. Anne tinha amigas, mas não amigas de verdade, se sentia só e o diário poderia muito bem protagonizar esse papel na sua vida. Assim como todas as pessoas novas que conhecemos, era preciso apresentar sua vida a Kitty: “Espero contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e

espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda” (FRANK, 1942, p. 11)

E assim Annelies faz, apresenta a sua vida, a sua escola, sua família, fala mal das pessoas da sua escola e dos garotos de quem gosta, uma adolescente comum. De uma forma engraçada, ela fala das colegas de turma que não gosta e porque não gosta, algumas, segundo ela, são sujas, vulgares e fofoqueiras. Suas opiniões sobre os outros são fortes.

O principal motivo de Anne começar a escrever um diário é o fato de sentir-se sozinha. Havia limites em suas amizades, para ela era apenas diversão, ela não conseguia se aproximar mais das amigas ao ponto de confidenciar coisas ou apenas expor os seus pensamentos.

Depois de apresentar todos os seus ciclos sociais a Kitty, ela decide fazer uma inauguração solene do seu diário, no dia 20 de junho de 1942. Seus dias seguintes são cheios de preocupação acerca do resultado do ano letivo, Anne não é boa em matemática, mas mantém a positividade, apesar de ser bastante punida nessa matéria por tagarelar demais.

A vida de Anne Frank, por vezes, parecia comum. Ir à escola, estudar para provas, divergências familiares, se divertir com as amigas. Entretanto, sua vida de comum nada tinha. Ela vivia em um período de guerra e sua liberdade era bastante restringida. A Holanda estava vivendo um período de ocupação pelos nazistas, desde maio de 1940, e estes impuseram uma série de decretos que atingiam a comunidade judaica. Os judeus deveriam utilizar uma estrela amarela para identificação, eram proibidos de andar de carro mesmo que possuíssem, só podiam fazer compras entre as três e as cinco da tarde. Só podiam frequentar comércios e escolas de proprietários judeus, não podiam frequentar cinemas, teatros, piscinas e praças. Sobretudo, eram proibidos de sair as ruas entre as oito da noite e seis da manhã.

Até o dia 01 de julho, sua vida permanecia a mesma, mas não por muito tempo: Anne e sua família mal poderiam prever o que estava por vir. No dia 05 de julho, o pai de Anne, Otto Frank conversou com ela enquanto caminhavam em uma praça sobre o quanto seria difícil se esconder. Explicou que há mais de um ano eles estão levando roupas e móveis, e que se esconder era melhor que cair nas mãos dos alemães. Por último, Otto fez um pedido a Anne: que ela desfrutasse sua vida despreocupada enquanto ainda podia.

Três dias depois, a irmã de Anne, Margot Frank recebeu uma notificação da Schutzstaffel (SS), o exército particular do Partido Nazista. Uma notificação podia significar uma intimação para os campos de trabalho forçado. Margot explica para Anne que sua mãe foi ao encontro de amigos organizar a ida para ir ao esconderijo.

Margot e Anne começaram a juntar os seus pertences e a primeira coisa que Anne guardou foi seu diário. Fora arquitetado um plano de ir ao esconderijo naquela mesma noite, com a ajuda de Miep Gies, funcionária da empresa de Otto Frank; as roupas e alguns pertences

da família Frank foram levadas em bolsas.

Tudo aconteceu rapidamente, as cinco da manhã todos foram acordados, vestiram várias camadas de roupas, a única forma deles conseguirem levar as próprias roupas: “Nenhum judeu em nossa situação ousaria sair de casa com uma mala cheia” (FRANK, Anne, 2004, p. 31).

Anne só conseguiu se despedir de um único alguém: sua gata Moortje, deixada com um bilhete para ser dada a algum vizinho. Às sete e meia, do dia 09 de julho, a família Frank deixou sua casa rumo ao esconderijo. É revelado para Anne que o plano era ir para o esconderijo dia 16 de julho, mas com a intimação de Margot o plano teve que ser antecipado. O esconderijo ficava no prédio do escritório da Dutch Opekta Company (imagem 4), onde o Sr. Frank trabalhava. Pouca gente trabalhava no prédio: Sr. Kugler, Sr. Kleiman, Miep Gies e Bep Voskuijl, todos informados da ida da família Frank e dispostos a ajudarem. Na empresa trabalhavam também três funcionários do armazém da empresa, mas que não foram informados de nada. Além da família Frank, a família do sócio de Otto Frank também iria, era composto de três pessoas: Hermann e Petronella van Daan e seu filho Peter van Daan, esses nomes são, na verdade, pseudônimos inventados por Anne e que foi mantido na posterior publicação do diário. Nesse trabalho, manteremos os pseudônimos inventados por Anne Frank.

Imagem 4 – O prédio do escritório que serviria de esconderijo para a família Frank e amigos.



Fonte: Disponível em:

<https://encryptedtbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRyXua6FNf0bcDJy1S2SINfbYVpsTmnPu1suA&usqp=CAU>

No terceiro andar do prédio, uma estante de livros, (imagem 5) separava o prédio da empresa do esconderijo. Atrás da escada tinha um cômodo, um banheiro e uma escada íngreme.

Este cômodo serviria de dormitório e sala de estar à família Frank; um quarto menor que serviria de quarto e local de estudo para Anne e Margot Frank. Subindo a escada íngreme, era o quarto andar que contava com um cômodo grande que serviria de cozinha, área de convivência para os sete integrantes bem como do quarto do casal Sr. e Sra. van Daan; no cômodo também tinha uma porta que dava para o quarto de Peter van Daan e uma escada que dava para o sótão.

Imagem 5 – Estante que dividia a empresa do esconderijo.



Fonte: Disponível em: https://static.dw.com/image/46397495_101.jpg

Anne apelidou carinhosamente o esconderijo de Anexo Secreto e demorou alguns dias para que ela entendesse o que a tinha acontecido e o que estava para acontecer.

Anne achava que ficar escondida era meio que ficar de férias em uma pensão estranha, e apesar de úmido não podia existir anexo melhor que aquele. Os dias foram passando e as coisas foram ficando mais sombrias, todo dia a família costurava cortinas para tapar as janelas, o medo dos vizinhos ouvirem algum barulho à noite era grande e o medo dos funcionários, que não sabiam que eles estavam escondidos ali, ouvirem alguma coisa era maior ainda.

O prédio da empresa ficava à direita de uma empresa e à esquerda de uma fábrica de móveis. Os prédios ficaram lado a lado e as paredes eram finas. O medo de qualquer som os

denunciar é grande ao ponto de a família proibir Margot de tossir à noite, mesmo a menina estando resfriada. Para a alegria de Anne Frank, os van Daan vão logo chegar, e ela nutre muita expectativa com a chegada deles, do anexo ser transformado em um lugar não tão silencioso e mais divertido.

O confinamento passa a aflorar os sentimentos familiares. Anne sente que está se afastando da mãe e da irmã, e que a tratam de modo diferente. Enquanto a mãe é muito dura com ela, não pune Margot, mesmo que ela esteja errada. Para Anne, o único que a compreende de verdade é seu pai.

Os van Daan chegaram no dia 13 de julho e Anne só voltou a escrever no seu diário um mês depois, porque não havia muito o que relatar. Quando colocam suas famílias confinadas dentro de uma casa, pequenas coisas se tornam grandes. Acontecem algumas brigas por divergências de opiniões à respeito da criação de Anne, dos van Daan esconderem suas comidas e sobre ajuda nas tarefas domésticas.

Em outubro, Miep Gies conta para eles o que está acontecendo com a comunidade judaica. Muitos judeus amigos da família estão sendo levados para campos de concentração para trabalho forçado e assassinados por gás. Todos no anexo ficam tristes com as notícias trazidas. Otto Frank adoece severamente e Anne reflete que não podem sequer chamar um médico e tampouco sair para uma consulta. Pessoas foragidas e na clandestinidade não possuem direitos. Bep, Miep, Sr. Kugler e Sr. Kleiman são os aliados da família que trazem comida, remédio e diversão.

No dia 17 de novembro, é agregado um novo integrante. Um dentista chamado Albert Dussel, descrito por Anne como um homem quieto e refinado, de acordo com o conhecimento superficial. Dussel passa a dividir e ocupar o quarto que antes era de Margot e Anne, sendo que Margot passa a ir para o cômodo dos pais. São apresentadas ao novo inquilino as regras do anexo secreto como os horários das refeições, horário de descanso, leitura e diversão. A parte quanto ao uso do idioma é a mais interessante: é necessário falar baixo o tempo todo. Somente devem ser faladas línguas de pessoas civilizadas, portanto, nada de alemão.

Albert Dussel traz muitas novidades do mundo a fora, notícias de amigos que foram levados a destinos horríveis. Veículos militares batem de porta em portas com suas listas procurando judeus e os achando e levando embora. Delatores são pagos para denunciar judeus. Não importa se são grávidas, mulheres e crianças. Ninguém é poupado.

Anne pensa que, apesar de tudo, tem muita sorte de estar longe de tudo isso. “Sinto-me má ao dormir numa cama quente, enquanto em algum lugar meus melhores amigos estão caindo de exaustão ou sendo derrubados” (FRANK, 2014, p. 80)

Enquanto isso, Anne se sente cada vez mais sozinha, culpada e ingrata por estar bem e segura enquanto os outros estão sofrendo. É um contraste muito grande entre a vida de diversão e amigos que Anne tinha antes e sua vida hoje. Não que ela considere horrível sua vida hoje, ao comparar com a dos outros judeus, mas sua vida de privação também não é nada fácil.

Anne estuda mais do que quando estava na escola, ela e alguns membros começaram alguns cursos por correspondências com o nome de Miep para passar o tempo. Anne estuda taquigrafia em francês, inglês, alemão e holandês, geometria, álgebra, história, geografia, história da arte, mitologia, biologia e entre outros. Apesar disso, há muitos momentos de tédio, e dessa vez tomando conta da vida de Anne, forçando-a adquirir um novo passatempo: observar os vizinhos pelo binóculo. Enquanto isso, há um desequilíbrio entre os companheiros de quarto Anne e Albert, este sempre chateando Anne com seus sermões sobre maus comportamentos, broncas e repressões sobre os comportamentos de Anne.

Oito meses de confinamento e as coisas pareciam piorar cada vez mais. Os aviões, tiros e canhões passam a perturbar a todos no anexo, ninguém consegue dormir. O medo toma conta de todos. Dias depois, como de costume, estavam todos ouvindo a transmissão da rádio de Londres e, em uma das transmissões, eles ouviram um comunicado sobre a saída de todos os judeus de territórios ocupados pela Alemanha:

Rauter, um figurão alemão, fez recentemente um discurso: ‘todos os judeus devem sair dos territórios ocupados pela Alemanha antes de 1º de julho. A província de Utrecht ficará livre de judeus (como se eles fossem baratas) entre 1º abril e 1º de maio, e as províncias do norte e do sul da Holanda entre 1º de maio e 1º junho’. Essa pobre gente está sendo embarcada para matadouros imundos como um rebanho de gado doente e maltratado. Mas não direi mais nada sobre isso. Meus próprios pensamentos me dão pesadelos! (FRANK, 2014, p. 104)

Os problemas entre Anne e a mãe são acentuados ao longo do confinamento. As palavras duras da mãe machucam Anne e quando ela tenta se aproximar da filha, Anne age com frieza. Tudo é muito acentuado enquanto estão todos confinados e, juntamente com isso, vem a falta de descanso devido aos ataques aéreos com destino a territórios alemães e tiros de canhões.

Anne pensa o quanto é grata por conseguir se esconder e ficar segura, diferente dos outros judeus. Apesar disso, ela pensa quando tudo voltar ao normal, o quanto eles vão achar que suas vidas estavam tão decaídas em comparação à vida confortável de antes do confinamento. A família sem roupas que o servem, Margot usando sutiãs dois números a menos, Anne sem roupas para inverno. Almoço apenas alface ou espinafre e batata. Segundo Anne, não é uma reclamação, é apenas um comparativo de quanto sua vida mudou.

Cada integrante tem uma opinião sobre a guerra. Uns acham que provavelmente eles fiquem até 1943. Anne acha que é muito tempo, mas que é até possível de suportar, ela só acha

que talvez a guerra não esteja terminada e teme que aqueles que os ajudam a se esconder também precisem se esconder algum dia.

As notícias de fora estão cada vez mais assustadoras, todos os estudantes universitários precisavam assinar uma declaração oficial que concordam com os alemães e aprovam a nova ordem, caso contrário seriam mandados a um campo de trabalho alemão.

Voltamos para o aniversário de Anne novamente, 12 de junho, dessa vez, de 1943. Anne não escreveu nesse dia, só o próximo e contou que, apesar de tudo, foi um bom dia: ela foi mimada, ganhou presentes e doces, mas nada parecido ao seu aniversário anterior. Dias depois completariam um ano no anexo secreto e a guerra tinha feito poucos avanços, a única coisa que tinha avançado era o antissemitismo e o medo das duas famílias de serem descobertas.

No dia 18 de julho de 1943, a parte norte de Amsterdã foi bombardeada. Houve muitas mortes e muita destruição. Anne relata isso com muita tristeza e medo da destruição que está por vir. Para se distrair, cada um pensa no que deseja fazer quando puder sair de novo. Margot e Sra. Van Daan querem tomar um banho quente de banheira e poder ficar mais de 30 minutos. A Sra. Van Daan gostaria de um bolo, Dussel de ver a namorada, Edith Frank gostaria de um café de verdade, Otto quer visitar os amigos, Peter Van Daan deseja ir ao centro da cidade. Anne não consegue pensar na alegria que seria sair, apesar de que logo ela precise sair para uma consulta de emergência, pois estava com dificuldade de enxergar, mas ninguém traçou os planos para isso até então.

Anne noticia uma coisa boa, o rendimento da Itália, uma gota de esperança. Podendo significar o início de um fim. Em contrapartida, as relações pessoais estão ruins a cada dia, todos estão muito sensíveis. Anne se medica para controlar a ansiedade e depressão e afirma que uma boa gargalhada ajudaria mais do que remédio, mas eles quase não lembram de como se gargalha. Anne tem se sentido triste e sem apetite, nervosa, em uma atmosfera pesada e sufocante. Um ano e três meses de confinamento estão pesando.

Outro fato que está desanimando todos é que tem um funcionário da empresa, que desconhece os habitantes do Anexo Secreto e está desconfiado. Diante de tudo, ela se apega ao seu diário, procurando conforto e consolo.

O medo só vai crescendo e Anne sonha cada dia com o anexo pegando fogo ou sendo descoberta pelos nazistas. Anne também tem sonhado com suas amigas, vestidas de trapos, rostos magros e com ar de reprovação, culpando-a de ter abandonando-as.

No dia 25 de julho de 1943 acontece um outro bombardeio. Sirenes tocando, aviões sobrevoando, canhões disparando. O prédio inteiro tremia. Anne Frank pensava em fugir de medo das bombas, o que era tão perigoso quanto ser atingida. O dia todo foi recheado de aviões,

ataques aéreos e bombas. Fábricas foram destruídas, aeroportos e, a cada bomba, Anne pensava que ela seria atingida. No dia 03 de agosto, eles sofrem o terceiro ataque aéreo. Imagina viver com medo e com bombas sob sua cabeça.

Anne sente-se sufocada, sente falta de uma vida de verdade. A culpa de estar sendo ingrata retorna. Mas Anne acha errado simplesmente ignorar esses sentimentos, não importa se parecem injustos ou ingratos. Anne gostaria de andar de bicicleta, assoviar, falar alto, passear, se sentir livre. Invés disso, estão todos trancados feito leprosos em mais um Natal do anexo. Obviamente, ela não pode compartilhar com ninguém esses pensamentos, pois ninguém entenderia. Sua mãe falaria que ela está sendo ingrata e que todos deviam agradecer por não estar em um campo de concentração.

O diário de Anne se transformou em mais que um confidente, segundo Anne, ele se transformou em um registro de memórias, em que ela calmamente escrevia sobre sua alegria e tristeza. Na imagem 6 podemos ver Anne escrevendo no seu diário.

Imagem 6 – Anne Frank escrevendo em seu diário.



Fonte: Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/wp-content/uploads/sites/110/2015/11/anne575.jpg>

Anne se sente mais madura ao reler algumas páginas do seu diário. Faltando poucos meses para completar dois anos no anexo secreto e longe das brigas internas acabarem, ela decide tomar outra postura. Invés de brigar com seus familiares e os outros membros do anexo e estes brigarem entre si, ela decide que o anexo deve ser o mais agradável porque a guerra está longe de acabar e será muito cansativo ficar brigando o tempo todo.

No dia 29 de março de 1944, Anne relata que ouviu o ministro Gerrit Bolkestein dizer que depois da guerra fará uma coletânea de diários e cartas que falem sobre o terrível momento. Anne imediatamente pensa como seria interessante ela publicar um romance sobre a sua estadia no esconderijo e esse se chamaria “O Anexo Secreto”. Dez anos depois, todo mundo acharia interessante como era o cotidiano de escondidos. Para isso, ela precisaria reescrever algumas passagens do diário.

No dia 09 de abril de 1944, após muitas tentativas anteriores fracassadas, o prédio estava sendo invadido. Peter ouviu batidas fortes às nove e meia da noite e decidiu convocar os homens do anexo e os quatro desceram ao armazém para checar. Quando chegaram no armazém, o painel da porta estava retirado e os ladrões fazendo seu trabalho. O Sr. van Daan gritou: “polícia!”, e os ladrões correram. O painel da porta foi colocado, mas os ladrões voltaram novamente derrubando a porta. Os quatro homens colocaram os ladrões para correr, o painel da porta foi recolocado, porém eles foram vistos por pessoas de fora que achavam que eles eram os ladrões. Os quatro subiram correndo e orientaram a todos a ficarem em silêncio absoluto. Às onze da noite, eles ouviram um ruído lá de baixo, passos no escritório e depois um barulho ao lado da estante que escondia o anexo. Era provavelmente a polícia. Dava para ouvir a respiração dos oitos moradores, batimentos acelerados e medo.

Anne achava que nesse momento tudo estava perdido, ela tinha visões de todos sendo arrastados pela Gestapo. Aparentemente, a polícia tinha ido embora e todos resolveram ligar para o Sr. Kleiman relatar o que tinha acontecido. Todos tentaram dormir naquela noite no chão, se revezando. Estavam todos esperando um retorno da polícia e Anne pensava que talvez conseguissem subornar os policiais, e se fossem pessoas boas não os levariam embora. O pai de Anne temia que eles encontrassem o diário e Sra. van Daan sugeriu que o queimasse.

Para o alívio de Anne o assunto foi esquecido. Tudo já estava tão difícil, Anne estava morrendo de medo dos últimos acontecimentos, queimar o seu diário seria também o seu fim.

No outro dia Miep chegou com o seu marido para acalmar a todos. Um vigia noturno tinha visto o buraco na porta e chamou a polícia e os dois fizeram uma busca no prédio. Tudo ficou bem depois. Anne Frank só pensava na imagem da polícia próxima à estante e como foi por pouco que eles não foram descobertos. Depois do incidente, muita coisa mudou no anexo.

As regras foram cada vez mais enrijecidas. Os moradores do anexo passaram a fazer patrulhas no anexo toda noite, as janelas não podiam mais ser abertas à noite, não podiam dar mais descarga depois das nove e meia. Tampouco podiam descer para usar as instalações da empresa nos finais de semana ou depois do expediente dos funcionários seja para estudar, tomar banho ou fazer as tarefas de escritório. Todos estavam em alerta.

Essa invasão era reflexo do que estava se passando na Holanda. Muitos roubos, pobreza, falta de comida. A população estava recorrendo aos piores meios para conseguir um prato de comida.

Todos ficaram novamente apavorados ao saber que o Sr. van Hoeven, o distribuidor de batatas, foi preso por estar escondendo dois judeus em casa. Com isso, membros do anexo já estavam com medo das consequências da invasão recente, após esse fato ficaram em pânico e paranoicos com a possibilidade de serem descobertos.

A tristeza e o medo tomaram conta do anexo e Anne se perguntava se não era melhor não ter se escondido, estarem todos mortos para não passarem por essas tristezas e para poupar do fardo os amigos que estão os ajudando.

Os ânimos do anexo mudaram um pouco, foi anunciado pela rádio BBC que a invasão havia começado, era o anúncio do Dia D, os ingleses pousaram na costa da França, 06 de junho de 1944. Todos estavam com expectativas de ser o início da libertação dos países sobre o domínio nazista. Margot Frank encheu Anne de esperança ao falar que talvez em outubro Anne voltasse à escola.

De repente, estamos em outro aniversário de Anne, o segundo no anexo. Agora ela tem 15 anos e os ânimos estão felizes por causa dos últimos acontecimentos. Estamos caminhando para o fim do diário. Anne passa a refletir sobre ver o mundo transformado em uma selva de destruição e que ela sente o sofrimento de milhões. Ao mesmo tempo, quando ela olha para o céu, de alguma forma ela sente que tudo vai mudar para melhor que todo o sofrimento vai ter fim com a paz e tranquilidade restauradas.

Durante os dois anos do anexo, Anne se sentiu muito sozinha e criticada por muitos membros do anexo. A criticavam por ser tão boba, sabichona e faladeira, e a criticavam se ela estava quieta demais. Ela sentia que ninguém a compreendia direito, nem mesmo o seu pai. Isso mudou um pouco quando ela resolveu se aproximar de Peter van Daan, em seu ato de desespero por um amigo. Ela descobriu um Peter muito diferente, e Anne, o tempo todo, tentava ajudá-lo com as brigas e com a timidez dele. Foi com Peter que Anne deu seu primeiro beijo. Um marco para uma adolescente, o que fez lembrar Anne um pouco da vida normal de uma jovem.

No último dia do seu diário, Anne faz uma reflexão sobre ela mesma, o quanto que ela pode ser contraditória e que dentro dela há duas Annes diferentes. A primeira é uma Anne espalhafatosa, alegre, leve e expõe quando não concorda com as opiniões alheias, sempre defendendo seus argumentos. A segunda é uma Anne secreta, sentimental, mais profunda, que se magoa fácil, fechada e quieta, porém, é a Anne mais bonita e sincera. A primeira Anne não fala o que sente, fala outras coisas para despistar os seus pensamentos profundos, como uma proteção para não ser magoada. Anne pensa no que ela é e no que gostaria de se tornar se ninguém a julgasse. Então, o diário termina, em 01 de agosto de 1944.

No posfácio ficamos sabendo o que aconteceu com cada integrante do anexo. Na manhã de 04 de agosto, um carro parou em frente à empresa. Dele saíram um sargento da SS, três membros da Polícia de Segurança Holandesa, armados, mas com roupas civis. Eles prenderam as oitos pessoas que estavam escondidas no anexo e o Sr. Kugler e Sr. Kleiman. Os oitos integrantes do Anexo foram levados para prisão e depois para o campo de triagem Westerbork. Em setembro, foram mandados para o campo de concentração Auschwitz, na Polônia.

Anne e Margot Frank foram transferidas para Bergen-Belsen e lá morreram por conta da epidemia de tifo, entre fevereiro e março. O campo foi libertado pelos aliados, em 12 de abril de 1945. Edith Frank morreu de fome e exaustão em Auschwitz-Birkenau, em janeiro de 1945. Otto Frank foi o único da família que sobreviveu. Miep Gies e Bep Voskuijl encontraram o diário de Anne espalhados no chão do anexo e guardaram e, depois da guerra, elas o entregaram ao pai de Anne. Depois de muito pensar, Otto Frank decidiu realizar o sonho de sua filha e publicar o diário, com algumas ressalvas. O diário foi um sucesso e, até hoje, é considerado uma das obras mais importantes do século XX.

Tudo isso remete à passagem de Anne Frank no início do seu diário:

Escrever um diário é uma experiência realmente estranha para alguém como eu. Não somente porque nunca escrevi nada antes, mas também porque acho que mais tarde ninguém se interessará, nem mesmo eu, pelos pensamentos de uma garota de treze anos. (FRANK, 2014, p.16)

Apesar disso, mais à frente, ela possui mais episódios de desconfiança em si:

Realmente acredito, Kit, que hoje estou meio doida, e não sei por quê. Meu texto está todo misturado, estou pulando de uma coisa para outra, e algumas vezes duvido seriamente se alguém se interessará por essas bobagens. Provavelmente vão chamar de “Os pensamentos de um patinho feio”. *Meus* diários certamente não terão muita utilidade para o Sr. Bolkestein e o Sr. Gerbrandy. (FRANK, 2014, p. 274).

Em uma das passagens do diário, Anne está refletindo sobre querer mais da vida. Quer ter mais de um marido e filhos para se dedicar. Não consegue se imaginar vivendo igual a sua

mãe e todas as mulheres que fazem o seu trabalho, mas logo são esquecidas. Ela não quer que sua vida tenha sido em vão:

[...] Não quero que minha vida tenha sido em vão, como a da maioria das pessoas. Quero ser útil ou trazer alegria a todas as pessoas, mesmo àquelas que jamais conheci. Quero continuar vivendo depois da morte! E é por isso que agradeço tanto a Deus por ter me dado este dom, que posso usar para me desenvolver e para exprimir tudo que existe dentro de mim! (FRANK, 2014, p.260)

Aqui, gostaríamos de entrar com uma ressalva, pouco realizada em trabalhos de conclusão de curso. Esta seria: minha querida Anne Frank, onde quer que você esteja, saiba que esses desejos foram atendidos. Seu sonho de ser uma escritora famosa, de ter seus diários publicados, também foram realizados. Mas acima de tudo, você continua vivendo depois da morte.

4.1.2 Eu sobrevivi ao Holocausto

A obra de Nanette Blitz Konig é uma história movida por um desejo de esquecimento. Na introdução de sua obra, publicada em 2015, ela relata o quanto gostaria de esquecer tudo que passou e sobretudo a sensação de sofrimento. O sofrimento causado por tudo que viu e viveu, e que se fazia presente constantemente em sua vida.

Entretanto, ela reflete sobre as vantagens do esquecimento, talvez idealizando uma falsa sensação de paz, pois, no âmago do seu ser, sabia que esquecer o que viveu seria impossível. O esquecimento dá permissão à história se repetir de uma forma pior, seria enterrar a história da sua família: “Eu lembro para poder viver, porque esquecer é morrer e perder de vez minha família” (KONIG, 2015, p. 09).

Ainda hoje, em sua narrativa, se questiona como o Holocausto pôde acontecer, como o ser humano foi capaz de tanta brutalidade. Assim como a sua família, que ela construiu depois de tudo, tampouco podem compreender. Seus netos a questionavam sobre aquele período, perguntavam fatos como se era verdade que os alemães davam sabão para os judeus, mas que na verdade, queriam mesmo matar todo mundo. Ela demorou de entender que a história nunca estaria distante dela, “Eu sou a história” (KONIG, 2015, p. 10). Ela respondia aos netos que sim, era verdade e, por isso, era tão importante lutar para isso nunca mais acontecer.

Apesar do que ocorreu, cada vez mais, era necessário fazê-lo presente, lembrar constantemente, por mais que seja uma história de pura dor para os sobreviventes. Nanette B. Konig promete dedicar a sua vida em prol da luta, para que nunca mais os seres humanos percam sua dignidade, como aconteceu com os judeus naquela época.

Sua narrativa é marcada pelo questionamento de contar ou não a sua história e se sim, quando seria a oportunidade perfeita. Até que ela recebeu em sua casa Marcia Batista, que a incentivou a contar a sua história e transformá-la em um livro, pois era uma pessoa que reconhecia o poder e a importância da narrativa de Nanette B. Konig, seja para quem não conhece, como para quem não sabe o suficiente e até para aqueles que não acreditam. “Pensamos que é preciso esclarecer esse período sombrio da história mundial quantas vezes forem necessárias, para que nenhuma vida mais seja desperdiçada pela ignorância ou pela intolerância. Essa é a nossa luta e o nosso legado” (KONIG, 2015, p. 12). O livro seria posteriormente publicado em 2015, na imagem 7 podemos ver Nanette Blitz Konig e sua obra.

Imagem 7 – Nanette Blitz e sua obra.



Fonte: Disponível em: https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/e2/2015/10/25/25out2015---nanette-blitz-konig-holandesa-de-familia-judia-e-autora-do-livro-eu-sobrevivi-ao-holocausto-editora-universo-dos-livros-em-sua-casa-no-bairro-do-sumare-zona-oeste-de-sao-paulo-1445809178684_300x200.jpg

A introdução é concluída com um recado para as pessoas que a leem: esse não é um livro que narra uma história feliz, são relatos de acontecimentos que permanecem eternamente na memória de Nanette, como um filme sem fim que a faz ter pesadelos até hoje. “As histórias dos campos de concentração fazem adultos terem pesadelos como se fossem pequenas crianças indefesas” (KONIG, 2015, p. 10).

As lembranças de seu pai e de sua mãe são tão distantes que ela tem que fazer um esforço para que estas não se apaguem de vez. Por muitas vezes, Nanette questiona se os tempos bons de tranquilidade realmente existiram, ou foram apenas histórias contadas por enfermeiras no pós-guerra para que ela se recuperasse mais rápido. As fotos desse tempo servem para comprovar que estes realmente existiram.

Nanette Blitz Konig nasceu no dia 06 de abril de 1929, em Amsterdã, Holanda, filha de pai holandês com mãe sul-africana. Moravam na Holanda, Nanette, sua mãe Helene, seu pai Martijn Willem, e seus dois irmãos. Sua mãe era uma mulher forte e à frente de seu tempo, vinda de uma família em que todas as mulheres trabalhavam, em uma época que as mulheres eram apenas destinadas a serem donas de casa. Nanette conta que o seu legado principal foi a educação que deixou para os filhos, que guiou Nanette, mesmo quando os tempos eram difíceis. Seu pai também era uma pessoa admirável e diretor do Banco de Amsterdã. Muito inteligente e falava várias línguas.

Nanette teve uma criação bastante amorosa e seus pais ensinaram a todos os filhos a responsabilidade. Seus pais não os cobravam estudar para as provas, isso dizia respeito a cada um deles. Para Nanette, essa criação foi um diferencial para sobreviver aos campos de concentração, onde ela não era a filha de ninguém, era apenas mais uma prisioneira sem rosto, sem nome e sem direitos. Ela não sobreviveria àquilo se ainda fosse extremamente dependente dos pais. Seus pais também ensinaram aos filhos a terem suas próprias opiniões. Apesar de serem judeus, não eram ortodoxos, a educação foi pautada em preceitos religiosos, mas sua mãe não gostava de nada exagerado e seu pai era um liberal nato. Contudo, Nanette estudou a história dos judeus com um rabino por 5 anos.

Nanette conheceu a morte muito cedo, seu irmão mais novo, Willem, tinha quatro anos quando morreu. Ele havia nascido com problemas cardíacos e Helene já havia preparado todos sobre o que poderia acontecer. Essa foi a primeira grande perda da sua vida.

Sua infância era feliz, cheia de sorrisos, liberdade e amor. Ela aproveitava bastante a sua liberdade, não era uma criança quieta, comia a maçã dos vizinhos, subia nos telhados, fazia tudo que não era considerado “para meninas”. Seu irmão, dois anos mais velho, Bernard Martijn, era muito mais quieto. Eles viviam em uma grande casa, de três andares, bastante espaço para Nanette praticar seus exercícios de ginástica. Ela adorava ler de tudo, lia o jornal inteirinho enquanto ia buscar para o seu pai.

Nanette lembra do dia que as coisas começaram a mudar, mais precisamente no dia 09 de novembro de 1938. Um *pogrom*¹ organizado pelo Partido Nazista contra os judeus de toda Alemanha e Áustria. Foram realizados ataques a sinagogas, destruição de símbolos judaicos, invasão e destruição de casas e centros comerciais de judeus. Esse episódio ficou conhecido como Noite dos Cristais. Hitler iniciava o seu plano de exterminar os judeus, mas, segundo Nanette, seu país de origem não percebia esse perigo, porque todos esperavam que a Holanda permanecesse neutra, assim como na Primeira Guerra Mundial. Por conta dessa inclinação política, a Holanda se tornou um refúgio seguro para os judeus em fuga do regime nazista.

Até que veio o dia 10 de maio de 1940 e tudo mudou. Hitler invadiu a Holanda e, sem encontrar muita resistência, o país se rendeu em cinco dias. Invadir a Holanda era um ponto estratégico por causa da proximidade do país com a França. Segundo Nanette foi começo do fim.

Os nazistas obrigaram os holandeses a realizarem seus registros e declararem se eram judeus ou não, informações fornecidas aos nazistas através do Conselhos Judaicos. Nanette afirma que sua família assinou sua sentença de morte no dia 22 de março de 1941. Dentre outras imposições, os judeus tiveram os seus direitos retirados. Muitos funcionários judeus foram demitidos, não poderiam frequentar parques públicos, cinemas, transportes públicos, exceto balsa. Vários comércios possuíam placas que proibiam a presença de judeus. Só poderiam frequentar comércios de outros judeus, sendo que, mais adiante, foi proibido aos judeus serem donos de empresa.

O uso da Estrela de Davi, instrumento de identificação dos judeus, era obrigatório para sair, o que fazia Nanette se sentir exposta e vulnerável. O pai de Nanette foi demitido, apesar de todo esforço do banco para mantê-lo.

O objetivo era excluir os judeus da sociedade, demonstrando que eles não tinham o direito de viver ali. No final de 1941, outro direito foi cerceado: os judeus não poderiam estudar em escolas não judaicas. Foram criadas 25 escolas judaicas. Nanette tinha apenas doze anos e não lembra a complexidade daquele momento. Ela só se lembra de ser tirada da escola cristã que estudava e, conseqüentemente, foi afastada de suas amigas cristãs. Nanette diz que simplesmente tiveram que aceitar tudo isso como se os judeus não fossem os donos de suas

¹ Segundo o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos: “*Pogrom* é uma palavra russa que significa ‘causar estragos, destruir violentamente’. Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países. Acredita-se que o primeiro incidente deste tipo a ser rotulado *pogrom* foi um tumulto antisemita ocorrido na cidade de Odessa em 1821”.

vidas. Os holandeses também não questionavam as imposições dos nazistas. Nanette estudou no Liceu Judaico (imagem 8).

Imagem 8 – Nanette Blitz no Liceu judaico.



Fonte: Eu sobrevivi ao Holocausto (2015, p. 96)

Na escola, dos alunos aos professores, todos eram judeus. Foi lá que ela conheceu Anne Frank, as duas eram da mesma classe:

Foi nesse novo colégio judaico que eu conheci uma menina magra, bonita, de sorriso cativante e que chamava a atenção de todos por suas histórias e frases inteligentes: Por uma mera coincidência do destino, eu e Anne Frank ficamos na mesma escola e na mesma classe. (KONIG, 2015, p. 24).

Ao longo dos anos, Nanette relata que seus colegas de turma iam desaparecendo. Nanne, apelido carinhoso dado por seus pais, pensava se estavam escondidos ou simplesmente foram deportados para os campos de trabalho forçado, assim como familiares. O medo da deportação era perturbador e, diante do cenário de opressão, as crianças judias tentavam não criar nenhum tipo de desavença.

Nanette participou do icônico 13º aniversário de Anne Frank, em que ela ganha o seu famoso diário. Eram tempos de guerra, então o lanche foi simples e rápido, porque todos os

convidados precisavam estar em casa antes das 20 horas, por conta do toque de recolher imposto aos judeus. Nanne deu a Anne um broche de presente de aniversário e presenciou o célebre momento em que ela ganha o seu estimado diário. Ninguém naquela festa poderia prever o que estava por vir. Anne Frank também desapareceu, especificamente em 1942. Havia boatos de que eles teriam conseguido fugir.

A vida de Nanette mudou de uma vez em setembro de 1943. Cedo da manhã, enquanto todos estavam dormindo, ouviram uma batida muito forte na porta. Nanette não lembra se foi seu pai ou sua mãe que atendeu a porta, ela só lembra do medo que sentiu naquele momento. De repente, eles foram arrancados de sua casa, aos berros e xingamentos e com poucas roupas e objetos pessoais. Depois disso, a *Pulse*² se apossaram da casa e de todos os seus bens.

Em 1943, a Holanda foi declarada como livre de judeus e as casas dos deportados foram esvaziadas como se eles nunca tiveram existidos.

Nanette se viu com sua família em um bonde com destino incerto e ela não conseguia sentir nada que não fosse o medo, durante todo esse período sombrio que vivera.

A família de Nanette não tinha cogitado se esconder, como fizeram muitos judeus holandeses. A dinâmica era difícil, demandava dinheiro, confiança naqueles que iriam ajudar para levar comida e coisas essenciais. É importante ressaltar que estar escondido não significava estar a salvo, e que seria preciso conviver com o medo de ser descoberto ou traído por uma denúncia em troca de dinheiro. Seu pai sentiu-se seguro com as palavras de uma advogada, que garantiu conseguir um documento para ajudá-los baseado na certidão de nascimento sul-africana de Helene, onde não constava que ela era judia. Apesar do serviço ter sido pago com antecedência, a advogada nunca entregou o documento prometido, apenas os enganou como fez com várias famílias judias.

Os nazistas os colocaram na estação de trem de Amstel rumo à Westerbork, campo de transição, localizado na Holanda. O campo tinha sido construído pelo governo Holandês em 1939, com o objetivo de receber os judeus refugiados da Alemanha com medo do Partido Nazista.

A viagem teria uma duração curta, pois a Holanda é um país pequeno e o trem tinha apenas alguns guardas apostos para impedir alguém de fugir e certificar que todos chegariam ao destino final.

Ao chegar no campo, Nanette o descreve como um lugar inóspito, cinza e sem alegria, tão diferente da sua antiga vida. Entretanto, ao escrever esse momento, ela olha para trás e chega

² Em seu livro, Nanette define *Pulse* como: “Empresa de mudanças contratada pelos nazistas para esvaziar os lares dos judeus deportados”. (KONIG, 2015, p.21)

à conclusão de que ali era um lugar melhor quando comparado ao que ela viveria. Enquanto narra, por muitas vezes, Nanne utiliza palavras como criminosos e prisioneiros para se referir como ela se sentia:

No campo havia um grande corredor principal, com barracões em ambos os lados. Olhei ao redor e pude observar guardas e torres de vigilância: o cenário sombrio e solitário de uma prisão. E quem estava pagando por tudo aquilo? Literalmente, nós mesmos, porque a manutenção do campo, bem como sua expansão, era financiada com os bens confiscados dos judeus. (KONIG, 2015. p. 25)

Após o desembarque, a próxima etapa consistia no registro dos judeus. Era preciso dizer o nome e de onde era, apesar de ninguém saber exatamente o porquê de passar essas informações e muito menos o que estavam fazendo naquele lugar. Nesse momento, a família de Nanette quase não falava, todos estampavam a preocupação e medo em seus rostos. Eles puderam permanecer com suas próprias roupas, ao contrário dos judeus que se esconderam após a convocação para os campos. Estes eram considerados judeus condenados, eram obrigados a utilizarem macacões azuis, trabalhavam em piores condições e recebiam menos comida.

Posteriormente, a família de Nanette fora encaminhada aos barracões. Nanette e sua mãe seguiram para o alojamento das mulheres enquanto seu pai e o seu irmão seguiram para o alojamento dos homens. Dormiam em um beliche, o que era um luxo segundo Nanette, quando comparado ao que viveriam posteriormente. Apesar de dormirem em alojamentos separados, durante o dia a família conseguia se encontrar.

Nanette considerava Westerbork um lugar paradoxal. Era um campo de transição, por isso abrigava prisioneiros esporádicos, porém mesmo assim as pessoas formavam uma comunidade. Lá havia escolas, hospitais, teatros estruturais já existentes do período em que o objetivo do campo era fornecer abrigo aos judeus refugiados da Alemanha.

Por conta da posição respeitada do Martijn Willem, que era diretor do Banco de Amsterdã, os nomes dos integrantes da família passaram a pertencer à lista Palestina, a qual estavam nomes de judeus que poderiam ser trocados por prisioneiros alemães. Isso aumentava a esperança da família de sair daquele lugar.

A família de Nanette possuía uma quantidade razoável de comida apesar das longas filas, entretanto os privilégios paravam aí, pois tomavam duchas de água fria mesmo no inverno, e as necessidades fisiológicas eram feitas em latrinas. As condições de higiene eram precárias, o campo era tão infestado de piolhos e eles precisavam conviver com isso, pois nada podiam fazer, nem mesmo tomar um remédio. Viver em um lugar assim mudou completamente a concepção de higiene de Nanette.

Westerbork era calmo, mas segundo Nanette, era uma tática dos alemães para iludir os judeus e fazê-los cooperar, para que estes pensassem que tudo ia ficar bem. Contudo, toda segunda-feira era motivo de angústia para todos, afinal, era o dia em que se lia a lista com os nomes daqueles que deveriam se apresentar para a deportação no dia seguinte. Nanette olhava para trás e não conseguia pensar em algo mais grotesco que fazer famílias reunindo os poucos pertences, entrando em trens rumo à morte, nos campos de extermínio.

Os meses passaram e a família de Nanette tentava permanecer unida apesar das adversidades. Já era inverno de 1944, Nanne costumava pensar que ali a vida era difícil, mas que se eles ficassem até o fim da guerra nesse campo de transição, talvez conseguissem sobreviver. A qualquer pequena esperança, a realidade batia na porta. Após quatro meses no campo, no dia 14 de fevereiro, durante mais uma segunda-feira em que se liam os nomes das pessoas convocadas para a deportação, os nomes Nanette Blitz, Bernard, Helene e Martijn Willem faziam parte da famigerada lista, e com ela, a ordem de se apresentarem no pátio no dia seguinte rumo ao exílio.

Eles já tinham visto essa cena acontecer com outras pessoas tantas vezes, que até já sabiam o que fazer. No dia seguinte, estavam os quatro no pátio esperando o trem que os levaria para o desconhecido. Nanette torcia para que esse trem nunca chegasse, contudo, isso não aconteceu. O trem chegou e eles embarcaram para o campo Bergen-Belsen.

Nanette sentiu um certo alívio porque Bergen-Belsen era considerado em melhores condições que os outros. Entretanto, esse sentimento duraria um pequeno momento, porque tudo seria diferente. A viagem para esse campo acontecia em um trem comum, Nanette soube futuramente que esse fora um privilégio concedido a eles por causa da posição respeitada de seu pai. Geralmente os judeus eram levados para os campos de extermínio em vagões de gado. Durante toda a viagem, a família não recebera nenhuma comida. A viagem foi muito tensa e silenciosa, acompanhada de soldados da SS:

Acompanhavam-nos durante a deportação novamente os soldados da SS, com uniformes pretos, pesadas botas militares e quepe. Eles tinham uma aparência muito sinistra: era como se o rosto nunca relaxasse ou dissipasse o olhar sombrio. Trajavam um cinto com as inscrições em alemão Gott ist mit uns ou “Deus está conosco”. Que tipo de Deus seria esse? Só se fosse um Deus maligno, como Hitler, que tanto se empenhou em ensinar seus seguidores a servi-lo. (KONIG, 2015, p.36)

Enquanto a viagem prosseguia durante o inverno, a paisagem era cinza e fazia Nanette lembrar das férias que passou com a família à caminho da Suíça, das viagens para rever os parentes na Inglaterra e dos momentos felizes de brincadeiras com seu irmão. Nanette se

perguntava se algum dia eles teriam momentos felizes novamente. Será que eles voltariam a ter uma vida normal na casa deles? Tudo era muito incerto e assustador.

Bergen-Belsen ficava localizado na Alemanha, um território muito temido para todos os judeus. Foi nesse país que tudo começou, em 1933, os alemães haviam elegido um líder que culpava os judeus de todas as mazelas do país, e por isso eles deveriam se livrar de tudo que fosse impuro. Ao chegar, Nanette sentiu um enorme frio na barriga.

Ao sair do trem, Nanette sentiu-se como se estivesse levando um choque de realidade. Havia diversos soldados da SS, alinhados e em ordem acompanhados de cachorros da raça pastor-alemão. A partir daquele momento, Nanette e sua família entenderam o real papel da SS, segundo ela, eles foram treinados para humilharem e atormentarem suas vidas o máximo possível.

Ao entrarem no campo, todos foram ordenados a tirar suas roupas e tomarem banho gelado, uns na frente dos outros. Para Nanne, não podia existir constrangimento maior que tirar as roupas e tomar banho na frente de outras pessoas. Não era dados sabonetes ou toalhas para se secarem, eram considerados luxos ao quais aos judeus não possuíam o direito. Tudo havia sido feito para humilhar os judeus e tirar-lhes qualquer resquício de dignidade. Após o banho, eles tinham que seguir para o registro.

Ao ir para o registro Nanette observava novamente a paisagem de Bergen-Belsen. A natureza parecia saber das atrocidades que ali aconteciam pois, naquele lugar, não existiam pássaros cantando e voando, nem qualquer sinal de vida. Nanette (2015, p.50) diz “[...] Mas, também, que tipo de canto seria inspirado por esses arames farpados, torres de vigilância, armas e rostos amedrontados? Sem dúvida, não seriam as belas canções de pássaros em liberdade [...]”.

Mais uma vez era preciso dizer os nomes e de onde eram. Por constarem na Lista Palestina, eles foram encaminhados ao Campo Estrela. O campo tinha esse nome porque era obrigatório para os judeus continuarem usando a estrela de Davi como instrumento de identificação. Ao contrário dos judeus dos outros campos, não eram necessários usarem as vestes parecidas com pijamas listradas, terem seus cabelos raspados ou serem tatuados com o número de registro. Os nazistas consideravam os judeus do campo estrela dotados de privilégios em comparação aos outros judeus.

Por pertencer ao Campo Estrela, Nanette nunca teve que usar as vestes listradas, entretanto, ela supõe que esse é o motivo de não gostar de roupas listradas até hoje, pois para ela, remete aos tempos dos campos de concentração e de como as pessoas foram obrigadas a

usar a mesma peça de roupa durante anos. Essa seria apenas uma das milhares lembranças terríveis dessa época maligna que ficou marcada para sempre em sua vida.

Após o registro, todos deveriam seguir para os alojamentos e, novamente, ficaram Nanne e sua mãe em um alojamento destinado as mulheres, e seu pai e irmão no que fora destinado a homens. Nanette se preocupava com seu pai e seu irmão distantes, certamente ela se sentiria mais segura se todos ficassem juntos.

Durante todo tempo, havia operações obrigatórias sem nenhum sentido aparente, que na opinião de Nanette, eram feitas unicamente com o objetivo de tornar a vida dos judeus a mais horrível possível. Um exemplo dessas obrigações eram as contagens diárias, em que todos deveriam ficar enfileirados no centro do campo por um período de longas horas, mesmo embaixo de chuva ou frio. Todos os prisioneiros deveriam participar, mesmo que não tivessem condições físicas, por estarem adoentados, por exemplo. A punição para a falta era a morte. Nanette explica as terríveis condições da contagem:

A contagem era algo que poderia durar horas e horas sem-fim, um pesadelo. Eles contavam todos os presos do campo e, se por algum motivo perdessem a contagem, começavam tudo de novo. Lembro que uma vez estava tão frio que um prisioneiro teve os pés congelados e não houve jeito, precisou amputar os dedos. Imagine você ter que perder seus dedos por algo que não fazia o menor sentido: isso era o que vivíamos constantemente. (KONIG, 2015, p.58).

Nanette lembra das incontáveis horas durante a contagem que ela teve que ficar sem se mexer. Não bastasse a presença dos oficiais nazistas, estes eram acompanhados de cães ferozes. Ela explica que os cães eram tão mortíferos que os soldados que ficavam com eles tinham uma faixa grossa enrolada em seus braços para impedir machucados em casos de mordida.

Com a visão de todo o processo do Holocausto que Nanette possui hoje, ela afirma que tudo era feito em escala industrial, para ser perfeito. “Era uma imensa fábrica de atrocidades” (KONIG, 2015, p. 59). Ela acredita que Hitler não teria conseguido fazer tudo isso sozinho e que o Holocausto só foi possível pela quantidade de pessoas envolvidas, que realizavam seu papel na engrenagem para que tudo funcionasse.

A falta de higiene era muito crítica. Nanne diz que as latrinas iam ficando cada vez mais sujas, à medida que chegavam mais prisioneiros. Nanne sente um nojo de lembrar das latrinas e pede para que o leitor tente imaginar na quantidade enorme de pessoas usando a mesma latrina suja. O cheiro era insuportável, uma mistura de podre com azedo e nada eles poderiam fazer, apenas conviver:

Conviver com a falta de higiene é algo que tira a dignidade de qualquer ser humano. Quando se é obrigado a viver em um ambiente desses, sente-se extremamente humilhado. Aquela sujeira em que éramos deixados mostrava o nosso valor: nada!

Éramos nada. Ou pior: éramos os vermes da sociedade para os nazistas, e eles faziam questão de nos tratar como tal. (KONIG, 2015, p.62)

Além de afetar o psicológico, a higiene também afetava a saúde pois dava espaço para o surgimento de doenças e piolhos. Os piolhos tomavam conta das roupas, das camas e dos lençóis atraídos pela falta de higiene, por isso os campos de concentração eram um antro de proliferação de doenças. Apesar do incomodo, Nanette e sua família tentavam se manter limpos com os poucos recursos que tinham, e passavam muito tempo tentando tirar um a um os piolhos das roupas e camas.

Muitos prisioneiros contraíam tifo, decorrente também da falta de higiene e superlotação. O tifo enfraquecia as pessoas, causava dores de cabeça, indisposição e náuseas, podendo levar até à morte. Nanette lembra de um terreno perto do campo que os nazistas proibiam que os pioneiros pisassem lá, um modo de evitar que os soldados pegassem as doenças.

Problemas como diarreia também eram muito frequentes, tanto que Helene teve várias vezes. Nanette diz que o quanto era horrível ir para a contagem diária com diarreia. Diarreia já era desconfortável em condições normais, naquelas condições tornava-se muito pior.

Mesmo doentes, eles não recebiam nenhum atendimento médico ou remédios. Era necessário torcer para não ficar doente. Nanne explica que era visível a transformação das pessoas ao longo dos dias, elas iam ficando mais magras, doentes e cada vez mais sem esperança. Eles estavam isolados do mundo e doentes. Não sabiam o que se passava no mundo, se a guerra estava perto de acabar. Ninguém sabia se tinham motivos para ter esperanças ou não. As únicas notícias que eles tinham advinham dos prisioneiros recém-chegados.

Além de todos esses problemas, Nanette ainda tinha que conviver lado a lado com a morte. As pessoas morriam a todo tempo e Nanette não parava de se preocupar com a vida da sua família. Ela não conseguia parar de pensar se eles seriam os próximos cadáveres no crematório.

Nanne pensava nos seus familiares e amigos, estariam eles também em campos de concentração? Estariam eles ainda vivos? A falta de informação causava um sentimento horrível em Nanette e sua família. As pessoas queridas desapareciam e só restava imaginar as coisas horríveis que podiam tê-los acontecido.

Nanette pensa que essa nova geração deve se perguntar como que ninguém sabia ao certo o que estava acontecendo. Ela justifica com o fato de que as comunicações não eram como hoje e, além do mais, os campos eram localizados em lugares inóspitos e fazia parte do plano dos nazistas não deixar rastros.

Nanette se perguntava retoricamente como seria possível as coisas piorarem, e ela própria respondia observando os fatos a sua volta, e infelizmente poderia. No início de dezembro de 1944, chegaria uma das piores pessoas que poderia pisar naquele lugar, segundo Nanette. Ela se referia a Josef Kramer, e diz que ele era conhecido pelos prisioneiros como a “Besta de Belsen”. Ele havia atuado em diversos campos de concentração e era responsável pelo controle das câmaras de gás em Auschwitz-Birkenau.

Kramer era conhecido por sua crueldade e frieza. Costumava dizer que “quanto mais judeus mortos, mais ele gostava”. Quando questionado se sentia algum remorso ao observar as vítimas morrendo na câmara de gás, como costumava fazer, dizia que não sentia absolutamente nada, afinal, estava apenas cumprindo ordens. A ele realmente faltava qualquer senso de humanidade. Os prisioneiros tinham medo de estar próximos de Kramer, temendo por suas vidas (KONIG, 2015, p. 81).

Nanette relata que Kramer substituiu o antigo comandante do campo após ele ter ido para o *front* para ajudar o exército alemão com as batalhas. Algo que ela não sabia na época. Outra integrante da SS conhecida pela crueldade e frieza que vinha de Auschwitz para Bergen-Belsen era Irma Grese, muito conhecida pelos abusos físicos que cometia contra as prisioneiras.

Nanette define essa fase da sua vida como um verdadeiro inferno. No dia 04 de dezembro de 1944, seu irmão Bernard foi colocado em um trem e seguiu para o campo de concentração Oranienburg, Nanette e sua mãe ficaram desesperadas e nervosas. No dia seguinte, a mãe de Nanette foi transferida para Magdburgo, Alemanha, para trabalhar em péssimas condições em uma fábrica de componentes de aviões. O local de trabalho ficava a setecentos metros abaixo do nível do chão e funcionava com objetivo de suprir necessidades de guerra.

Apesar de hoje ela ter conhecimento de que a guerra estava caminhando para seus momentos decisivos, na época não tinha o mínimo sinal de esperança. Nanette estava sozinha, sem notícias e sem saber se um dia veria sua família novamente. Ela não sabia por quanto tempo sua família ainda sobreviveria. Estar sozinha, sem a sensação de tranquilidade e segurança que seus pais passavam, tornava tudo ainda pior, mas o amor que ela sentia e que eles emanavam a fortalecia.

Nanette havia sido transferida do Campo Estrela para o Campo Pequeno das Mulheres, onde a situação era ainda mais precária, também por conta da superlotação. Nanette conta que Bergen-Belsen não parava de receber mais prisioneiros e que, na metade de 1944, sua população era de aproximadamente 7 (sete) mil prisioneiros e, em dezembro do mesmo ano, subiu para 15 mil. Estar viva era um milagre e ela se questionava se conseguiria sobreviver.

Até que, em um desses dias que Nanette estava caminhando pela área externa da barraca e se aproximou da cerca de arame farpados que dividia os subcampos, avistou um rosto familiar, que estava magra, debilitada e com seus cabelos raspados. Era sua amiga do Liceu Judaico,³ Anne Frank.

Foi muito frustrante para Nanette ter o arame farpado impedindo de encontrar uma pessoa conhecida e querida. Nanette queria desesperadamente um encontro, um jeito de alcançá-la, mesmo sabendo que tentar passar a cerca era suicídio. Entretanto, Nanette diz que o destino se encarregou de proporcionar o encontro das duas.

Os alemães ficaram um pouco desorganizados enquanto tentavam evitar a libertação dos campos, ao mesmo tempo que tentavam se livrar dos vestígios caso a libertação, por parte dos Aliados, acontecesse. Em Auschwitz, além de tentar esconder as câmaras de gás, tentavam também encobrir os experimentos desumanos executados pelo médico Josef Mengele³.

Assim como nos outros campos de concentração e extermínio, Nanette relata que em Bergen-Belsen os alemães também tentavam se livrar dos arquivos que continham dados dos prisioneiros, relatos da vida no campo e, sobretudo, documentos que tinham a identificação dos membros da SS. Caso a Alemanha perdesse a guerra, os aliados poderiam ter acesso a esses documentos e penalizarem os responsáveis.

Foi em meio esse caos que um dia Nanette se deu conta de que a cerca de arame não mais existia. Ela simplesmente não poderia acreditar que poderia, finalmente, se encontrar com sua amiga. Ela atravessou o espaço em que outrora foi proibido, com uma sensação pequena de liberdade de explorar um novo local.

Ela procurou Anne Frank e torcia muito para encontrá-la viva. Nanette não conseguiu conter a emoção inesquecível que sentiu, em um cenário como aquele, o amor e amizade eram a única forma de esperança para ela.

Sem conseguir conter a felicidade, Nanette gritou o nome de Anne:

[...] Ela ouviu seu nome ser chamado, talvez se perguntando de onde estaria vindo aquele som que lhe era familiar, e virou seu rosto em minha direção com aqueles olhos e sorriso que eu tanto havia visto no Liceu Judaico. Foi um momento muito emocionante! Ela estava envolta em um cobertor, pois não aguentava mais os piolhos na sua roupa, e tremia de frio. Corremos para nos abraçar, e lágrimas caíam dos nossos rostos, lágrimas que possuíam todos os sentimentos misturados: lágrimas de alegria e alívio por termos nos encontrado naquele ambiente sem vida, lágrimas pela situação deprimente em que estávamos, lágrimas, também, porque naquele momento nós duas estávamos sem nossos pais, sem nenhuma proteção (KONIG, 2015, p. 92).

³ De acordo com o site DW Brasil, Josef Mengele foi um médico e assassino nazista, apelidado por prisioneiros como “O Anjo da Morte de Auschwitz”. Ficou conhecido por coordenar experimentos desumanos e brutais com crianças, além de assassinar muitas outras. Fugiu para o Brasil após a guerra, onde morreu afogado.

Nanette não entendia como as duas conseguiram se reconhecer, pois eram apenas dois esqueletos no meio de tantos outros. Elas permaneceram um bom tempo abraçadas, pois não estavam famintas de comida apenas, estavam carentes de calor humano. As duas tinham tantas perguntas a serem feitas. Nanne perguntou se Anne não tinha fugido para a Suíça, como os boatos diziam. Anne contou sobre o esconderijo secreto e como a vida lá tinha sido difícil.

Anne contou também sobre o diário que mantivera durante todo o tempo escondido, seu sonho de publicá-lo no futuro e ser uma escritora famosa. As duas ficaram um tempo sonhando com a publicação dos diários de Anne Frank, uma vida muito diferente da que elas estavam vivendo. Esse momento Nanette define como mágico: lembrar que ainda possuía a capacidade de sonhar.

Anne também foi a primeira pessoa a contar a ela sobre os horrores de Auschwitz. A seleção que era feita na chegada, definindo quem ia morrer na câmara de gás ou ir para os trabalhos forçados. De sonhadoras, as duas garotas passaram a ser duas garotas com medo dessa dura realidade.

A irmã de Anne, Margot, também estava lá. Nanette conta que as duas estavam preocupadas com a mãe e o pai, que tinham ficado em Auschwitz. As três ainda se encontraram outras vezes, sempre dando forças e apoio umas às outras.

Dias depois, Nanette não encontrou mais Anne e Margot, soube por outras mulheres que as irmãs haviam falecido. Margot caiu da sua cama já morta, e Anne morreu dias depois, ambas de tifo. Nanette voltou a ficar sozinha.

Como era de se imaginar, as coisas estavam difíceis no campo. Os prisioneiros ficavam muitos dias sem comida e água. Apesar disso, os nazistas não cansavam de brincar com os judeus. Nanette conta que, um dia, eles colocaram um caldeirão cheio de mexilhões no meio do campo. Nanette estava faminta e afirma que só quem já passou fome sabe o quanto é enfraquecedor e desgastante para o ser humano. Apesar de estar com muita fome, resistiu a chegar perto por medo de estar envenenado.

O fim da guerra se aproximava cada vez mais, entretanto, a morte resolveu testar Nanette várias vezes. Lembrando dessas situações Nanette não sabe como conseguiu vencê-las. A mais assustadora aconteceu quando Nanette estava na fila para receber um pouco de água e foi nesse momento que ela sentiu uma mão pesada puxando-a pelo braço. Apesar do susto, ela não reagiu e a mão a levou para fora da fila.

A mão não era nada menos que um membro da SS apontando uma arma em sua direção. O medo e a impotência tomaram conta de Nanette, todavia, ela não quis resistir pois ela nada

tinha a perder. Já havia perdido sua vida, sua família e sua identidade. Ela acredita que a indiferença foi o que a salvou:

Eu devia ter um olhar tão indiferente, tão isento de qualquer sentimento diante daquele ser brutal, que a sua graça acabou. Era isto que ele queria: que implorasse pela minha vida, morresse de medo na sua frente e, assim, como um grand finale, ele me mataria. Mas, como não foi isso que aconteceu, ele ficou sem chão. Ele não sabia o que fazer diante de sua vítima indiferente e, como que para não perder o seu momento de diversão, atirou para o ar. Assim não desperdiçaria sua bala (KONIG, 2015, p. 92).

Contudo, não eram só dos nazistas que Nanette tinha medo. Ela tinha muito medo de adoecer, especialmente contrair tifo. Havia pessoas morrendo de tifo a todo instante e Nanette sabia que se contraísse seria a próxima. Depois de tanto sofrimento, ela não queria ficar doente e debilitada aos cuidados de ninguém. Além de tifo, o campo estava infestado de tuberculose e desintéria, causando muitas mortes. Nanette considerava um milagre não ter contraído nenhuma dessas doenças.

Os alemães travavam uma longa batalha contra os britânicos bem próximos a Bergen-Belsen. Foi assim que, em 12 de abril de 1945, dois membros das tropas alemãs apareceram diante os britânicos com uma bandeira branca. Nanette explica o motivo:

Eles procuravam os ingleses para fazer uma proposta: estavam muito perto de um campo de concentração chamado Bergen-Belsen, um campo onde o tifo tinha se alastrado por todos os lados. Temendo que, durante uma batalha próxima ao campo, os prisioneiros pudessem escapar e transmitir doenças à população e mesmo aos soldados (e aqui incluíam os britânicos, como se estivessem preocupados com a saúde deles), os alemães queriam propor uma No Fire Zone próxima ao campo – ou seja, um lugar neutro em que não haveria troca de tiros – e entregar o campo aos britânicos sem que houvesse resistência (KONIG, 2015, p.123-124).

O acordo foi assinado. Nanette conta que os ingleses estavam desconfiados da promessa de zona neutra dos alemães, entretanto eles não tinham a mínima noção do que encontrariam em Bergen-Belsen.

Nanette relata como foi a chegada dos ingleses, dia que ela nunca esqueceu. Na entrada do campo, os alemães colocaram uma placa avisando sobre o tifo. Ao chegarem no campo, anunciaram no megafone que todos estavam seguros, pois os alemães tinham ido embora e que comida e água chegariam logo.

Como Nanette previa, os britânicos ficaram em choque com tudo que estavam vendo. Muitos corpos, pessoas debilitadas e um cheiro muito forte de decomposição. Nanette diz que muitos ficaram assustados durante dias, pareciam não acreditar no que viam. O campo ficou conhecido como “O Campo do Horror” e Nanette nem precisa explicar os motivos do nome.

Após fazer o reconhecimento do lugar, os britânicos foram prender Josef Kramer e outros membros nazistas que, por alguma razão, não haviam fugido. A impressão que Nanette

tem ao escrever suas memórias é que Josef Kramer permaneceu para entregar o campo, como se fosse alguma cerimônia de posse e ainda teve frieza para explicar a situação do campo.

Dias se passaram até esse trabalho ser finalizado e Nanette relata que a destruição que os alemães causaram era tanta que para reverter era necessário um esforço semelhante aos que tiveram para provocar tudo aquilo. Demorou um tempo até que a taxa de morte no campo começasse a cair.

Nanette conta que todos os corpos foram removidos e colocados nas valas e os britânicos chamaram prefeitos e civis alemães para testemunharem, com seus próprios olhos, o que tinha acontecido.

Próximo ao campo ficava a Escola de Tanques para os soldados alemães. Os britânicos descobriram que lá havia espaço e conforto suficiente para manter o ex-prisioneiros. Nanette relata que foi muito triste para os britânicos perceberem que bem perto de Bergen-Belsen havia quantidade de suprimentos suficiente para alimentar os ex-prisioneiros.

A Escola de Tanques passou a ser organizada para receber os ex-prisioneiros, entretanto alguns estavam tão doentes que não havia nada a ser feito. Os doentes estavam sendo transferidos para os hospitais improvisados enquanto os que estavam em condições melhores iam para o campo de recuperação.

Nanette mal podia acreditar que iria sair do campo de concentração, apesar de não estar indo para muito longe. Era libertador estar saindo daquele lugar que remetia a tanta tristeza, a morte do seu pai e a deportação de sua mãe e irmão. “Finalmente, eu poderia respirar um ar que não fosse o de Bergen-Belsen” (KONIG, 2015, p. 134).

Nanette conta que a transferência para a Escola de Tanques foi tumultuada. Eles não conseguiam organizar os ex-prisioneiros para a transferência, pois todos haviam se juntado em seus próprios grupos e não queriam se separar dos colegas. Após tudo o que tinham passado, estar com pessoas conhecidas trazia um sentimento de segurança.

Contudo, Nanette não fazia parte de nenhum grupo, então não se importava de ser transferida. Ela não via a hora de sair daquele lugar. Dessa forma, ela foi uma das primeiras a ser transferida para o campo de recuperação. No entanto, antes de se mudarem para lá era necessário melhorar as condições de higiene para que as doenças não continuassem a se propagar.

Nanette conta que eles improvisaram uma lavanderia humana. Colocaram pó no corpo para matar os piolhos e depois cada um pôde seguir para os chuveiros com sua toalha e sabonete. Nanette descreve que foi uma sensação maravilhosa tomar um banho de verdade, com sabonete,

a água quentinha escorrendo sobre seu corpo. O banho a fez se sentir uma moça normal novamente.

Ao chegar no campo de recuperação, Nanette foi trabalhar na cozinha junto a outras ex-prisioneiras que estavam prestando auxílio. Agora, Nanette se sentia humana novamente, útil e rodeada de pessoas que queriam ajudar.

Infelizmente o trabalho de Nanette na cozinha durou pouco, porque o que ela mais temia aconteceu, ela contraiu tifo. Nanette entrou em coma por duas semanas. Quando acordou, estava em um colchão de palha no chão. Mais uma vez, ela considerou um milagre estar viva, afinal tifo era uma doença bastante mortal. Ela sobreviveu mesmo sem nenhum remédio adequado para o tratamento.

Durante todo o período que esteve em Bergen-Belsen ela viu muitas pessoas morrerem, dentre elas, o seu próprio pai, a partir daí sempre se perguntava se seria a próxima. Entretanto, ela ainda estava viva. Em meados de maio de 1945, foi transferido o último ex-prisioneiro para a Escola de Tanques. Toda a transferência durou aproximadamente mais de um mês e demandou muita ajuda, de soldados britânicos, médicos e enfermeiras. Nanette diz que para estar ali, cuidando dos sobreviventes, era necessária uma preparação que ninguém tinha, pois, a situação era triste e assustadora, mas o que os reunia era desejo de ajudar.

No dia 08 de maio de 1945, a Alemanha assinou um documento atestando a rendição, entretanto a guerra só acabaria em setembro com a capitulação do Japão. Com o fim de Bergen-Belsen, muitas pessoas estavam ansiosas para voltar para casa, no entanto tinha alguns que não desejavam voltar ao país de origem, como o caso dos poloneses.

Mesmo depois da libertação e os esforços de todos, treze mil pessoas morreram. Nanette diz que, segundo os dados oficiais, aproximadamente seis milhões de judeus foram mortos nos campos de concentração, extermínio e guetos impostos pelos nazistas. Mas ela desconfia que pelo que ela viu e viveu os números são maiores.

Depois de acordar do coma, Nanette foi encaminhada para um hospital na Alemanha já se preparando para voltar ao seu país natal. Nanette estava livre e já se preparava para voltar para a Holanda e recomeçar sua vida, embora ela não soubesse o que exatamente esperar. Seu pai estava morto, ela não sabia se sua mãe e irmão estavam também ou se eles retornariam. Além disso, a saúde dela estava bastante debilitada, impedindo-a de ter uma vida normal, como ela diz nesse trecho: “A libertação poderia significar uma realidade longe de Bergen-Belsen, mas não uma vida de paz e tranquilidade”. (KONIG, 2015, p.140).

Devido ao seu estado debilitado, ela voltou para a Holanda em um avião da força aérea britânica junto com um pequeno grupo. Ela acredita que as autoridades presumiram que nenhum deles aguentariam uma viagem de trem.

Ela retornava a Holanda com um misto de ansiedade e tristeza, pois era muito estranho voltar depois de tudo que havia acontecido, parecia que tinham se passado muitos anos desde que a vida da sua família tinha virado de cabeça pra baixo. A situação dela era difícil, pois ela não tinha casa, não sabia onde estava sua família, mas chegaria com uma enorme bagagem de traumas e consequências físicas. Ela afirma que não é porque a libertação ocorreu que a partir de agora as coisas seriam fáceis. Nanette diz que ainda enfrentaria muitas dificuldades.

A mãe de Nanette morreu em abril de 1945, ela estava trabalhando em uma fábrica de componentes para aviões em Magdeburg. No dia 10 de abril de 1945, no auge das transferências entre os campos que os alemães estavam realizando, sua mãe foi colocada em um trem sem destino. O trem chegou à Suécia, mas sua mãe nunca chegou. As senhoras disseram a esse amigo da família que Helene possivelmente morreu dias depois da partida do trem. Nanette nunca soube o que fora feito com o corpo e nunca pôde se despedir dela.

Sobre seu irmão, Nanette nunca soube ao certo. Apesar de ter feito pesquisas no registro do campo em que ele foi deportado, ela nunca conseguiu confirmar nada. Era como se ele nunca tivesse existido. Nanette imagina que ele tenha sido fuzilado e jogado em uma vala, assim que desembarcou no campo Oranienburg.

Quando Nanette compreendeu que estava doente e sozinha, ela quase enlouqueceu. Ela não sabia como poderia sobreviver sem família e recursos aos dezesseis anos, em um mundo que não era gentil com os sobreviventes do holocausto.

Após curada, em maio de 1948, ela foi para o interior morar com a enfermeira que cuidou dela e sua família. Ela diz que o lugar, a casa, eram enormes, muito bonitos com bosques e natureza. Depois de tantos anos sem privacidade, Nanette teria um quarto só dela.

A enfermeira era muito carinhosa com Nanette e sempre a levava para passear. Nanette é muito grata por todo apoio que ela considera crucial para que ela buscasse uma vida melhor. No entanto, o marido da enfermeira não parecia muito feliz com a presença de Nanette ali e não conversavam muito.

Foi em abril de 1949 que Nanette mudou definitivamente para a Inglaterra, e iniciou sua nova vida. Por mais que ela gostasse da Holanda e tivesse sido feliz com sua família, foi lá que se iniciou o pior momento da sua vida, “[...]foi naquele país que eu deixei tudo para trás e para lá que retornei sem minha família, sem tudo que eu amava”. (KONIG,2015, p.158).

Nanette precisava começar sua história do zero em outro país, apesar de ela não saber exatamente como ia fazer isso, já que ganhava uma pequena ajuda de custos do banco. Ela estava com seus vinte anos, embora cinco anos tivessem sido roubados dela, uma juventude que ela não pôde viver.

Se ela considerasse, desde o início da ocupação da Holanda pelos nazistas, foram nove anos de medo, quase metade da sua vida foram ditados pela doutrina nazista. Ela precisava recomeçar a vida como uma adulta, sem nunca ter vivido a adolescência. Nanette tem a sensação de que de um dia para o outro ela precisou deixar de ser criança e assumir uma postura como adulta, embora ela não soubesse como fazer. A sua maior preocupação como adulta era como iria se manter financeiramente.

Nanette estava decidida a encontrar um trabalho, e sem a ajuda de ninguém se candidatou a uma vaga em um banco. O senhor que a entrevistou deixou claro que no banco só eram contratadas pessoas com referências e a questionou quais eram as referências dela. Nanette pensou como poderia possuir referências e apenas respondeu que era da Holanda.

O entrevistador ficou me olhando e quando eu achava que ele estava prestes a me dizer “Então passar bem”, ele disse: “Senhorita, quando entrou aqui o diretor fez uma aposta, disse estar certo de que você é filha de Martijn Willem Blitz, do Banco de Amsterdã, e ele gostaria de saber se ele ganhou a aposta. A senhorita é essa pessoa? É filha de Martijn Willem Blitz?” (KONIG, 2015, p.164-165).

Nanette estava tentando conseguir um emprego por conta própria, no entanto, por conta da famosa reputação de seu pai no setor bancário, ela foi favorecida. Seu pai foi a sua referência. Ao Nanette responder que sim, que era filha de Martijn Willem, o senhor disse que o emprego já era dela desde que ela entrou. Mesmo seu pai tendo sido vítima de um triste destino, seu legado nunca foi apagado.

Nanette ficou muito aliviada por ter conseguido o emprego e logo ela começou a trabalhar, receber um salário e comprar coisas para melhorar o seu conforto, como um aquecedor e armário para guardar suas roupas, conquistas que ela considera pequenas, embora tenha muito orgulho. A vida estava aos poucos melhorando, entretanto ela se sentia muito deslocada em Londres.

Ela afirma que na Inglaterra a juventude tinha pouco conhecimento sobre o Holocausto, era como se nunca tivesse acontecido. Por conta disso, Nanette não tinha afinidade com essa juventude. Ela quase não tinha relacionamentos na época, exceto com o grupo de jovens judeus. Sua vida se resumia ao trabalho, à casa e a ficar com sua família, que parecia preocupada e a incentivavam a viver uma vida de jovem normal.

Nanette diz que era difícil fingir ser uma jovem normal da Inglaterra e deixar tudo que vivera para trás. Entretanto, para não preocupar seus tios, ela fez um esforço para se socializar. Um irmão de um colega que havia estado com ela no sanatório a convidou para uma reunião sobre sionismo em que haveria muitos jovens e Nanette decidiu ir.

Nessa reunião, Nanette conheceu um rapaz e judeu chamado John Konig, que após muitas tentativas dele e insistências de sua tia para ela agir como uma jovem adulta, Nanette aceitou sair com o rapaz. A família de John era húngara e, acompanhado de seus pais, imigrara para a Inglaterra em 1935. Nanette conta que, em 1939, eles foram convidados a se retirarem do país, ordem que não aceitaram.

Nanette se identificou bastante com John, pois, assim como ela, ele conhecia a dor da perda. Quando eles se conheceram, os pais de John já haviam falecido, ambos de câncer. Uma parte da sua família imigrou para o Brasil, em 1930, e como ele estava sozinho na Inglaterra, eles sempre insistiam para que John imigrasse para o Brasil. Quando Nanette e John começaram a sair, em setembro de 1951, ele já estava de passagem comprada para o Brasil, faltavam seis semanas para sua viagem. Nanette se casou no meio de 1953 como podemos ver na (imagem 9), em julho no cartório e agosto na sinagoga.

Imagem 9 – Nanette Blitz e John Konig casando



Fonte: Disponível em: Eu sobrevivi ao Holocausto (2015, p. 122)

Nanette sentiu-se muito triste por não ter a presença de seu irmão e seus pais em um momento tão importante da sua vida.

Quando entrei na sinagoga e vi que não havia ninguém da minha família imediata ali, por um momento passou um filme em minha mente de tudo que me havia acontecido, de tudo que eu havia perdido, das pessoas que eu amava e que não estavam ali para compartilhar tudo aquilo comigo. Fiquei em choque, e foi então que o mesmo pensamento voltou a me ocorrer: para que tudo isso? Para que montar uma família? Para perdê-la mais uma vez? No entanto, quando olhei para o John me esperando no bimá – um tipo de altar – vi que estava em boas mãos, sabia que eu poderia confiar nele. (KONIG, 2015, p.173)

Mais uma vez, Nanette retornou a Holanda para comemorar com alguns amigos, rever os tutores e resolver alguns documentos para a imigração. Depois de tudo que ela passou, ela jurou nunca mais retornar à Holanda, promessa que ela não cumpriu, ela voltaria anos depois para visitar seus tutores e amigos.

Mudar para o Brasil significava um recomeço para Nanette. Ao mesmo tempo em que ela seguia rumo para o desconhecido, um lugar em que ela apenas conhecia o seu marido e a família dele. No entanto, também era um lugar muito distante de tudo o que ela viveu, sem Westerbork ou Bergen-Belsen. Permanecer na Europa significava para Nanette e John sempre ter que conviver com os fantasmas das perdas. Apesar de Nanette saber que nada se apagaria, era empolgante recomeçar sua vida:

Estar em um novo lugar significava ter uma nova vida. No entanto, as feridas dos anos de horror haviam me marcado para sempre, e não seria possível esquecer tudo o que havia acontecido – a intensidade da dor era algo que eu não poderia ignorar. A ausência da minha família seria sentida para sempre, e mesmo a família que eu iria construir não se livraria das cinzas do Holocausto. O Holocausto faz parte da minha história e por isso nunca será deixado para trás. (KONIG, 2015, p. 175).

Nanette define a história em São Paulo, Brasil, como uma renovação. Em 1954, Nanette teria sua primeira filha, Elizabeth Helene. Em 1956, John recebeu uma proposta de emprego em Nova York e todos se mudaram, viver no Brasil não era tão fácil, pois o salário do John deveria sustentar os três. Em dezembro do mesmo ano eles se mudaram para Nova York. A segunda filha do casal, Judith Marion, nasceu em setembro do ano seguinte, mas eles logo se mudariam novamente por conta do trabalho de John.

Dessa vez, eles se mudaram para a Argentina, onde a vida não era nada fácil. Nanette diz que o país vivia uma imensa instabilidade política e reforça que a política sempre influencia a vida das pessoas, “[...] a minha própria biografia era fruto dos rumos da política e da história.” (KONIG, 2015, p.179).

Eles passariam apenas cinco meses na Argentina, logo retornando a São Paulo, em 1959, onde se estabeleceriam definitivamente. Nanette logo se adaptaria, assim como seus filhos. Em 1962, nasceu o terceiro filho, Martin Joseph. Ela optou em ser mãe por tempo integral para cuidar da educação bem como uma tentativa de evitar que seus filhos achassem que faltava algo na família. Nanette previa que seus filhos um dia perguntariam sobre os avós, afinal estavam na escola e em contato com outras crianças.

Quando esse dia chegou, Nanette tentou explicar e todas as crianças ficaram traumatizados com a história da família. Mas logo, novas dúvidas surgiam, especialmente quando a família viaja para a Inglaterra nas férias, para visitar a família de Nanette. Lá, Nanette não podia citar o assunto e sanar as dúvidas de seus filhos em relação à destruição da família, pois seus tios não gostavam de tocar no assunto.

Para fugir das lembranças, Nanette tentava se manter ocupada participando ativamente da vida de seus filhos, em qualquer que fosse a atividade desempenhada por eles. Em 1980, quando todos seus filhos já estavam crescidos e Nanette já era vó, ela decidiu realizar um sonho dela e de seu pai, obter um diploma universitário. Seu pai sonhava que ela cursasse direito, ela, por sua vez, optou por cursar Economia.

Em 2001, Nanette retornou à Holanda para participar de um encontro de sobreviventes da escola que estudava, o Liceu Judaico. Posteriormente, em 2008, um colega de classe a chamaria para retornar à Holanda novamente, com o objetivo de participar de um documentário sobre a história dele e de outros colegas de classe. O documentário resultaria, mais tarde, em um livro chamado *Os Colegas de Anne Frank*.

Durante esses encontros, Nanette conversaria muito com seus colegas sobre a infância, os tempos de colégio e tudo que sofreram. Para ajudar no documentário, Nanette e seu marido visitaram o campo de transição Westerbork e se surpreenderam com a transformação daquele lugar triste em um lugar verde em que as crianças brincavam alegres e sorridentes.

Atualmente, Nanette gosta de realizar palestras em escolas e faculdades ao redor do Brasil, contando a sua história. Ela sabe que não é uma história bonita, mas ela fala para dar voz para aqueles que foram silenciados. Ela conta especialmente para os jovens, para que a história não se repita, pois a Segunda Guerra se parece distante, ano após ano, do presente. Nanette finaliza suas memórias, com uma frase muito parecida com a do início:

Nunca vou conseguir superar e aceitar tudo o que aconteceu comigo, mas vou permanecer falando até os últimos dias, para que ninguém jamais possa afirmar que isso não aconteceu, e para que o mundo não esqueça as dores que a intolerância pode causar. A minha vida eu dedico à minha luta, e assim eu farei até o fim (KONIG, 2015, p. 186).

No epílogo, Nanette explica o motivo de suas memórias. Diz que é em prol da liberdade, da tolerância e em memória a sua família que por uma injustiça não pode se fazer presente. Ela alega que jamais deixará que o legado da sua família e de todas as vítimas seja apagado: “Para que essas experiências não aconteçam com mais ninguém, deixo a minha história registrada para o mundo. Espero que todos os jovens e todas as pessoas possam desfrutar de uma vida feliz, sempre exercitando a tolerância e o respeito ao outro” (KONIG, 2015, p. 190).

4.1.3 A guerra não tem rosto de mulher

Svetlana Aleksievitch (2016) inicia sua narrativa apresentando um contexto histórico da participação das mulheres nos exércitos. Segundo ela, no século IV a.C havia mulheres lutando nas tropas gregas, e mais tarde participariam das investidas do exército de Alexandre o Grande.

Já na Idade Moderna, no século XVI, a Inglaterra começou a criar hospitais militares, e neles havia mulheres-soldados servindo. No século 20, durante a Primeira Guerra Mundial, o exército inglês aceitava mulheres na Força Área Real: “foram formados um Corpo Auxiliar Real e uma Legião Feminina de Transporte Rodoviário: eram 100 mil pessoas” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 8)

Em outros países como Rússia, Alemanha e França, as mulheres também passaram a servir em hospitais militares e enfermarias. Entretanto, Svetlana Aleksievitch afirma que foi na Segunda Guerra Mundial que o mundo foi testemunha de um fenômeno: “Em muitos países, as mulheres serviam em todas as forças armadas: nas tropas inglesas eram 225 mil; nas americanas, 450, 500 mil; nas alemãs, 500 mil [...]” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 8).

Só no exército soviético lutaram aproximadamente 1 milhão de mulheres e elas estavam presentes em todas as áreas militares: “Surgiu até um problema linguístico: as palavras ‘tanquista’, ‘soldado de infantaria’, ‘atirador de fuzil’, até aquela época, não tinham gênero feminino, porque mulheres nunca tinham feito esse trabalho. O feminino dessas palavras nasceu lá, na Guerra [...]” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 8).

Svetlana Aleksievitch se surpreende por ter escrito sobre Guerra, pois apesar de ser o assunto favorito das pessoas da sua idade, ela não gostava. Ela achava natural ter convivido na sua infância e juventude ao redor de pessoas que apreciavam a literatura sobre Guerra, afinal, eles eram filhos dos vencedores e não conheciam o mundo sem Guerra.

A vila em que cresceu era composta apenas por mulheres. Tanto que ela não se lembra de vozes masculinas: “Tanto que isso ficou comigo: quem conta a guerra são as mulheres.

Choram. Cantam enquanto choram” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 10). Na Segunda Guerra Mundial existiu um regimento de mulheres aviadoras soviéticas que ficou muito conhecido por aterrorizar os nazistas e eram apelidadas por eles de Bruxas da Noite, por realizarem seus bombardeios a noite, como é mostrado na imagem 10.

Imagem 10 – Bruxas da noite.



Fonte: Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/_versions/bruxas_da_noite_widexl.jpg

Após ler um livro que contava narrativas de vida de pessoas que vivenciaram a destruição da sua vila pelos nazistas, Svetlana Aleksievitch encontrou o que procurava: um gênero literário que ela pudesse contar sobre relatos de vidas. Apesar disso, ela não queria que fosse mais uma obra sobre Guerra no meio a tantas outras, afinal, essa não seria escrita por homens e sobre homens:

Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma ‘voz masculina’. Somos todos prisioneiros de representações e sensações ‘masculinas’ da guerra. Das palavras ‘masculinas’. Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para linha avó. Para minha mãe. Até as que estiverem no front estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra ‘feminina’, mas a ‘masculina’. Seguem o cânone. E só em casa, ou depois de derramar alguma lágrima junto às amigas do front, elas começam a falar da sua guerra, que eu desconhecia. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.12)

Durante as suas entrevistas nas viagens jornalísticas, em busca de história de mulheres, do ponto de vista das mulheres, Svetlana Aleksievitch diz que mais de uma vez ela foi a primeira ouvinte desses relatos:

Nesses relatos transparecia o estar monstruoso do mistério... Quando as mulheres falam, não aparece nunca, ou quase nunca, aquilo que estamos acostumados a ler e escutar: como umas pessoas heroicamente mataram outras e venceram. Ou perderam. Qual foi a técnica e quais eram os generais. Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra ‘feminina’ tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. [...] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.12).

Para Svetlana Aleksievitch, os relatos mais sinceros advinham das pessoas mais comuns como enfermeiras, cozinheiras e lavadeiras, pois estas tiravam as palavras e sentimentos de si e não do que vinham em artigos e jornais. E era exatamente isso que ela queria transformar em literatura.

Svetlana Aleksievitch passou boa parte desses dois anos de entrevistas sentada em casas e apartamentos o dia inteiro com ex-combatentes. Na imagem 11 podemos ver Svetlana ao lado de soldadas soviéticas. Os relatos não eram de imediato.

Imagem 11 – Svetlana Aleksievitch e as soldadas soviéticas.



Fonte: Disponível em: Folha de São Paulo Piauí. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-nova-historia-de-svetlana-aleksievitch/>>

Primeiro elas bebiam chá, conversavam sobre a família, falavam sobre outras coisas e só depois de um tempo: “[...] de repente chega aquele esperado momento em que a pessoa se afasta do cânone – feito de gesso e concreto armado, como nossos monumentos - e se volta para si. Para dentro de si. Começa a lembrar não da guerra, mas de sua juventude”

(ALEKSIÉVITCH, 2016, p.14). A partir daí correm-se as lágrimas. Tudo registrado no bloquinho e no gravador da autora.

As mulheres que aceitavam recebê-la chamavam-na de filhinha, mocinha e boa parte delas estão lembrando de tudo isso depois de quarenta anos. Algumas confessam:

Me casei logo depois da guerra. Me escondi atrás do meu marido. Atrás do dia a dia, das fraldas das crianças. Me escondi com gosto. Minha mãe também me pedia: Fique calada! Fique calada! Não confesse. Cumpri meu dever perante a pátria, mas fico triste de ter estado lá. De conhecer aquilo... E você é tão mocinha. Fico com pena de você.
(ALEKSIÉVITCH, 2016, p.15)

Aleksiévitch (2016, p.16) lembra-se quando uma mulher piloto recusou se encontrar com ela, explicando: “Não posso... Não quero lembrar. Passei três anos na guerra... E, nesses três anos, não me senti mulher. Meu organismo perdeu a vida. Eu não menstruava, não tinha quase nenhum desejo feminino”. Foram selecionados cinco relatos de mulheres que estão entre os mais de duzentos, na obra dividida em dezesseis seções, por temas, finalizando ou iniciando cada depoimento com o nome das mulheres e seus antigos cargos no Exército Vermelho Soviético.

O primeiro depoimento é da **Maria Ivánovna Morôzova** (onze medalhas, contadora, contagem em combate de setenta e cinco mortos) que foi cabo e franco-atiradora do Exército Vermelho. A vila em que nasceu, hoje, é um bairro de Moscou. Quando a guerra começou, ela ainda não tinha completado seus dezoito anos e usava longas tranças que iam até o joelho. Ela afirma que na época ninguém achava que a guerra duraria muito. Enquanto ela aguardava o fim da guerra, estudou contabilidade e começou a trabalhar. Sua vila era majoritariamente composta por mulheres, simplesmente não havia rapazes, todos tinham ido para o *front*.

Ao perceber que a guerra estava se prolongando demais suas amigas constantemente diziam que elas deveriam ir para o *front* e, assim, elas fizeram. Se alistaram no curso do centro de alistamento e aprenderam a manusear uma metralhadora e jogar granadas. Maria Ivánovna relata o medo que sentiu ao manusear uma metralhadora pela primeira vez e sentia-se incapaz de matar alguém. Ela não imaginava isso, seu único desejo era estar no *front*.

O grupo de treinamento era composto de quarenta meninas, todos os homens que podiam já haviam ido para a guerra, inclusive o seu pai. O recrutamento veio rapidamente com a presença dos alemães nos arredores de Moscou, por isso a necessidade de combatentes. Maria Ivánovna e muitas meninas do seu grupo de treinamento foram para o *front* e elas achavam que seriam as únicas por lá. Contudo, quando chegaram no centro de alistamento ficaram surpresas pela quantidade de garotas pois isso significava menos chance de ela conseguir ir para o *front*, já que eram muitas meninas e a seleção era severa, segundo ela.

Maria Ivánovna tinha medo de que não a escolhessem porque era necessário ter boa saúde e ela se lembra de que, quando era criança, ficava bastante doente e sua mãe dizia que seus ossos eram fracos. Outro ponto decisivo para a seleção era: se a mãe da menina que fosse para o *front* não tivesse nenhum outro filho, esta menina seria recusada uma vez que as mães não podiam ficar sozinhas. Maria Ivánovna tinha duas irmãs e um irmão mais novo. Apesar disso, elas foram recusadas, pois faltavam pessoas para trabalhar nos campos de trabalhos e como diz Ivánovna: “o presidente não queria nos deixar ir” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.48). Maria Ivánovna e suas amigas foram a vários comitês e delegações para conseguirem realizar o desejo de ir ao *front* mas foram recusadas. Então, aproveitando que elas estavam em Moscou, elas decidiram ir até o comitê principal falar com o secretário.

Elas conseguiram chegar ao secretário e este lhes indagou como elas iriam para o front sem conseguir atirar e se sabiam fazer curativos. Elas responderam que aprenderam tudo isso no curso de alistamento e foi a partir daí que ele começou a olhar as meninas com respeito. Sem ter um contra-argumento, o secretário as pediu para voltarem e esperarem uma resposta. Maria Ivánovna diz que ela e suas amigas voltaram tão felizes e que ela jamais esqueceu desse momento.

Em alguns dias, elas receberam uma resposta positiva e se encaminharam para o centro de alistamento. Maria Ivánovna havia feito uma linda trança para este momento, mas assim que chegou lá, seus cabelos foram cortados como os dos soldados, tomaram o seu vestido, lhe deram uma roupa militar, uma boina e uma sacola e as colocaram em um trem. Tudo foi muito rápido e apesar dos pedidos de sua mãe para que Maria Ivánovna deixasse alguma coisa dela de recordação como o vestido ou a trança, simplesmente não deu tempo.

Apesar de tudo ter acontecido muito rapidamente, Maria Ivánovna e suas amigas seguiam no trem alegres e animadas para ir combater no *front*. Elas foram levadas a uma escola feminina de franco-atiradoras e elas não conseguiam esconder a felicidade.

Maria Ivánovna e suas amigas estudaram e se dedicaram muito, tudo isso para chegar ao *front* mais rápido. Elas sabiam o regulamento, as disciplinas, camuflagem, como montar e desmontar um fuzil com precisão, atirar no alvo, dentre outras coisas. Muitas vezes, os superiores se perguntavam em como iriam transformá-las em soldados e não em alvos dos alemães, Maria Ivánovna ficava ofendida pois todos pareciam amá-las e ter pena delas ao mesmo tempo, “Por acaso não éramos soldados como todos os outros?” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.50).

Maria Ivánovna diz que, assim que chegaram no *front*, o comandante ficou irritado pois foram enviadas para eles essas mocinhas afirmando que ali era uma guerra e não um baile. Após

esse primeiro contato, ele as convidou para um chá em sua casa e perguntava constantemente ao seu ajudante se não havia nada doce para servir no chá. Maria Ivánovna, mais uma vez, sentiu-se ofendida porque ele não as enxergava como soldados e sim como mocinhas, embora elas já se imaginassem como guerreiras.

No dia seguinte, foram realizados vários testes para provar as habilidades das meninas. Maria Ivánovna disse que na parte dos tiros elas foram melhores que os homens franco-atiradores. A sensação era a de que eles estavam vendo franco-atiradoras pela primeira vez. Elas foram bem nos testes, o comandante retirou o que disse sobre elas serem mocinhas, mas, mesmo assim, ele não se acostumava com elas.

O primeiro combate de Maria Ivánovna aconteceu em duplas. Ela fez muito esforço para que fosse sua parceira que atirasse nos alemães e não ela, com a desculpa que estava fazendo cobertura. Mas se ela não atirasse naquele momento, perderia o alvo, então, ela tomou a decisão de atirar. Imediatamente veio o pensamento de que, mesmo sendo um inimigo, ali era uma pessoa e suas mãos começaram a tremer e ela sentiu um calafrio, um medo inexplicável. Apesar de tudo isso, ela retomou o controle da situação e atirou. Todas as sensações voltaram e ela se questionava se realmente havia matado uma pessoa e tentava se acostumar com o fato de que, infelizmente, era necessário conviver com a ideia.

Ao chegar no pelotão e contar o que havia acontecido com ela, Maria Ivánovna disse que foi feita uma reunião. A sua chefe dizia que não era para sentir pena, afinal, eram inimigos. Maria Ivánovna diz que quando elas cantavam sua chefe pedia para elas pararem, elas poderiam voltar a cantar quando vencessem. Ivánovna revela que os alemães haviam matado o pai da sua chefe, por isso o enorme sentimento de vingança.

Maria Ivánovna afirma que, mesmo depois de anos, essas sensações que sentiu no momento em que atirou se fazem presentes durante seu sono. A sensação de atirar em alvos não era a mesma de atirar em uma pessoa. Por fim, Maria Ivánovna disse que não foi rápido se acostumar com isso, já que odiar e matar não eram ditas “coisas de mulher”. Elas precisavam persuadir a si mesmas de que eram.

Klávdiá Grigórievna Krókhina foi franco-atiradora e começou sua entrevista afirmando que, na primeira vez, sentiu muito medo. Ela estava deitada observando as trincheiras alemãs. Em dado momento, um alemão levantou-se das trincheiras, como um reflexo ela apertou o gatilho e o alemão caiu. O que se seguiu depois foi uma tremedeira em todo o seu corpo e ela caiu no choro. Klávdiá Grigórievna afirma não ter problema em atirar nos alvos, mas era muito diferente atirar e matar uma pessoa: “Matei uma pessoa que não conheço. Não sei nada sobre ele, mas o matei” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.52).

Klávdiá Grigórievna admite que depois de passar por povoados completamente queimados, encontrar ossos humanos e, no meio deles, estrelinhas queimadas, ficou mais fácil de matar os inimigos: “Depois disso, não importa o quanto eu matasse, já não ficava com pena. Depois de ter visto as estrelinhas pretas...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.53).

Quando os batedores do seu regimento capturaram um oficial alemão, este exigiu ver o atirador que havia matado tantos soldados alemães com precisão. O atirador, para surpresa dele, era uma mulher, fazendo com que o oficial alemão ficasse pasmo.

Klávdiá Grigórievna relata o quanto era difícil estar no *front*. Montar guarda por doze horas, especialmente na neve, já que elas ficavam sob a neve derretida, o dia inteiro na água, além do frio, tinham o corpo dolorido da tensão por ficarem nas posições mais próximas das trincheiras dos alemães. Os nazistas destruíram galpões de comida e armamento. Conviver com a fome, a falta de munição, o cheiro de morte ao redor era muito difícil.

Apesar de toda dificuldade, as meninas costumavam conversar sobre suas famílias, suas antigas vidas e do que queriam para si quando a guerra acabasse. Algumas sonhavam em casar e Klávdiá Grigórievna afirma que muitas vezes o comandante ria dizendo que apesar de serem todas bonitas os homens não iam se casar com francatiradoras por medo.

Contrariando esse pensamento, foi justo na guerra que Klávdiá Grigórievna conheceu seu marido, antigo colega de regimento. Para ela era uma vantagem, ela não precisava explicar para ele o que era guerra.

Quando Klávdiá Grigórievna foi dispensada, ela estava voltando para casa de Moscou, era um longo caminho, escuro e cheio de barrancos. Ela tinha medo de percorrê-lo, o que para ela mesma não tinha muito sentido, pois ela havia acabado de voltar da guerra e tinha visto as coisas mais horríveis, matado mais de setenta alemães e possuía medalhas por isso.

Ela conta que voltou da guerra com seus vinte e um anos, todos os seus fios de cabelos estavam brancos e ela escutava mal de um ouvido devido a um ferimento. Sua mãe a recebeu dizendo que tinha certeza de que ela voltaria e que agora dava no mesmo ter filhos homens ou mulheres, apesar de só os homens serem realmente obrigados a se alistarem.

Muito perto da sua casa existiam minas de exploração e, quando as explosões ocorriam na calada da noite, ela saltava da cama, colocava o sua roupa militar e corria. Sua mãe a agarrava dizendo que a guerra acabou, que ela estava em casa, “Eu voltava à consciência com as palavras dela: É a mamãe. A mamãe.... Ela falava baixinho. Baixinho...Voz alta me assustava” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 53).

Ao voltar, ela teve que reaprender muitas coisas. A andar de sapatos, ao invés dos três anos acostumada a usar botas, usar vestidos e saias ou qualquer peça que não fossem calças.

Mesmo reaprendendo a viver, de vez em quando, os dois mundos se confundiam. Ao encontrar um oficial, Klávdia Grigórievna, muitas vezes batia continência, como no *front*. Ela estava acostumada a pegar a comida fornecida pelo governo e, ao retornar a sua vida e voltar a frequentar as padarias, às vezes ela esquecia de pagar pelo que pegara.

Ela ainda se pergunta se na guerra havia pássaros e cores, pois ela não se lembra da existência nenhum deles, a única cor que ela se lembra é de vermelho sangue. Klávdia Grigórievna também afirma que preferia ter que conviver com a dor física, ter sido ferida nos braços ou nas pernas ao invés de ter que conviver com a dor da alma de ter ido para o *front* tão jovem. Ela termina sua entrevista com Svetlana Aleksiévitich com um abraço e um pedido de desculpas.

Olga Iákovlevna Oméltchenko foi enfermeira instrutora de uma companhia de fuzileiros. Sua entrevista com Svetlana Aleksiévitich inicia com Olga afirmando que era o talismã de sua mãe e que esta a amarrou à carroça na hora da evacuação da cidade, pois sabia que sua filha queria ir para o *front*. Entretanto, Olga conseguiu soltar-se e fugir.

A cidade estava um caos, muitas pessoas fugindo e ela não sabia como chegar ao *front*. Encontrou um grupo de meninas e uma delas a convidou para casa da sua mãe. Elas chegaram na casa e Olga relata que elas tomaram banho e lavaram a cabeça com cinzas, já que não tinha mais sabão. Após isso, logo foram dormir. No dia seguinte, a mãe da garota fez uma sopa de repolho e assou pão de farelo de batata.

Olga relata que a fome era tamanha que o pão pareceu ser tão apetitoso e doce ao mesmo tempo. E por lá elas ficaram por quatro dias até que a mãe da garota em questão mandou elas irem embora, na madrugada, com um abraço em cada, e lhes dando uma trouxa de comida. A mãe da colega de Olga não conseguia esconder a vergonha que tinha pela filha ter retornado do *front*, então deu um beijo na filha e a incentivou a voltar a combater, pois seu pai também estava lá lutando e ela deveria fazer o mesmo. Na estrada, sua colega contou a Olga que era enfermeira e só tinha voltado do *front* pois tinha sido cercada.

Olga conta que a vida a jogou por vários lugares e, em uma dessas vezes, arrumou um emprego no hospital e foi no lá que ela recuperou seus tempos de fome. Quando completou dezesseis anos, disseram-na que ela poderia começar a doar sangue, assim como as outras enfermeiras. O hospital sempre estava precisando de doações de sangue, mas nunca parecia ser o suficiente. Olga passou a doar duas vezes por mês um litro e recebia uma ração de doador, uns quilos de alimentos para se manter. Ela fez amizade com uma auxiliar de enfermagem que tinha sete filhos e seu marido havia morrido no início da guerra. Um dos seus filhos tinha perdido o cartão de alimentação e então Olga doava seus alimentos para eles.

Ela se lembra de uma vez que o médico falou que iria escrever o endereço no frasco do sangue de Olga e, assim, futuramente poderia aparecer alguém que recebeu o sangue dela. Dois meses depois, quando ela tinha terminado o seu turno e estava descansando alguém a sacudiu dizendo que seu irmão tinha chegado.

Olga estranhou, pois, era filha única, ao descer do alojamento encontrou um jovem tenente bonito que a mostrou o bilhete do médico e disse que era seu irmão de sangue. Ele também havia trazido maçãs e uns bombons, Olga ficou ligeiramente agradecida, porque presentes como aqueles eram muito raros na guerra. Ela comunicou ao diretor do hospital que seu irmão tinha vindo lhe visitar e este lhe deu uma folga.

O jovem tenente a levou para o teatro, ela estava impressionada pois nunca tinha ido ao teatro. Alguns dias depois ele foi embora, de volta para o *front*, Olga não teve um dia de folga para se despedir, o hospital tinha recebido muitos feridos e, por isso, ela se despediu com um aceno da janela.

Olga também nunca tinha recebido cartas de ninguém e de repente recebeu. A carta dizia que o jovem tenente tinha falecido com valentia, seu irmão de sangue. Assim, ela descobriu que ele tinha crescido em um orfanato e o único endereço que ele tinha era o de Olga. Antes dele ir embora, ele a pediu que ela continuasse naquele hospital pois seria fácil de encontrá-la depois, segundo ele, era muito fácil se perder na guerra e ele temia perdê-la. Cerca de um mês depois ela recebeu essa carta. Olga ficou muito mal, sentiu que foi um golpe em seu coração.

A partir disso, ela decidiu ir para o *front*, vingar-se, pois, ela sabia que em algum lugar seu sangue havia sido derramado. Entretanto, não era tão fácil chegar até lá. Depois dela preencher vários requerimentos, pedindo autorização e sendo negada, ela foi diretamente no chefe do hospital, informando que se ele não autorizasse o envio dela, ela iria fugir. O chefe reconheceu a sua determinação e deu o encaminhamento.

Para ela, o primeiro combate foi o mais difícil. Tudo é muito novo e ela não sabia de muita coisa: “O céu estrondeia, a terra estrondeia, parece que o coração vai explodir, que sua pele vai rasgar a qualquer momento. Eu não sabia que a terra podia estalar” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.183). Olga não sabia como ia sobreviver àquilo, teve muito medo. Para não se acovardar, ela pegou a sua carteirinha militar, molhou no sangue de um ferido e colocou no bolso esquerdo da camisa, lado do coração. A partir daí, ela jurou a si mesma que não iria se acovardar. E ela não queria voltar ao batalhão médico, queria ver um fascista cara a cara.

Uma vez, um comandante a chamou para conversar, perguntando-a quais motivos a levaram a ir àquele inferno. Ele continuou dizendo que ali era uma guerra e que iam matá-la como uma mosca. O chefe queria transferi-la para o batalhão médico, porque morrer seria dos

males o menor a acontecer com ela, difícil era ser mutilada. Olga afirmou para ele que sabia das consequências e que gostaria de permanecer ali.

Olga relata que os combates eram duros, um horror e que não era para um ser humano: “Batem, enfiam a baioneta, enforcam-se uns aos outros. Os ossos se quebram. Urros, gritos. Gemidos. E aquele estalo... Aquele estalo! Não dá para esquecer. O estalo dos ossos... A gente escuta o crânio estalando. Rachando...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.184). Ela não acredita em alguém que diz que não sentiu medo na guerra. Nos combates, ela tremia e tinha calafrios, mas, após o comando de ataque ser dado, ela diz que não se lembrava de nada e esquecia o medo.

Entretanto, sempre nos dias posteriores aos combates, ela não conseguia dormir, era tomada pelo medo, vinham-lhe na mente todos os detalhes meticulosos e a consciência do risco de vida que teve. Depois de um ataque, Olga explica que as pessoas evitavam olhar umas para as outras porque seus rostos pareciam diferentes dos habituais, pareciam meio animais. Até hoje, ela não acredita que saiu viva, com lesões, mas inteira.

Quando fecha os olhos, Olga sente tudo aquilo diante dela, novamente. Como uma vez em que um projétil caiu no depósito de munições e o incendiou na hora. O soldado que estava ao lado, pegou fogo imediatamente. Ela se lembra dele pulando e todos que estavam nas trincheiras próximas ficaram pasmos. Olga, então, pegou um lençol e correu em direção do soldado, deitando-se em cima dele, apertando-o contra o chão. Ela o sentiu se debater enquanto o coração estourava e depois ficou quieto.

Minutos depois, ela estava coberta de sangue e um soldado veio na sua direção abraçá-la. Ela o escutou dizendo que quando a guerra acabar e se Olga permanecesse viva, era improvável ela se tornar uma pessoa normal, passando por tudo isso tão jovem. Olga tremia tanto que não conseguia se locomover e levaram-na debaixo do braço para um abrigo de terra. Segundo ela, é uma sensação indescritível.

Uma vez, em outro combate, os alemães atacaram seu regimento oito vezes. Nesse dia, Olga se arrastava pelo campo de batalha tirando os feridos e suas armas. Ao se arrastar até o último ferido, ela percebeu que ele estava com o braço pendurado pelas veias e coberto de sangue. Olga sabia que era necessário amputar o braço urgentemente, mas ela não tinha faca e nem tesoura. Ela então decidiu cortar aquela carne com os próprios dentes e, depois, enfaixou.

Dias depois, quando os tanques vieram para cima dos soldados, dois deles se acovardaram fazendo com que desnorтеassem uma fileira inteira. Isso fez com que o pânico fosse instalado, com que os soldados corresseм e abandonassem o resgate dos feridos. Muitos desses feridos foram arrastados por Olga e os colocara em uma trincheira, mas logo depois eles foram mortos. Olga disse que, ao avistar os soldados com olhos arrancados, barrigas rasgadas

ela mudou do dia para noite. Esses soldados feridos eram justo aqueles que ela tinha arrastado e levado para uma trincheira para serem levados para atendimento médico.

Na manhã seguinte, dois soldados que dispersaram os outros combatentes foram posicionados em frente ao batalhão. Foi dada a ordem de fuzilamento, mas eram necessários sete soldados para executarem a ordem e só três haviam se apresentado. Dessa forma, Olga também se apresentou e todos ficaram chocados, afinal era uma garota. Olga explica que não poderiam perdoá-los, pois o ato deles ocasionou a morte de muitos soldados.

Olga e o soldados executaram a sentença, e, ao baixar o fuzil, Olga sentiu medo. Se aproximou dos dois soldados e viu que um deles ainda estava com o sorriso no rosto. Ela diz que não sabe se hoje os perdoaria.

Na guerra, ela diz que se esqueceu de tudo, da sua vida antes, e do amor. O comandante da companhia de batedores se apaixonou por ela; Olga sempre recebia bilhetes. Um certo dia, resolveu ir a um encontro com ele e Olga lhe disse um “não”, porque amava um homem que há muito tempo estava morto.

Quando ela voltou da guerra, estava bastante doente. Olga passava de um hospital para outro, até que foi parar nas mãos de um professor. Ele passou a fazer tratamentos com ela, mas segundo Olga, ele a tratou mais com palavras do que remédios. No seu diagnóstico, ele disse que se ela estivesse no *front* com dezoito ou dezenove anos, o seu organismo já estaria fortalecido. Mas como ela foi para lá com apenas dezesseis anos, ela e seu organismo ficaram traumatizados. No final, ele a disse que remédios poderiam curar a doença, mas se ela quisesse viver deveria casar-se e ter filhos, pois a cada filho seu organismo se restabeleceria e que só isso poderia salvá-la.

Svetlana Aleksievitch a pergunta quantos anos ela tinha quando a guerra acabou. Olga responde dizendo que tinha dezenove e nem pensava em se casar, pois se sentia muito mais velha do que as meninas da sua idade. Se sentia como uma senhora. Diferente de suas amigas, Olga não dançava, não se divertia, olhava para a vida com os olhos de velha, segunda ela.

Ela se lembra de quando trabalhava no hospital, atrás do biombo ficava uma bacia de operação, com os membros de soldados amputados. Uma vez um capitão viu a bacia e desmaiou. Ela também se lembra nitidamente dos sons da guerra, em que tudo tremia e trovejava, afirma que a alma de uma pessoa envelhece durante a guerra. Após esse período, ela nunca mais foi jovem.

Alguns rapazes flertavam com ela, mas eles não enxergavam a sua alma, tudo aquilo que ela já havia passado. Uma vez ela contou a um rapaz sobre o episódio que teve que amputar

o braço de um soldado com os dentes e no dia seguinte acordou com os ouvidos jorrando sangue.

Olga casou-se e teve cinco filhos. E, ao final das contas, ela diz que conseguiu ser uma boa mãe. Ao lembrar de tudo aquilo que viveu, ela tem a sensação de que não era ela, e sim uma outra garota.

Maria Nikoláievna Schiólokova foi comandante do departamento de comunicação. Seu relato se inicia com a afirmação de que apesar de viver em trincheiras, dentro da terra como toupeiras, ainda assim, ela e outras garotas guardavam alguns bibelôs como, por exemplo, um galho da primavera para alegrar o lugar.

Maria Nikoláievna Schiólokova conta que uma vez uma colega de regimento recebeu de presente um vestido de lã e que algumas meninas, se incluindo no grupo, ficaram com certa inveja. O subtenente indagava que era mais útil ter mandado de presente um lençol pois o vestido não teria nenhum tipo de serventia.

Elas não tinham travesseiros e muito menos lençóis, dormiam sobre palhas. Entretanto, Maria Nikoláievna tinha uns brincos escondidos que costumava colocar à noite, antes de dormir. Num determinado dia, ela foi para o seu turno usando, equivocadamente, seus brincos e foi duramente repreendida pelo primeiro-tenente.

Maria Nikoláievna Schiólokova conta que a todo tempo era dito para elas que na guerra elas deveriam ser apenas soldados, mas elas também queriam ser bonitas. Durante toda a guerra, Maria Nikoláievna teve medo de ter sua perna mutilada. Ela explica que para um homem podia parecer besteira, mas se ele fosse mutilado, continuaria sendo um herói. Já no caso de uma mulher ser mutilada, o seu destino está predisposto, um destino de mulher.

Efrossínia Grigórevna Breus foi capitã e serviu como médica do Exército Vermelho. Seu depoimento começa com uma afirmação “A guerra tirou o meu amor de mim... Meu único amor...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.280).

Bombas caíram sobre a sua cidade e sua irmã viera informar que se juntaria aos enfermeiros paramilitares para ajudar. Tudo estava um caos, até as estradas estavam sendo bombardeadas. As irmãs não sabiam se iam voltar a se ver, então decidiram se despedir. Efrossínia olhou fixamente para sua irmã, como se estivesse decorando cada detalhe dela. E era exatamente isso que ela estava fazendo: fixou o olhar no sinal de nascença da sua irmã Nina e pensou que conseguiria reconhecê-la em qualquer lugar.

Ela lembra-se de uma vez quando estavam perseguindo os alemães e passaram por um povoado, ela avistou duas alemãs sentadas em varandas bebendo café. Efrossínia simplesmente não podia acreditar no que estava vendo, enquanto no seu país tudo estava em chamas, pessoas

passando fome e morrendo, na Alemanha tinha essas duas moças tranquilas bebendo café, como se não estivessem no meio de uma guerra.

Ela e seu marido foram juntos para o *front* e embora ela tenha se esquecido de muita coisa, todo dia se recorda de algo. Quando todos já falavam sobre a vitória, seu marido morreu na Prússia Oriental, uma morte por estilhaços, instantânea. Efrossínia abraçou o corpo dele e não permitiu que o enterrassem como era feito nas batalhas: logo após a morte, juntavam os corpos, cavavam valas e os enterravam. Ela ainda queria mais uma noite ao lado dele. No dia seguinte, ela decidiu levar ele para a casa, que ficava situada a milhares de quilômetros e, além disso, era zona de guerra.

Efrossínia não queria que seu marido fosse enterrado em terras estrangeiras. Todos acharam que ela estava louca, entretanto conseguiu convencer o comandante após muitas tentativas ao dizer que eles não tiveram filhos, a casa foi completamente queimada, não restava nem as fotografias deles. A única coisa que ela queria era levar ele para casa, sua terra natal, para que restasse, pelo menos, o túmulo e no final da guerra ela poderia voltar para lá também: “O senhor já amou alguma vez, camarada marechal? Eu não estou enterrando meu marido, estou enterrando meu amor” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.280).

Após um longo silêncio do comandante, Efrossínia manifestou o desejo de também querer morrer nessa terra, a estrangeira, era melhor do que ficar sem ele. O comandante então se aproximou dela, beijou sua mão e a mandou em um avião especial com ela abraçando o caixão.

Ela se lembra de uma vez, muito tempo após a guerra ter se findado, em que estava se preparando para ir a um balneário. Segundo Efrossínia, era na época da Crise dos Mísseis de Cuba e o mundo estava intranquilo novamente. Ela já estava com tudo pronto, mas estava com uma sensação de estar esquecendo algo. Então, decidiu levar sua carteirinha de alistamento para se encaminhar ao centro de alistamento, caso algo acontecesse.

4.2 DISCUSSÕES: narrativas de memórias subterrâneas e o papel dos arquivos na reconstituição de memórias coletivas de mulheres da Segunda Guerra Mundial

As narrativas de mulheres que norteiam este estudo são de suma importância para compreender o comportamento dos arquivos no período da Segunda Guerra Mundial, bem como o seu papel no processo de resignificação de memórias coletivas para grupos sociais subalternizados, que é objetivo de estudo desta pesquisa.

Neste sentido, a compreensão do papel dos arquivos enquanto guardião, gestor e instrumento de representação da memória coletiva, devendo estar acessível a todos, é relevante para impedir que memórias sejam apagadas intencionalmente. Os arquivos destacam-se por serem ambientes livres, democráticos, que prestam um relevante papel para toda a sociedade.

Portanto, cabe aos arquivos agir para que a perpetuação de “histórias únicas” como oficiais, não seja a singular realidade, conforme apresentado por Chimamanda Adichie (2019). O período da Segunda Guerra Mundial tem uma história excepcional, a qual é protagonizada por homens. Todavia, esta não é a única história. E, a partir do momento em que se compreende que não existe uma única história, torna-se possível analisar criticamente a história oficial que nos é contada.

Anita Leocádia Prestes (2010) afirma que “a História é sempre uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes” (PRESTES, 2010, p.92). Assim, surge a noção de história oficial.

O problema é que o sistema social vigente apenas permite que uma parcela muito pequena da sociedade tenha sua história contada e preservada. Criando um espaço de opressão, dominação e violência que afeta simbolicamente, culturalmente e socialmente, todas as esferas da sociedade. Em uma sociedade mais justa e igualitária, todas as histórias teriam importância, todas as memórias seriam contadas e preservadas. Porém, como isto não é realidade, é importante que a sociedade, os arquivos e, especialmente, os(as) arquivistas, mantenham-se atentos quanto a isso, impedindo que o apagamento da memória seja perpetuado.

Mas, como pode o(a) arquivista interferir neste processo? Afinal de contas, no caso dos arquivos públicos, o(a) arquivista é funcionário do Estado, e deve obedecer às ordens que lhe forem atribuídas. De fato, não existe reconstrução de memória coletiva sem a participação pública, ou seja, do Estado. Já que é preciso uma infraestrutura de políticas públicas, ou melhor, de políticas reparadoras para que, de fato, este apagamento e silenciamento históricos de memórias de grupos subalternizadas seja dirimido e evitado.

Entretanto, como fora debatido no presente estudo, nem sempre os governos em questão estão abertos ou interessados no desenvolvimento destas políticas. Aliás, em muitos casos, os governos em questão são os causadores deste apagamento histórico de referidos grupos. Portanto, é neste caso que entra o senso crítico e o olhar do profissional, para que este não seja acometido pelo exercício do mal banal.

O mal banal, como fora citado anteriormente neste estudo, é o mal pelo mal. Não tem raízes nem fundamentos, apenas o mal imposto por uma hierarquia e cumprido por alguém no exercício de seu dever. Portanto, arquivos públicos, enquanto instituições públicas, no exercício

do seu dever e diretamente relacionadas ao governo, devem manter-se alertas para não se submeterem ao mal banal. Cabe ao arquivista manter o pensamento crítico e compreender a importância do cargo que ocupa, bem como seu dever para com a sociedade.

Este pensamento crítico deve existir, pois o mal banal não aparece simplesmente de um dia para outro. Ele é fruto de um mal intencional proposto pelos interesses dos grupos sociais dominantes. Sendo assim, os arquivos, especialmente de caráter público, devem manter-se vigilantes quanto ao exercício de suas atividades. O(A) arquivista deve atentar-se às manobras políticas as quais permeiam a sociedade em que a sua instituição está inserida. Assim, dá-se o primeiro passo para que os arquivos contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária.

É preciso que o arquivo, enquanto instituição prestadora de relevante serviço à sociedade, tenha o rosto do seu povo. Que existam o máximo de narrativas possíveis sobre uma determinada comunidade neste ambiente. No âmbito dos arquivos privados, esta iniciativa pode ser aplicada de maneira mais simplificada, haja vista que cada produtor de seu arquivo almejará de forma intencional representar suas narrativas e colocá-las em evidência. Todavia, na condição de arquivos públicos, toda a sociedade deve encontrar-se nele. Enquanto fonte de informação, os arquivos têm o dever de atender toda a sociedade na qual está inserido.

Existe uma série de atividades e práticas que possibilitam o(a) arquivista, como profissional de informação, a debruçar-se na ressignificação da memória coletiva das mulheres. Uma análise histórica dos seus documentos, dos relatos do referido período, abrindo os acervos para que o público tenha acesso a estes documentos, é um ponto muito importante a ser destacado e que pode ser realizado pelos arquivos na preservação da memória. Palestras, cursos, oficinas, todas as atividades desenvolvidas em prol desta causa serão de grande importância. Mas isto só ocorrerá caso o arquivista esteja engajado na luta. Evidencio a importância de realizar ações culturais e educacionais nos arquivos. Taiguara Villela Aldabalde e Georgete Medleg Rodrigues (2015) realizam um estudo em seu artigo *Mediação Cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo* e conclui que as ações culturais nesse arquivo em questão são pouco expressivas e está à margem das políticas culturais, o contexto não são distintos comparadas a outros arquivos.

É importante que o pensar na necessidade de medições e ações culturais deve incentivada desde a graduação em Arquivologia. Incluir nas grades curriculares disciplinas sobre medição, educação e ação cultural desde a graduação fará com que o futuro profissional de arquivo já tem em mente essa visão e necessidade em aplicar nos arquivos que iram exercer sua função, essas medidas culturais.

Portanto, o papel dos arquivos é de suma relevância para a construção daquilo que chamaremos de “A guerra tem rosto de mulher”. Além das dezenas de histórias contadas por Svetlana Aleksievitch, existem milhões de histórias que seguem silenciadas, sem perspectivas de serem preservadas. Estamos nos aproximando do período em que aquelas mulheres que detêm a memória viva do período estão naturalmente envelhecendo, portanto, é importante (re)contarmos a história do referido período de modo que esta se faça presente, para que no futuro estas não sejam esquecidas, nem submetidas a uma história oficial distorcida, contada apenas por uma história única, da qual elas não farão parte.

As memórias e narrativas, sempre estarão presentes. Não desaparecerão de um dia para o outro, por mais que tentem. Sempre haverá narrativas que precisam ser contadas, e um único arquivista jamais será suficiente para ouvir e construir todas as narrativas que faltam. Na verdade, o(a) arquivista não poderá fazer isto sozinho(a). É preciso um suporte de todas as áreas, especialmente as áreas da informação. Trabalhando juntos, é possível atingir um novo patamar na disseminação da memória coletiva das mulheres não só do período da Segunda Guerra, mas de diversos outros marcos históricos cujos holofotes estejam voltados para os homens.

A memória coletiva do período da Segunda Guerra Mundial é dominada por figuras masculinas. Porém, trabalhos como o presente são necessários para desmistificar esta visão de que apenas os homens foram heróis, e reconstruir a memória coletiva do referido período. Em sua obra, Svetlana Aleksievitch (2016) apresenta dezenas de narrativas de mulheres que protagonizaram batalhas e triunfos durante a guerra, bem como ainda tinham de enfrentar o machismo nos batalhões, o machismo da sociedade, e, até mesmo, da própria família. Não bastasse salvar o mundo, ainda precisavam salvar a própria pele.

As narrativas de Svetlana Aleksievitch apresentam como as mulheres eram vítimas desta sociedade patriarcal mesmo enfrentando e matando durante a guerra. Enquanto um homem perdia a perna na guerra e virava herói de guerra, uma mulher, nestas mesmas condições, perdia sua utilidade para a sociedade. A guerra nunca acabava no campo de batalha.

“A guerra não em rosto de mulher” (2016) dá voz às memórias subterrâneas que já foram apresentadas neste trabalho, estas memórias não estão evidenciadas em lugares de memória clássicos como arquivos, bibliotecas, museus e centros de memória, costumam ser esquecidas, e, na obra de Svetlana Aleksievitch, estão expressas para que todos possam ver. Estas mulheres, que foram marginalizadas, subalternizadas, quando tinham a oportunidade de falar, tiveram suas memórias distorcidas em prol do engrandecimento dos grupos sociais dominantes.

Em “Eu sobrevivi ao Holocausto” (2015), embora tão relevante quanto, aborda-se um outro tema de igual forma pertinente. Se por um lado, a obra de Svetlana Aleksievitch caracteriza-se como uma construção das memórias coletivas das mulheres, a de Nanette Blitz trata sobre suas memórias individuais, os horrores que passou, bem como sua marginalização após o fim da guerra. Esta se destaca por apresentar que a recuperação e reconstrução de memórias é tão relevante quanto o próprio registro da memória, e tão viva quanto. Mas sua história quase foi uma história de esquecimento, pois assim como muitas mulheres retratadas na obra de Aleksievitch, Nanette Blitz ao lembrar de tudo que passou tinha a sensação de que estava voltando para lá, vivendo e sofrendo tudo de novo. Às vezes, o lembrar pesa mais do que o esquecer.

Em “O Diário de Anne Frank” (2014), passamos para outra perspectiva, a perspectiva de uma história contada, simultaneamente aos fatos, por uma adolescente. Anne Frank nos envolve com sua escrita por conversar com o leitor. Enquanto relata os fatos, Anne conversa sobre sua vida, sobre o que pensa e sobre as pessoas que estão confinadas em sua volta. Não se trata, aqui, de uma recuperação da memória, mas sim de sua construção. Os diários de Anne Frank possibilitam a construção de sua memória. À medida em que fatos históricos estão acontecendo, como bombardeios, invasões e libertações de cidades, estão também sendo escritos e registrados no diário de uma adolescente que possuía discernimento suficiente para entender bem como opinar sobre eles. “O Diário de Anne Frank” trata-se de um registro probatório, uma prova de que certos acontecimentos realmente existiram.

Sendo assim, temos três tipos de narrativas que embora estejam situadas no mesmo período, foram abordadas, recordadas e escritas em diferentes contextos. O papel do(a) arquivista, neste sentido, também é contribuir com a ressignificação dessas memórias. Relatos como os dessas obras, que foram apresentados aqui, tratam além de uma mera questão de dever de memória. Trata-se de uma reconstrução desta. E, com certeza, existem outras centenas de memórias que esperam sua oportunidade de ser narrada.

Para que estas memórias sejam narradas, primeiro, é preciso oportunidade. E para que estas oportunidades surjam, é preciso profissionais comprometidos com seu dever social. A reconstrução de uma memória coletiva perpassa diversas esferas e necessita do apoio do poder público, porém, nem sempre este apoio é possível.

Portanto, cabe ao arquivista adotar medidas e ações para trazer o apoio do poder público na ressignificação destas memórias, buscando subsídios. Buscar apoios externos é um passo muito importante e pode ser arriscado para os profissionais, mas com a garantia de que agirão com honestidade e comprometimento com a profissão e com sua causa.

Estas ações vão desde a criação de centros de memória na própria instituição na qual o arquivista exerce sua profissão até o desenvolvimento de palestras, cursos e atividades nos quais o arquivo pode exercer seu papel de cidadania. Se a sociedade entende e lembra, grupos subalternizados terão seu lugar de fala e de memória garantidos, não permitindo serem silenciados novamente. São ações como esta que ressignificarão a memória coletiva das mulheres e de outros grupos sociais e que não mais permitirão o apagamento intencional de centenas de histórias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez construído todo o corpo do presente estudo, os arquivos se apresentaram como peça relevante na (re)construção da memória coletiva, especialmente quando se trata de grupos como o das mulheres.

Acreditamos que as abordagens de histórias tratadas em diferentes contextos, contadas em diferentes formas, foram determinantes para que seja apresentada uma nova perspectiva da guerra, uma guerra cujo protagonismo também é das mulheres, como se propôs a pesquisa de forma geral ao (re)contar as narrativas produzidas por mulheres no período da Segunda Guerra Mundial, tendo como base uma reflexão sobre o papel dos arquivos para a ressignificação da memória coletiva.

Com relação ao objetivo específico “selecionar narrativas produzidas por mulheres sobre o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)” foram escolhidas três narrativas de mulheres que relataram ou vivenciaram o período da Segunda Guerra Mundial, já citadas: “O Diário de Anne Frank” (2014), de Annelies Frank, “Eu sobrevivi ao Holocausto” (2015), de Nanette Blitz König e “A guerra não tem rosto de mulher” (2016), de Svetlana Aleksievitch. Apesar de serem histórias que retratam fatos do mesmo período, cada uma possui suas particularidades e diferenças. Em “O Diário de Anne Frank” (2014), os registros de memórias eram feitos simultâneos aos acontecimentos diários da vida da jovem garota, sejam eles bons ou não. No caso de “Eu sobrevivi ao Holocausto” (2015), Nanette Blitz König registrou suas memórias setenta anos depois de ter vivenciado os acontecimentos, e em “A guerra não tem rosto de mulher” (2016) de Svetlana Aleksievitch há uma compilação de várias narrativas de mulheres que atuaram em diversos papéis na Segunda Guerra Mundial.

No que diz respeito a “narrar as histórias produzidas por mulheres sobre o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)”, narramos de acordo com a ordem de contato com as obras, a primeira história foi a de Anne Frank, seguida pela de Nanette Blitz König e finalizando com os cinco relatos escolhidos da obra de Svetlana Aleksievitch e suas memórias. Todos os relatos e passagens foram descritos respeitando a forma como essas protagonistas as narraram, seguindo a lógica cronológica de cada obra, apesar de terem sido (re)contadas a partir da interpretação da autora deste trabalho.

E com relação aos objetivos específicos “discutir o papel dos arquivos para ressignificação da memória coletiva” e “propor uma (re)construção da memória coletiva do período abordado a partir da visão das autoras”, ressaltamos o importante papel dos arquivos em inibir a perpetuação de histórias únicas e do silenciamento das memórias subalternas em

detrimento de histórias de grupos dominantes. Os arquivos não podem ficar à mercê de memórias representadas só e unicamente de acordo com as vontades do Estado. Muitas vezes, os (as) arquivistas acabam reproduzindo essas práticas por não questionarem ou tentarem mudar as normas e leis vigentes.

Logo, cabe a estes profissionais ficarem atentos a esses silenciamentos intencionais, ao invés de perpetuarem o apagamento nessas instituições. Portanto, os arquivos têm um papel crucial de representarem e colocarem foco nas histórias pouco conhecidas de grupos subalternizados, como o exemplo das narrativas que foram (re)contadas neste trabalho. Observamos, que as narrativas protagonizadas por mulheres não só podem como têm o papel fundamental na ressignificação da memória coletiva da Segunda Guerra Mundial, pois, por muito tempo, era exclusivamente contada por homens e sobre homens. Assim, o papel dos arquivos e do(a) arquivista, neste sentido, também é contribuir com a ressignificação dessas memórias, pois há muitas narrativas ainda silenciadas nos arquivos e fora deles.

Com isso, acreditamos que nossos objetivos foram alcançados, uma vez que discorremos sobre as narrativas que embasam este estudo, bem como o papel dos arquivos no referido processo, além de uma reconstrução da memória coletiva das mulheres no período da guerra.

Todavia, o referido tema que norteia este estudo pode e deve ser amplamente discutido e discorrido em outras pesquisas acadêmicas. Afinal de contas, temos diversas histórias únicas no que tange a Segunda Guerra Mundial, porém, poucas histórias narradas por mulheres. É preciso (re)contar estas narrativas, pois de onde vieram estas, com certeza, existem centenas de histórias que esperam e precisam vir à tona.

A Segunda Guerra Mundial, sem sombra de dúvidas, é um período triste e sombrio que marcará eternamente a humanidade. Todavia, não pode ser esquecida. O esquecimento gera o surgimento de novos períodos sombrios, portanto, deve ser evitado. Neste sentido, é crucial o papel da memória.

Porém, o que vemos é uma reconstrução de memória coletiva recheada de intencionalidade, com lacunas, e com o apagamento de uma série de grupos sociais. Como já fora apresentado anteriormente por Pollak (1989), existe uma seleção de memórias, que travam entre si batalhas para se fazer presentes na memória oficial. Esta memória é construída em detrimento de determinados grupos sociais e deve ser analisada com um olhar crítico.

Uma única pesquisa jamais conseguirá abordar todas as memórias que precisam ser narradas, que precisam ser ouvidas. Assim como, neste estudo, retratou-se o período da Segunda Guerra Mundial, existem centenas de outras histórias e memórias de guerras a serem

(re)contadas, como, por exemplo: a Primeira Guerra Mundial, da Guerra dos Cem Anos, Guerra do Paraguai, Ditadura Militar no Brasil, Revolução Francesa, dentre muitos outros marcos históricos.

Portanto, esta pesquisa também tem a finalidade de alertar, de trazer à tona narrativas de mulheres do período da Segunda Guerra Mundial, e de incentivar que outras pesquisas surjam com esta mesma linha de estudo. Afinal, como já afirmamos, as memórias precisam ser ouvidas, registradas e contribuir com a memória coletiva da nossa sociedade. Sendo assim, acreditamos que o presente estudo pode colaborar com a história de várias mulheres, e que pode ser uma oportunidade de atingir, em cadeia, outras histórias para serem contadas.

Como arquivistas, profissional cuja responsabilidade sobre a construção da memória coletiva perpassa, reforçamos que sem entendermos as mazelas da profissão, os exemplos de diversas memórias, não existe a qualificação total do profissional. A compreensão da sociedade pelos arquivistas age como uma vacina contra ao mal banal, entendendo sempre que o pensamento crítico é um componente desta, para que o arquivista não cometa algum mal no exercício de sua profissão, por estar cumprindo ordens. A formação deste profissional deve impedir que ele aja desta forma.

Durante a construção deste estudo, diversas vezes nos questionamos como o período histórico que analisamos poderia ter sido evitado, e não encontramos resposta para a pergunta. Talvez, daqui a anos, diversas pessoas se perguntarão também a mesma coisa sobre o atual período pelo qual estamos vivendo, e, conseqüentemente, podem não encontrar respostas. Por isso, a importância das memórias, das narrativas e da construção não só de uma, mas de várias histórias. Para que as pessoas no futuro tenham mais respostas do que temos hoje.

Anne Frank e Nanette Blitz ficarão marcadas eternamente como sobreviventes, ainda que no caso de Anne Frank a guerra tenha a vitimado. Sobreviventes por conseguirem ultrapassar as barreiras do apagamento da memória, por conseguirem trazer à tona suas narrativas. Assim como Svetlana Aleksievitch, em um mundo no qual sempre silenciou as mulheres, parou para ouvir as narrativas que elas tinham para contar, parou para registrar suas memórias. Svetlana Aleksievitch deu o primeiro passo para a ressignificação da memória coletiva daquele determinado grupo, agora, enquanto acadêmicas produtoras de conteúdo, temos a oportunidade de caminhar na mesma trilha que Svetlana Aleksievitch, Anne Frank, Nanette B. König e muitas outras mulheres já caminharam, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária, colaborando para a desconstrução do que Chimamanda Adichie (2019) exemplifica como história única. Quantas narrativas estão pelo mundo esperando serem (re)descobertas e contadas?

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. E-book Kindle.
- ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Transinformação**, Vitória, v. 27, n. 3, p. 255-264, 2015.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANNE Frank: Vidas Paralelas. Direção: Sabina Fedeli, Anna Migotto. Elenco: Hellen Mirren, Gengher Gatti. Roteiro: Sabina Fedeli, Anna Migotto. Produção: 3D Produzioni e Nexo Digital. Itália: Sky Arts, 2020. Netflix.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- BACELAR, Bruna Valença. A mulher subalterna em “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Spivak. **NEARI em Revista**, v. 2, n. 2, p. 21-31, 2016. Disponível em: <https://faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/387/371>. Acesso em: 23 maio 2021.
- BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.
- BAUER, Udo. A segunda guerra mundial em números. **DW Brasil**. Bonn, 01 set. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-segunda-guerra-mundial-em-n%C3%BAmeros/a-50212146>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.
- BELLOTTO, Heloísa Libaralli. **Arquivística, objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em 28 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso às informações. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Título original: A social history of knowledge: from Gutenberg to Diderot. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5276022/mod_folder/content/0/Peter-Burke-Hist%C3%B3ria-Social-do-Conhecimento-I.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 23 maio 2021.

BUSH, Vannevar. As we may think (Como podemos pensar). Tradução: Fábio Mascarenhas e Silva. **Atlantic Monthly**, v.1 76, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>. Acesso em: 23 maio 2021.

CORREIA, Adriano. O conceito de mal radical. **Trans/Form/Ação**, v. 28, n. 2, p.83-94, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732005000200005>. Acesso em: 23 maio 2021.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação**: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil. 1996. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**, São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2015. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 08 jan. 2021.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun.1998. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/11750>. Acesso em: 08 jan. 2021.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da informação**, v. 28, n. 2, p. 146-154, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a07.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2021.

FRANK, Annelies Marie. **O diário de Anne Frank**. 41. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

GUZZELLI, Dante Guimaraens. O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros. **Mosaico**, v. 2, n. 4, p. 46-68, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62792/61927>. Acesso em: 08 jan. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais / Biblioteca Vértice, 1990.

HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de memória na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-43.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória. **Escritos**: revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p. 223, 2007. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero01/FCRB_Escritos_1_9_Philippe_Joutard.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

KONIG, Nanette Blitz. **Eu sobrevivi ao Holocausto**. São Paulo. Universo dos Livros, 2015.

KURTZ, Clara M. As instituições arquivísticas e as práticas de difusão. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ) / Universidade de Brasília (UnB), 2004. p. 1-11. Disponível em: https://www.aargs.com.br/ICNA/PDFs/Plenaria02_P07_ClaraKultz_AsInstituicoesArquivisticas.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). Digitalizada por Digital Source. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

LEPIARZ, Jacek; MAJ, Agnieszka. **Josef Mengele, o Anjo da Morte de Auschwitz**. DW BRASIL, 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/josef-mengele-o-anjo-da-morte-de-auschwitz/a-52113785>>. Acesso em: 15 junho 2021.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Internet e arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação. **InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 28-47, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48652/52723>. Acesso em: 23 maio 2021.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & informação**, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705/pdf_43. Acesso em: 23 maio 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 23 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 08 jan. 2021.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. 2011. 173 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31152/000782676.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

PINTO, Luiza Angélica Lisboa. **Instituições Arquivísticas Nacionais e ações educativas: Um estudo de caso Brasil, Colômbia e México**. 2018. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/arquivos/monografias/pinto-luiza-angelica-lisboa-instituicoes-arquivisticas-nacionais-e-aco-es-educativas-um-estudo-de-caso-brasil-colombia-e-mexico-80f-monografia-graduacao-em-arquivologia-escola-de-arquivologia-universidade-federal-do-estado-do-rio-de-janeiro-rio-d>. Acesso em: 11 jan. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

PORTO, Daniela Miguéns. **História e evolução do arquivo: a exemplaridade da Torre do Tombo**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013. Disponível em:

http://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1836/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Daniela_Porto.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

PRESTES, Anita Leocádia. O historiador perante a história oficial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 91-96, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9607/7031>. Acesso em: 23 maio 2021.

POGROM. *In*: ENCICLOPÉDIA do Holocausto. Washington, DC: United States Holocaust Memorial Museum Archives. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/pogroms>. Acesso em: 02 jan. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 227-249, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17116/11471>. Acesso em: 23 maio 2021.

SANTOS, Héllen Thaís; GARMS, Gilza Maria Zauhy. Método autobiográfico e metodologia de narrativas: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2.; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 12., 2011, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2014. p. 4094-4106. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/141766/ISSN2357-7819-2014-4094-4106.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 maio 2021.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHIO, Sônia Maria. Hannah Arendt: o mal banal e o julgar. **Veritas**, Porto Alegre, v. 56, n. 1, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/download/9297/6407/>. Acesso em: 23 maio 2021.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 23 maio 2021.

SILVA, Giuslane Francisca. A memória coletiva. **Revista AEDOS**, v. 8, n. 18, p. 247-253, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/59252/38241>. Acesso em: 23 maio 2021.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em biblioteconomia e ciência da informação.** 2020. 256 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.p. 33-44. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, maio 2003. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57. Acesso em: 24 maio 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.